



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-540-2

DOI 10.22533/at.ed.402202810

1. Educação geográfica. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Educação Geográfica: referencial de orientação ao processo educativo” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dez capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições brasileiras e chilena.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a ciência geográfica e algumas propostas que possam convergir para a construção de uma Educação Geográfica crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Ciberespaço, Educação Profissional, Políticas públicas, Política Externa, Formação Científico-Humanista, Expansão urbana, impactos ambientais, preservação urbana, mobilidade urbana, Geografia Literária, Geografia Política e o acesso à saúde nos assentamentos rurais. Tais temas são essenciais para construção de uma Educação Geográfica que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da educação geográfica transformando as realidades, ensinando com criticidade, derrubando as barreiras com coerência metodológica e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, TECNOLOGIA E CIBERESPAÇO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Lânderson Antória Barros

Dione Dutra Lihtnov

DOI 10.22533/at.ed.4022028101

CAPÍTULO 2..... 11

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Juliana Lopes Lelis de Moraes

Nelba Azevedo Penna

DOI 10.22533/at.ed.4022028102

CAPÍTULO 3..... 20

ESTUDIO ACERCA DE FACTORES DETERMINANTES EN LA ELECCIÓN DE UN PLAN DIFERENCIADO EN ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA DE DOS COLEGIOS CHILENOS

Angélica Aurora Corrales Huenul

Loreto Inés Caro Concha

Cristian Andrés Espinoza Fuenzalida

Boris Alexander Espinoza Peña

DOI 10.22533/at.ed.4022028103

CAPÍTULO 4..... 30

EXPANSÃO URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS: CARACTERIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2018 NO VETOR DE CRESCIMENTO SUDOESTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP - BRASIL

Mônica Kurak Lombardi

Roberto Braga

DOI 10.22533/at.ed.4022028104

CAPÍTULO 5..... 44

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Jussara Martins Rodrigues

João Donizete Lima

DOI 10.22533/at.ed.4022028105

CAPÍTULO 6..... 53

DIAGNOSTICAR PARA PLANEJAR: ÁREAS VERDES INTRA-URBANAS DEGRADADAS, O EXEMPLO DA SERRA DA MISERICÓRDIA

Patricia Luana Costa Araújo

Felipe Gonçalves Amaral

Rita Maria Cupertino Bastos

Camilla Bandeira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4022028106

CAPÍTULO 7..... 64

O CONTORNO MESTRE ÁLVARO: ALTERNATIVA AO FLUXO VIÁRIO DA BR-101 NORTE NO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)

Álvaro Luiz de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4022028107

CAPÍTULO 8..... 85

A IDENTIDADE E O LUGAR NA OBRA DE JORGE AMADO: A GEOGRAFIA LITERÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Rita de Cássia Evangelista dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4022028108

CAPÍTULO 9..... 94

DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E LIMITES DA ATUAL POLÍTICA EXTERNA

Rosivania Santos de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.4022028109

CAPÍTULO 10..... 109

SAÚDE, ACESSO E ACESSIBILIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DA VIDA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL

Alex Sandro Vergino Lima

DOI 10.22533/at.ed.40220281010

SOBRE O ORGANIZADOR..... 120

ÍNDICE REMISSIVO..... 121

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, TECNOLOGIA E CIBERESPAÇO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Lânderson Antória Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
PosGea
Porto Alegre – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7478517467888202>

Dione Dutra Lihtnov

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de
Educação
Pelotas – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/8834403261171727>

RESUMO : O avanço da tecnologia nos últimos anos propiciou uma mudança na sociedade. A globalização contribui para a disseminação de novas formas de comunicação e interação, com destaque para as novas tecnologias. Na educação, a união da prática de ensino e da tecnologia é um dos grandes desafios do docente contemporâneo. Neste contexto, o presente propõe discutir a possível contribuição da utilização das novas tecnologias em sala de aula, bem como sua relação com a capacitação e inclusão dos docentes que já estão na rede de ensino, auxiliando-os neste movimento de inclusão digital. A prática docente, entretanto, nos demonstra diariamente que o processo de ensino e aprendizagem precisa ultrapassar os limites impostos pelo conteudismo e currículo, avançando sobre o processo estático. No campo da Educação Geográfica percebemos a redução

da produção e a reprodução de receituários, isto é, práticas pré-programadas, fundadas em uma razão científica partimentada, constituída a partir de uma hegemonia do discurso cristalizado ao longo do tempo. Tais práticas caminham junto com a crise da modernidade, corroborando o discurso em uma dicotomia de velho e novo, atrasado e evoluído, fracionando problemas que estão ligados. Questiona-se, neste sentido, como realizar a nossa desconstrução e reconstrução em sistemas abertos, fugindo, de certo modo, dos “sistemas fechados”. Permeia-se, nesta lógica, que as novas tecnologias de informação e comunicação configuram uma possibilidade para alcançar o dinamismo no processo de ensino e aprendizagem, fornecendo subsídios para que os educadores possam ampliar sua “interface”.

PALAVRAS - CHAVE: Novas Tecnologias; Educação Geográfica; Ciberespaço; Prática Docente.

GEOGRAPHICAL EDUCATION, TECHNOLOGY AND CYBER SPACE: A POSSIBLE JOINT?

ABSTRACT: The advancement of technology in recent years has brought about a change in society. Globalization contributes to the dissemination of new forms of communication and interaction, with emphasis on new technologies. In education, the union of teaching practice and technology is one of the great challenges of contemporary teachers. In this context, the present proposes to discuss the possible contribution of the use of new technologies in the classroom, as well as its relationship with the training and inclusion of teachers who are already in the education

network, assisting them in this movement of digital inclusion. The teaching practice, however, shows us daily that the teaching and learning process needs to go beyond the limits imposed by the content and curriculum, advancing on the static process. In the field of Geographic Education, we noticed a reduction in the production and reproduction of prescriptions, that is, pre-programmed practices, founded on a partisan scientific reason, constituted from a hegemony of the crystallized discourse over time. Such practices go hand in hand with the crisis of modernity, corroborating the discourse in a dichotomy of old and new, backward and evolved, fractioning problems that are linked. It is questioned, in this sense, how to carry out our deconstruction and reconstruction in open systems, escaping, in a way, from “closed systems”. It is permeated, in this logic, that the new information and communication technologies configure a possibility to achieve dynamism in the teaching and learning process, providing subsidies so that educators can expand their “interface”.

KEYWORDS: New Technologies; Geographic Education; Cyberspace; Teaching Practice.

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONTEXTO E CONCEITOS

A educação vem sofrendo profundas transformações com o desenvolvimento tecnológico. Novas formas de se pensar e interagir abrem novos horizontes para a prática pedagógica, exigindo profissionais a cada dia mais qualificados e adaptados a esta nova realidade. Este contexto demonstra que é preciso se conectar as possibilidades que o mundo digital oferece a prática docente posto que, o processo de globalização modificou completamente a nossa relação com o mundo. Estes avanços tecnológicos revolucionaram a velocidade da informação, encurtando distâncias e ampliando as formas de disseminar o conhecimento, estabelecendo, ainda, simultaneidades e novos espaços temporais. Porém, podemos perceber que esses avanços ainda não estão distribuídos de forma uniforme no sistema educacional brasileiro.

A inclusão docente no mundo digital é um processo ainda pouco debatido e presente nas instituições acadêmicas de todo Brasil. Esse movimento vivenciado pelo mundo contemporâneo demonstra a relação de complexidade ocasionada pela ampliação do conjunto de técnicas que modificam a disponibilização e circulação de serviços e de capital no ambiente escolar.

A ampliação de fluxos de comunicação proporcionou uma revolução na comunicação mundial, alterando as esferas de produção social e as relações contemporâneas. Harvey (2001, p.220) ressalta que a aceleração tecnológica está alterando a concepção materialista do espaço, principalmente a partir de uma “queima” do espaço e do estímulo de uma experiência de tempo intensificado.

Diante desse dinamismo, podemos perceber o surgimento e o fortalecimento do ciberespaço. Lévy (1999, p.92) conceitua o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Neste contexto, podemos dizer que o ciberespaço pode ser entendido como produto de

uma rede técnica constituída a partir de novas relações sociais.

O surgimento deste espaço de comunicação não está ligado somente ao fenômeno tecnológico, mas também social, uma vez que seu alargamento abrange diferentes dinâmicas da sociedade atual, em diferentes nuances socioespaciais. Surge, assim, uma questão instigante: o ciberespaço é também geográfico? Para respondermos este questionamento, primeiramente, é preciso compreendermos que o espaço geográfico¹ se denota em diferentes escalas espaciais, desde o local ao global. Partindo desta compreensão, entendemos que o ciberespaço pode ser apreendido como um semblante do espaço geográfico em um estado de abstração e complexidade de escala.

Diante desse processo de globalização, ficamos, cada vez mais, impossibilitados de compreender e analisar estes recortes a partir de alguma hierarquia. Esta percepção demonstra que, diferentemente do que alguns estudiosos afirmavam, a escala local não declinou sua importância após a proliferação das novas tecnologias de informação. Ao se debruçar sobre esse tema, Pires (2001, p.158) afirma que com a dispersão das atividades econômicas, as cidades adquiriram novas formas de composição de capital e de centralização territorial, associando novos arranjos de gerenciamento e comando operacional dessas atividades em escala planetária.

As formas de trabalho e de composição do capital, nesse sentido, acabaram acompanhando esse processo, utilizando o “mundo” virtual como noções primordiais para a sua transformação. Em compasso a esse movimento, as manifestações culturais se apoiam nestes novos elementos e acabam criando e recriando novos grupos que compartilham de pensamentos semelhantes, mesmo que em grandes distâncias. O espaço vivido passa a ser considerado também no seu extrato imaterial, tendo em vista a complexidade de relações estabelecidas no ciberespaço.

Os elementos citados recaem sobre a educação evidenciando a complexibilidade deste cenário no processo de ensino e aprendizagem, pois a educação deve sempre estar em sintonia com a sociedade. Ao dedicarmos nossos estudos sobre a questão da educação, percebermos que a temática em questão possui diferentes questionamentos, desde a criação de mão de obra qualificada até manter os níveis quantitativos de performance. Existe, ainda, a pressão de acompanhar os padrões globais de ensino, integrando, de forma minimalista, as tecnologias no ambiente escolar.

Diante dessas elucidações, que são provisórias, precisamos tomar a dúvida e a incerteza para compreendermos se as novas tecnologias podem auxiliar de fato a construção de um ensino de Geografia mais qualitativo. A união da prática de ensino à tecnologia é o grande desafio do profissional docente contemporâneo. Esse processo trará

¹ Utilizamos o conceito expresso por Milton Santos (2002) no qual o espaço geográfico constitui “um sistema de objetos e um sistema de ações que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

não só a tecnologia para as salas de aula como também intermediará a capacitação e inclusão dos docentes que já estão na rede de ensino, auxiliando-os neste movimento de inclusão digital. Neste contexto, Almeida e Prado (2003, p. 26) destacam que para evitar ou superar o uso ingênuo das tecnologias é fundamental conhecer as novas formas de aprender e de ensinar, bem como de produzir, comunicar e representar o conhecimento, possibilitando, por meio destes recursos, favorecer a democracia e a integração social.

A inserção docente neste mundo globalizado, constantemente conectado, nem sempre é um processo simples. As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação reconstróem novos ambientes de diferentes aspectos configurando um cenário conflituoso na imaterialidade, uma vez que um mesmo sujeito pode estar em diferentes espaços simultaneamente. Uma realidade cada vez mais volátil e efêmera, ou líquida, como defende o sociólogo Zygmunt Bauman - um paradigma que contempla um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível. Diante desse panorama, podemos perceber que as noções de tempo e espaço estão sendo amplamente impactadas.

Diante dos aspectos elencados, podemos notar a ampliação do horizonte de escala local, apontando diretamente para o lugar, determinando, de certo modo, a manifestação do global no local. Podemos identificar que a gênese destes novos mecanismos tecnológicos no sistema de produção capitalista está alicerçada na década de 1970, a partir de uma transição gradual da lógica de produção principiada pelo Fordismo e Taylorismo, transfigurando-se no que Castells (2001, p.64) afirma ser o momento de divisão tecnológica, denominada de Acumulação Flexível.

Nos anos seguintes, a redução no custo dos produtos computacionais e a crescente ampliação de redes tecnológicas de uso empresarial e civil, ratificou e ampliou a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, consolidando, de forma concreta, o ciberespaço, principalmente a partir de meados da década de 1990.

Neste cenário, as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação adentraram a sociedade contemporânea provocando imensas transformações em todo sistema produtivo ampliando, assim, as possibilidades de interação e aprimorando dos processos criativos através da perspectiva de espaços de produção coletiva.

Essa nova realidade que está posta exige um novo papel dos educadores, pois o educador passa a ser entendido não mais como aquele que simplesmente domina o conteúdo, mas sim como o sujeito que apresenta as informações e inovações, orientando e socializando novas descobertas para a sala de aula. Conforme Kenski (2002 p.102) elucida: “o professor quando ensina não apresenta apenas a informação, ele seduz com a informação”. E o que seria seduzir com a informação? Será que é transformá-la em conhecimento?

Questões que nos fazem refletir e ir à frente em busca de novas resoluções. É possível inferir a partir de diferentes aspectos que a educação aparenta perpassar uma crise na atual era da informação. São inúmeros os indícios que precisamos enfrentar alguns de

nossos problemas antigos que ainda não superados para tentar suportar os novos desafios que estão sendo postos constantemente a sociedade. O mundo é observado por jovens e adultos a partir de um clique digital. É papel do professor fazer uso destes recursos de maneira construtiva, oportunizando um processo de ensino e aprendizagem que valorize as conexões entre o ambiente virtual e as diferentes disciplinas do conhecimento.

Percebe-se que a discussão e a inserção acerca das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na formação docente ainda é um processo superficial e muitas vezes inexistente, principalmente no que tange a grade curricular dos cursos de licenciaturas. Desta forma, enquanto se ataca o problema pelo fim, remediando uma formação deficiente, se reproduz o mesmo erro no presente.

Entendemos que a formação e a capacitação de novas tecnologias educacionais deva ser um processo contínuo, desenvolvido durante o processo de formação, possibilitando ao docente adaptar-se as diferentes realidades estruturais da rede de ensino nas suas diferentes escalas geográficas. Convergindo para o Ensino de Geografia, Callai (1995) reconhece a importância da formação de profissionais criativos e sintonizados com as necessidades sociais, bem como com os avanços tecnológicos atuais. Nesta mesma perspectiva, Castrogiovanni (2007 p. 44) complementa:

Muitos ainda acreditam que a geografia é uma disciplina desinteressante e desinteressada, elemento de uma cultura que necessita da memória para reter nomes de rios, regiões, países, altitudes, etc. Nesta primeira década do século XXI, a geografia, mais do que nunca, coloca os seres humanos no centro das preocupações, por isso pode ser considerada também com uma reflexão sobre a ação humana em todas as suas dimensões. Ela preocupa-se com as inquietações do mundo atual, buscando compreender a complexidade da forma como ocorre a ordem e a desordem no planeta. Na realidade, ela é um instrumento de poder para aqueles que detêm os seus conhecimentos.

Dentro deste cenário é possível observarmos que a formação dos professores de Geografia perpassa o desafio da utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de (re)produção do conhecimento geográfico. A problemática apresenta aos educadores o desafio de ultrapassar o mero compromisso formal que estão habilitados a partir de sua titulação de licenciado. O movimento de ensinar - aprender - ensinar deve procurar o dinamismo através de uma superação constante. Gabriel (2013) em sua obra “Educ@r: a revolução digital na educação” define a existência de dois tipos de professores na atualidade: o professor-conteúdo e o professor-interface.

Apesar da dualidade, uma constante torna-se evidente: uma docência baseada única e exclusivamente no conteudismo não é capaz de explicar os fenômenos atuais em sua velocidade de metamorfose, bem como a sociedade globalizada em suas diferentes escalas de análise.

Na grande maioria das vezes, os indivíduos iniciam seus estudos acreditando que a universidade será capaz de “formatá-los” para o mercado de trabalho, apresentando uma

“fórmula” pronta para aplicação. A prática docente, no entanto, nos demonstra diariamente que o processo de ensino aprendizagem tem que ser constantemente (re)inventado a partir do contexto que estamos inseridos, pois, como bem salientam Soares e Almeida (2005, pág. 3):

“Um ambiente de aprendizagem pode ser concebido de forma a romper com as práticas usuais e tradicionais de ensino-aprendizagem como transmissão e passividade do aluno e possibilitar a construção de uma cultura informatizada e um cooperativo, onde a interação e a comunicação são fontes da construção da aprendizagem”.

Nesta conjuntura, as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação podem representar uma grande ferramenta para a educação geográfica, entretanto, elas por si só não solucionam todos os nossos problemas. Precisamos ir além de apenas inseri-las no ambiente escolar, e debater acerca de quais as intencionalidades desta metamorfose do velho e novo à educação geográfica.

TECNOLOGIA E PRÁTICA DOCENTE: UMA POSSIBILIDADE?

Diante desse emaranhado que se forma na pós-modernidade, é necessário compreender o sentido oculto dos discursos e práticas docentes com o intuito de recusar elucidações unilaterais e totalizadoras. Sendo assim, como realizar a metamorfose entre as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e a prática docente?

Como já visto anteriormente, é inegável o avanço assinalado pela utilização das Novas Tecnologias na sociedade atual. Neste enquadramento a escola precisa estar preparada para lidar com essa problemática de forma a compreender quem é esse aluno contemporâneo e de que forma ele está inserido no meio de todos esses “recursos”.

O pensamento moderno é marcado por uma disjunção, como nos aponta Morin (2011), de forma que essa bipolaridade auxilia na compreensão reducionista que conduz à incapacidade de reconhecer e de conceber o complexo (os aspectos múltiplos e opostos de um mesmo fenômeno), além da incapacidade de tratar o fundamental e o global, ou seja, de tratar os problemas vitais e mortais de cada um e de todos”.

Apesar de presenciarmos diversos avanços produzidos pelo “progresso” científico, Morin está nos alertando para a fragmentação causada pela hiperespecialização, que acaba, por vezes, promovendo a ignorância, descontextualizando os fenômenos.

Na seara da Geografia Escolar, percebemos a redução da produção e a reprodução de “receituários”, isto é, práticas pré-programadas, fundadas em uma razão científica “dura”, constituída a partir de uma hegemonia do discurso cristalizado ao longo do tempo. Tais práticas caminham junto com a crise da modernidade, corroborando o discurso em uma dicotomia de velho e novo, atrasado e evoluído, que Latour (1994) designa como uma dupla potência entre racional e irracional.

Diante desses elementos, torna-se essencial o professor ter a compreensão total da sua construção epistemológica de educação e Geografia, pois tais condutas irão sustentar a sua prática pedagógica e auxiliarão na sua (re)formação do pensamento. Essa tomada de consciência também não se faz sozinha: é preciso que o mesmo perceba os alicerces dos discursos que são difundidos nas suas falas, que pouco a pouco foram se forjando na sua construção enquanto educador.

Neste âmbito de construção do pensamento, Bachelard (1996) reflete que a formação do espírito científico nos leva a uma sociedade pensada em oposição à sociedade vivida. A busca pelo conhecido dos fenômenos, suas causas e leis, caminham para a construção de uma comunidade científica estabelecida a margem da sociedade social, abstraída em uma vida própria, que não pode ser compreendida senão em função de seus próprios problemas, de sua própria história. Mas nem sempre a busca de nossas respostas perpassa a desconstituição do passado, na aceitação do ideal contemporâneo. É preciso ir mais longe, afinal, o que existe para além das nossas lentes?

Ao distanciar e aproximar o real e o ideal, possibilita-se o surgimento de uma lógica dialógica, propondo, assim, uma complementariedade que nos leva a navegar em um oceano de incertezas, no entanto, ainda restam pequenas ilhas e arquipélagos de certezas. Morin (2011, p. 140-141) destaca:

Para reencontrar a “verdadeira realidade”, é necessário conhecer os riscos de erro e ilusão que todo conhecimento implica. Isso é uma banalidade, mas é preciso repeti-la sem cessar: todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução. É por isso que não existe conhecimento que seja um reflexo fotográfico da realidade. É claro que o conhecimento sob a forma de ideias e de teorias é uma tradução e uma reconstrução refinada, mas que pode sofrer de enormes ilusões e erros. Foi o que aconteceu no decorrer de toda a história humana.

Esta visão já havia sido propagada por Latour (1994) ao mostrar que a modernidade prometeu, a partir do século XVII, a separação dos seres humanos das “coisas”. Entretanto, isso nunca ocorreu de fato. Ou será que estamos vivendo esta realidade na contemporaneidade? Destruição ambiental, esgotamento de recursos naturais, poluição, pandemias, guerras, miséria, só para citar alguns dos problemas socioambientais contemporâneos.

Observa-se cada vez mais latente no mundo contemporâneo a sobreposição do tempo sobre o espaço. O ritmo apressado do dia a dia, as rotinas de trabalho, escolares, de consumo, entre outras, transformam as antigas relações sociais, empobrecendo, por assim dizer, as práticas sociais. Este enfraquecimento se torna latente ao passo em que as relações entre pessoas são substituídas por relações virtuais.

Uma sociedade esquizofrênica, líquida, que se contrapõe totalmente a máxima prometida pela modernidade no século XVII, percorrendo, incessantemente, um caminho unitário que nos leva diretamente para o epicentro dessa crise homogeneizante. Entretanto,

ao mesmo tempo, nos permite propor algumas ferramentas para uma outra possibilidade. A complexidade proposta por Morin pode auxiliar nesse processo de religar o que está separado e compartimentado. Desta forma, o autor nos aponta a necessidade de buscar o contexto, a fim de sairmos do reducionismo existente no dogma atual.

Neste sentido, compreendemos as técnicas como uma destas possibilidades, aquilo que Santos (2002) apreende como um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais os sujeitos tencionam as suas vidas, produzindo e, ao mesmo tempo, criando o espaço. Com base na contribuição de Santos (2002), o conjunto de técnicas que nos referimos está diretamente relacionada às tecnologias da informação e comunicação, as quais, nos últimos anos, estão sendo cada vez mais incorporadas à dinâmica da sociedade atual.

Partindo do entendimento de que a educação geográfica não pode ser reduzida ao estudo da localização dos fenômenos, mas que deve atender às questões mais amplas, que dizem respeito ao processo de (re)produção do espaço geográfico, a construção de mapas temáticos podem ser um exemplo palpável de como a técnica pode preencher e qualificar o conhecimento dos fenômenos e processos desenvolvidos no espaço. A capacitação técnica permite o aproveitamento das mais diversas ferramentas existentes em softwares de análise geográfica, o que possibilita que os dados e informações possam cruzados e analisados de forma mais precisa.

A capacitação crítica, sempre relacionada com a técnica, é um exercício, uma construção que nos lembra que cabe ao profissional/docente e/ou estudante estar sempre em processo de atualização. Limitando-se ao tema escolhido para exemplificar o processo, o espaço geográfico, podemos citar algumas aplicações, tais como o planejamento e uso do espaço físico-territorial, planejamento da infraestrutura e mobilidade urbana, criação de banco de dados cadastrais, entre outros. Desta forma, a utilização das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação nos estudos da Geografia se justificaria pela multiplicidade de usos e funções as quais apontam para uma perspectiva interdisciplinar de utilização, com sistemas automatizados de armazenamento, manipulação e análise de dados geográficos.

Cabe ainda ressaltar que as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação atendem as tendências pós-modernas do campo de atuação dos geógrafos, com o uso de ferramentas contemporâneas aplicadas em diversas áreas do conhecimento humano, além de serem utilizadas por um público cada vez maior e de diferentes formações.

Estas práticas sugerem que o docente saia de sua zona de conforto, de sua estabilidade, buscando, assim, construir e reconstruir constantemente a sua autoria durante a prática pedagógica. Logo, a incerteza presente na prática pedagógica dos professores cotidianamente deve se transformar em novas possibilidades, em processos autorais, que auxiliem cada vez mais na desconstrução da linearidade e das verdades absolutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não trouxemos como objetivo central deste texto apresentar formulações fechadas ou até mesmo receituários prontos, mas sim problematizar algumas questões que permeiam o ambiente escolar atualmente. O objetivo foi trazer à tona o debate sobre Novas Tecnologias no Ensino de Geografia e de como essas ferramentas podem colaborar para uma educação geográfica com mais sentido.

Ao abordamos esse tema, inúmeros questionamentos surgiram. Através da apresentação de alguns deles, ao longo do texto, buscamos provocar e desestabilizar o discurso arraigado de que com apenas a utilização dos novos recursos o ensino de Geografia será “salvo”. Mas também, tão pouco esses recursos devem ser deixados de lado.

São inúmeros os desafios presentes na pós-modernidade, de modo que precisamos, nesse momento, ter compreensão do terreno que estamos pisando, sendo de extrema importância fundamentarmos nossos argumentos.

Diante dessa compartimentalização clara do sistema de ensino, como podemos avançar nas nossas pesquisas? A crise é sistemática e afeta a todos os setores da sociedade. Diante disso, muitas vezes apresenta-se a educação como a única saída para nossas mazelas. Mas será que nosso sistema de ensino está preparado para ser a “solução”? Como poderíamos reconhecer e conceber o complexo nos processos educativos?

Esse panorama de incertezas que nos é apresentado surge como uma “outra” possibilidade. Mesmo diante de todos os problemas existentes, o caminho da catástrofe pode apontar para uma metamorfose. Contudo, é importante ressaltar que o papel do docente é de abrir as portas, deixando os alunos atravessarem, sem limitações. As incertezas que aqui persistem devem ser utilizadas com sabedoria, pois, a partir delas, podem surgir novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.; PRADO, M. E. B. P. **Redesenhando estratégias na própria ação: formação do professor à distância em ambiente digital**. In: JOSÉ A.V., MARIA ELIZABETH B. A., MARIA ELISABETTE B. P. **Educação a distância via Internet. Formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BATISTA, Bruno Nunes. **A ordem do discurso geoescolar**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFRGS. Porto Alegre, 2017.

BATISTA, Bruno Nunes; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **A Geografia do Mal: um Arquivo a Sombra do Denuncismo**. Revista de Geografia (Recife), Recife. V. 35, n.1, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Ensino, complexidade e diversidade da vida nos fazeres geográficos. IN: REGO, Nelson; KAERCHER, Nestor André; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Orgs.). **Geografia vol. 2: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre. Penso, 2011.

GABRIEL, Martha. **Educ@r: a revolução digital na educação**. 1. ed. São Paulo. Saraiva. 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

KAERCHER, Nestor André. **Se a Geografia escolar é um pastel de vento o gato come a geografia crítica**. Porto Alegre. Evangraf, 2014.

KENSKI, V. M. O papel do professor na sociedade digital. In A. D. Castro & A. M. P. Carvalho (Org.). **Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning. 2002.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: Ensaios de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo? Ensaios sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2011.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Ethos e mitos do pensamento único global totalitário. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 153-167, 2001.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre o Advento da cibergeografia ou o surgimento da geografia política do ciberespaço: contribuição a crítica à geografia crítica**. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2, 2009, São Paulo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. 3ª ed. Porto Alegre. Sulina, 2012.

TANCMAN, Michele. **A (Ciber) Geografia das Cidades Digitais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

CAPÍTULO 2

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Juliana Lopes Lelis de Moraes

Universidade de Brasília e docente no Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Arcos - Minas Gerais.
<http://lattes.cnpq.br/7762550938015741>

Nelba Azevedo Penna

Universidade de Brasília - Distrito Federal.
<http://lattes.cnpq.br/7375176258588444>

RESUMO: No início do século XXI, o Brasil presencia um movimento de implementação de políticas públicas, como a criação e a consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que possui como o objetivo o desenvolvimento territorial. Os Campi dos Institutos Federais estão presentes nas mais diferentes cidades brasileiras, sendo um deles, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, localizado no município de Arinos. Implantado no ano de 2009, oferta, atualmente, três cursos técnicos integrados ao ensino médio e cinco cursos superiores. Possui 1772 alunos matriculados e 147 servidores. Nesta perspectiva, este trabalho busca refletir a apropriação do espaço pelo Instituto Federal e a construção de novas possibilidades para o uso do território. Para tanto, foram analisadas as principais ações e atividades realizadas ao longo da última década, por meio de entrevistas junto ao diretor geral e coordenadores de ensino, pesquisa e extensão,

bem como pesquisa documental. Assim, é possível afirmar que a instituição contribuiu para: a interação do poder público com as demandas locais e regionais, sendo realizados projetos de ensino, extensão e pesquisa considerando as necessidades territoriais; com a inserção cidadã, pois possibilitou o compartilhamento de ideias e conhecimento, visando à formação e participação da comunidade; ao fortalecimento das redes do território do Vale do Uruçua; ao aumento da escolaridade da população e permanência dos jovens na cidade; e ainda, à diversificação do setor terciário. Desse modo, é possível afirmar que a implantação do Instituto Federal contribuiu para uma nova dinâmica espacial, a partir de novos usos territoriais, principalmente sobre o viés educacional e político.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Território; Desenvolvimento

THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: TECHNOLOGICAL PROFESSIONAL EDUCATION AS PUBLIC POLICY

ABSTRACT: At the beginning of the twenty-first century, Brazil witnessed a movement for the implementation of public policies, such creation and consolidation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, whose objective is territorial development. The campuses of the Federal Institutes are present in the most different Brazilian cities, being one of them, the Federal Institute of North of Minas Gerais, located in the Arinos' city. Implemented in

2009, it currently offers three technical courses integrated to high school and five graduation courses. It has 1772 students registered and 147 servants. In this perspective, this work seeks to reflect, from theoretical and methodological contributions based on the dialectical perspective, the appropriation of space by the Federal Institute and the construction of new possibilities for the use of the territory. For that, the main actions and activities carried out over the last decade were analyzed through interviews with the general director and coordinators of teaching, research and extension, and with documentary research. Like this, is possible to affirm that the institution contributed to: the interaction of the public power with the local and regional demands, being carried out projects of teaching, extension and research considering the territorial necessities; with the insertion of citizens, because enabled the sharing of ideas and knowledge, aiming at the formation and participation of the community; strengthening the networks of the Urucuia Valley; the increase of schooling of the population and the permanence of young people in the city; and the diversification of the tertiary sector. In this way, it is possible to affirm that the implantation of the Federal Institute contributed to a new spatial dynamics, starting from new territorial uses, mainly on the educational and political bias.

KEYWORDS: Public Policies; Territory; Development

1 | INTRODUÇÃO

Steinberger (2013) aponta que, no início do século XXI, é possível verificar um movimento político que priorizou à implementação de políticas públicas, como política de Estado, em prol da diminuição das desigualdades socioespaciais. De acordo com a autora, um aspecto importante foi a busca pelo desenvolvimento, a partir de processos educacionais, a estruturação de um projeto social inclusivo e a formação profissional, principalmente, nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Neste contexto, a Educação Profissional Tecnológica (EPT) assume-se como uma estratégia de política pública, que objetiva um ensino de qualidade, a inclusão social, a sustentação econômica e a sustentabilidade ambiental, a partir de uma educação gratuita (BRASIL/MEC, 2009).

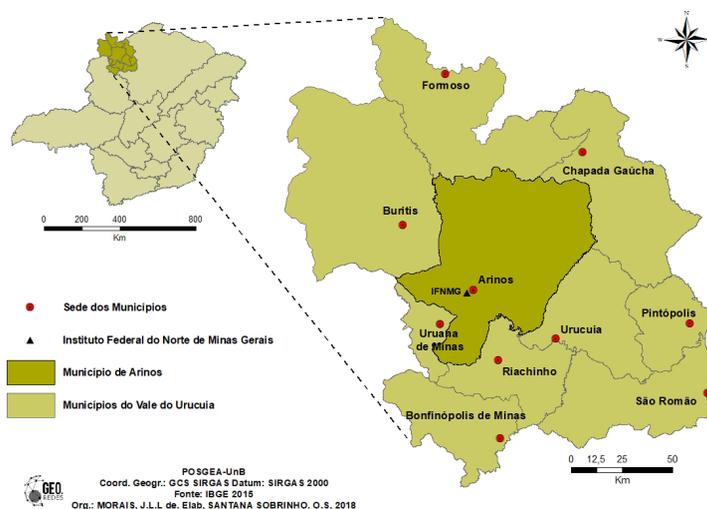
Os Institutos Federais, criados a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e são autarquias especializadas na oferta gratuita de diferentes níveis e modalidades de ensino, e ainda, sob uma organização pluricurricular e multicampi. Especificadamente, sua finalidade é o desenvolvimento local e regional através do fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais¹ (APLs), sociais e culturais (BRASIL/MEC, 2008).

Para Pacheco (2011), são instituições que demonstram potencialidades para a

¹ Os APLs são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (MDIC, 2018).

promoção do desenvolvimento territorial, pois almejam além da perspectiva econômica, à formação educacional e política, a partir da difusão científica, técnica e tecnológica. Na última década, os Institutos Federais expandiram-se pelo território nacional, tornando-se presente nos diferentes estados e suas microrregiões. Atualmente, são 644 (seiscentos e quarenta e quatro) *campi* em funcionamento.

Arinos, município do Noroeste de Minas, é sede de um dos *campi* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Sua implantação representou uma possibilidade de formação educacional e profissional, além de geração de renda para a população, especialmente para a microrregião do Vale do Rio Urucuia (composto pelos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Formoso, Natalândia, Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas, Unai e Urucuia-MG) (IFNMG, 2018).



Mapa 01 – Municípios pertencentes ao Vale do Urucuia no estado de Minas Gerais

Segundo Mendes (2012), a microrregião do Vale do Rio Urucuia caracteriza-se, historicamente, pelos baixos índices socioeconômicos, intenso êxodo rural e emigração da população jovem para as regiões mais dinâmicas; e ainda, pela ausência de instituições federais de ensino.

Neste contexto, reconhece-o como um importante ator do território do Vale do Urucuia. O espaço, destacado por Santos (1978), como um conjunto de formas representativas das relações sociais do passado e do presente, numa relação dialética entre espaço e sociedade, entende-se que após a implementação desta instituição, o município apresenta novas relações territoriais.

Enfim, diante desta realidade, o presente trabalho buscou, a partir de contribuições

teórico-metodológicas calcadas na perspectiva dialética, compreender a atuação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, campus Arinos, no desenvolvimento territorial do Vale do Urucuia. Para tanto, foram analisadas as principais ações e atividades realizadas ao longo da última década, por meio de entrevistas junto ao diretor geral e coordenadores de ensino, pesquisa e extensão, bem como pesquisa documental na Prefeitura Municipal de Arinos, *websites* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2 | DISCUSSÃO

Steinberger (2013) destaca que no ano de 2003, as políticas públicas brasileiras retornaram como ações que ampliariam a máquina do estado e incentivariam a sua associação com a sociedade civil.

Em sua obra “Território, ambiente e políticas públicas espaciais”, Steinberger (2016) aponta que

A experiência brasileira, pós 2002, de retomar a produção de políticas públicas nacionais, ao inserir o território nas suas propostas, propicia e dá oportunidade de conhecer mais profundamente a relação políticas públicas-território (STEINBERG, 2016, p. 61).

De acordo com Rodrigues (2014), no contexto de políticas públicas, a abordagem territorial ganha expressão no panorama de crise econômica e reformas que marcaram a década de 1990, e abre espaço para a proposição de experiências no sentido de valorizar as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes. Para a autora, muitas vezes, as políticas públicas dos mais diferentes setores surgem a partir de problemas que não são inatos à sociedade, representando o interesse de apenas um grupo. Neste âmbito, é necessário sempre problematizar o contexto em que tal debate se insere, pois, para pertencer a agenda política, é essencial que se relacione diretamente ao contexto socioespacial e temporal vivenciado, e ser coerente com o interesse público.

Segundo Cunha e Cunha (2002), a política pública é um dever do Estado, no entanto emerge, muitas vezes, da reivindicação social.

Fernandes (2015) ressalta que é importante reconhecer que as políticas públicas acontecem no espaço e interferem nos seus elementos, formas e processos, ou seja, se objetivam nele e são dotadas de intensidade. Desse modo, se concretizará no território, explícita ou implicitamente, a partir da apropriação espacial.

Nesta perspectiva, adota-se à concepção de território elaborada por Milton Santos (1996), pois o considera como “território usado”, que pressupõe a apropriação de determinada porção do espaço por um dado grupo social, estabelecida por relação de poder, se materializando na forma física, cultural, social e política, produzindo formas espaciais diferenciadas.

Nesse sentido, a abordagem territorial é utilizada quanto estratégia de desenvolvimento, capaz de contribuir não somente no aspecto econômico, mas para o alcance de uma maior justiça espacial, pois reconhece-se a necessidade de se pensar e compreender o território em suas múltiplas dimensões. Assim, a compreensão de desenvolvimento atrelada ao território, é uma forma de compreensão do processo de produção espacial, a partir de seus sujeitos, seus objetivos, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios.

De acordo com Pires *et al.* (2006), o desenvolvimento territorial é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.

Sen (2010), no seu clássico “Desenvolvimento como liberdade”, ressalta que a busca pela justiça deve ser vista como equidade e não como igualdade, ou seja, considerando as especificidades de cada situação e/ou espaço. E mais, as políticas públicas devem atuar nas mais diversas dimensões e não somente no quesito renda.

A educação tem, portanto, um papel crucial na elaboração dessas estratégias de desenvolvimento, principalmente, no âmbito de sua articulação, quando se considera o território como *locus* da construção e reconstrução dos grupos sociais.

De acordo com Pacheco (2011), os Institutos Federais buscam, enquanto política pública, a superação da miséria e a redução das iniquidades sociais e territoriais, principalmente, a partir da formação educacional. Acredita-se que a educação possibilitará o desenvolvimento de capacidades que fornecerão competências para o cidadão se apropriar e utilizar de maneira mais sustentável socialmente, ambientalmente e economicamente do seu espaço.

Para tanto, segundo o MEC (2008), esta instituição possui como principais diretrizes e concepções: a) a educação profissional tecnológica como política pública; b) o foco de atuação no desenvolvimento local e regional; c) a rede federal como rede social; d) o desenho curricular baseado na interdisciplinaridade, verticalização e na vinculação entre ciência e tecnologia e; por fim, e) o trabalho como categoria estruturante do ser social.

Enfim, os IF's são reconhecidos como uma instituição de cunho progressista, que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento, de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana (MEC, 2008).

3 | RESULTADOS

O IFNMG foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF).

O campus Arinos é um dos 11 (onze) *campi* implantados estrategicamente nos municípios das mesorregiões do Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais. Suas atividades iniciaram no ano de 2009 com 200 (duzentos) alunos matriculados em turmas dos cursos de agropecuária e informática, na modalidade concomitante ao ensino médio. E, atualmente, conta com 1772 alunos matriculados, sendo 1050 na modalidade presencial e 722 na modalidade de educação à distância.

Desde 2009, nota-se o aumento do número de cursos ofertados e, conseqüentemente, o número de matrículas efetuadas. Hoje, o campus oferta três cursos técnicos integrados ao ensino médio (Agropecuária, Informática e Meio Ambiente) e cinco cursos superiores (Bacharelado em Administração, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Produção de Grãos e Bacharelado em Sistemas de Informação). Estes cursos são escolhidos a partir da demanda da própria população, por meio de audiências e consultas públicas.

A evolução no número de alunos matriculados pode ser observada no quadro a seguir:

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
305	558	1257	2269	1315	1440	1600	1585	1250	1772

Quadro 01 – Matrículas efetuadas no período de 2010 a 2019.

Fonte: IFNMG, 2019

Anualmente, adentram para a instituição 200 (duzentos) novos alunos nos cursos superiores e 195 (cento e noventa e cinco) no ensino médio. É possível afirmar, então, que desde 2010, a instituição contribui para a inserção cidadã, a partir do compartilhamento de experiências e conhecimento para uma população, historicamente marginalizada, que tinha como instituição federal de ensino mais próxima, a Unimontes (Universidade de Montes Claros), localizada na cidade de Montes Claros à 340 (trezentos e quarenta) quilômetros.

E, ainda, atende as diferentes necessidades e interesses da população ao ofertar o ensino médio, o ensino técnico e o ensino superior. Até o início de 2019, o IFNMG, campus Arinos, formou cerca de 900 profissionais.

A educação é um dos direitos que contribui, como destaca Lefebvre (1999), ao direito à cidade, que seria o conjunto de direitos usufruídos de maneira igualitária por todos os cidadãos na sociedade urbana, como potencialidade política. Atualmente, esses direitos são atacados pelas relações do movimento produtivo do capital.

Além do destaque para a formação, é importante ressaltar que muitos dos profissionais formados, permaneceram na cidade e região, atuando nas mais diversas

áreas, seja em lojas de assistência técnica, em empresas de consultorias ambiental e agrícola, em fazendas, ou mesmo em instituições públicas, como funcionários públicos em diferentes órgãos, dentre outros.

Verificou-se, também, que a instalação do IFNMG incentivou a permanência de jovens na cidade, visto que, nos anos anteriores à sua instalação, o município demonstrava redução no número de habitantes, principalmente, na porcentagem de jovens que saíam em busca de novas oportunidades. Diferentemente deste panorama, atualmente, a maior parte da população de Arinos, 52%, encontra-se em idade produtiva e 35% são jovens (IBGE, 2019).

Outro ponto a ser destacado é que com a implantação do campus têm-se uma ampliação e consolidação das redes territoriais, seja a partir do atendimento dos alunos provenientes de diferentes municípios, ou mesmo, pela realização de ações e projetos que extrapolaram o território de Arinos.

A dimensão territorial dos seus projetos e ações, nos últimos anos, tiveram como foco o município de Arinos (63,5%), o Vale do Urucuia (12,1%), os municípios de Chapada Gaúcha (1,9%) e Urucuia (3,8%), e alguns que abarcaram a mesorregião do Noroeste de Minas Gerais (1,9%). Ainda, 16,8% dos projetos focaram a própria instituição.

Nestes municípios, as suas ações alcançaram e realizaram parcerias com diferentes atores sociais, como instituições públicas (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, campus Unaí; Escolas Estaduais e Municipais, Prefeituras), organizações não governamentais (Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável Familiar Sustentável com base na Economia Solidária Ltda, COPABASE, Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda (Capul), Fundação Pro Natureza, Funatura e Crê Sertão) e iniciativas privadas (Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unaí, FACTU; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE). Estas parcerias são materializadas no oferecimento do transporte público para os alunos, na realização de projetos, na participação de eventos, no oferecimento de estágio, em consultorias e cursos, dentre outros.

As ações do campus Arinos atuam no município e região, principalmente, através dos projetos de pesquisa e extensão, que tiveram como principais temas: questões agrícolas, ambientais, segurança alimentar e nutricional, geração de renda e inclusão social. Cabe ressaltar que, apesar da diversificação das temáticas, a dedicação dos projetos, ainda, encontra-se, majoritariamente, na área de Ciências Agrárias, o que é justificado pela relação direta com o oferecimento de cursos técnicos e superiores nessa área, bem como pela influência da região em que a Instituição se encontra inserida. A região Noroeste de Minas é uma mesorregião de destaque na produção de grãos no estado de Minas Gerais e no cenário nacional.

Além destes projetos, o *Campus Arinos* conta com a sua primeira Empresa Júnior, denominada “IF Júnior Consultoria Empresarial”, vinculada ao curso de Administração, que tem por objetivo atuar como indutora do desenvolvimento mercadológico.

É possível dizer, assim, que o *Campus Arinos* atua como estratégia de desenvolvimento territorial, pois perpassa todos os níveis de ensino e demonstra potencialidades para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local e regional.

Ainda pode-se afirmar que o IFNMG aumentou o fluxo de capital na cidade, pois juntamente com a instituição, vieram servidores e alunos. E logo, gerou à demanda por novos serviços e/ou sua intensificação. Neste contexto, houve uma diversificação no setor de comércio e serviços, com o surgimento de imobiliárias, copiadoras, *lan houses*, comércio (bares, frutarias, supermercados) e construtores. Além disso, contribuiu para melhorias em sua infraestrutura urbana (aumento no número de ruas e pavimentação).

Para Santos (1999), as intervenções técnicas do governo ou da iniciativa privada, (re)criam formas espaciais (objetos técnicos) que interferirão nas relações sociais, visto que não são dissociadas do espaço, pois é condição de sua materialização e realização. Portanto, a instalação das unidades de ensino está arreigada de intencionalidades e atrai fluxos de diferentes naturezas (de pessoas, de informações, de capital, entre outros) que promoverão alterações no espaço. E, estes fluxos, por sua vez, promoverão alterações na paisagem urbana.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações é possível afirmar que, desde 2009, a instituição contribui para o desenvolvimento territorial do Vale do Urucuia, principalmente, por ampliar a interação do poder público com as demandas locais e regionais, sendo realizados projetos de ensino, pesquisa e extensão considerando as necessidades locais; por contribuir com a inclusão da população, visto que possibilita a formação, o compartilhamento de ideias e a troca de experiências, visando à formação e participação da comunidade; por fortalecer as redes do território do Vale do Urucuia, a partir das parcerias firmadas entre diferentes organizações e instituições; e ainda, por incentivar a diversificação do setor terciário, ampliação das construções civis e fluxo de capital.

Desse modo, é possível afirmar que a implantação do Instituto Federal contribuiu para uma nova dinâmica espacial, seja a partir de sua apropriação, ou mesmo por despertar novos usos territoriais, principalmente, sobre o viés educacional e político.

Por se tratar de uma política pública educacional, traz a educação como elemento essencial para o desenvolvimento, mas não no viés meramente econômico, e sim, como na busca por condições de vida da população, de modo a possibilitar o conhecimento que permita a atuação da sociedade de forma mais consciente e atuante na sua realidade.

No entanto, ainda há desafios para que a instituição cumpra por completo o seu papel social, principalmente, no que se refere a realização de ações integradas e sempre associadas às suas diretrizes e às suas concepções.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Edite. da P.; CUNHA, Eleonora. S. M. Políticas públicas sociais. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, p. 11-26, 2002.

FERNANDES, Suellen. W. R. **Contribuições da ciência geográfica às políticas públicas**. 2015. 212 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. <http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>, acesso em 27 de Abril de 2019.

IFNMG, INSTITUTO FEDERAL NORTE DE MINAS GERAIS. **Documentos institucionais**. <http://www.ifnmg.edu.br/arinos>, acesso em: 14 setembro de 2018.

LEFEBVRE, Henry. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MENDES, Venícius. J. de M. **O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em Minas Gerais/Goiás**. Brasília, DF: UnB, 2012. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Concepção e diretrizes: MEC/SETEC, 2008.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. Moderna: São Paulo, 2011.

PIRES, Elson.; MÜLLER, Geraldo.; VERDI, Adriana. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia – Associação de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 31, 2006.

RODRIGUES, Juliana. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 4ª ed, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, EdUSP, 1978.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEINBERGER, Marília, (org). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2016.

STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

CAPÍTULO 3

ESTUDIO ACERCA DE FACTORES DETERMINANTES EN LA ELECCIÓN DE UN PLAN DIFERENCIADO EN ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA DE DOS COLEGIOS CHILENOS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 05/10/2020

Angélica Aurora Corrales Huenul

Universidad de Concepción, Facultad de
Educación
Concepción-Chile
<https://orcid.org/0000-0002-2593-2053>

Loreto Inés Caro Concha

Universidad de Concepción, Facultad de
Educación
Concepción-Chile
<https://orcid.org/0000-0001-8300-8494>

Cristian Andrés Espinoza Fuenzalida

Instituto Politecnico Superior Egidio Rozzi
Sachetti
Constitución-Chile
<https://orcid.org/0000-0002-3525-935X>

Boris Alexander Espinoza Peña

Liceo Bicentenario Valentín Letelier Madariaga
Linares-Chile
<https://orcid.org/0000-0002-8195-8004>

RESUMEN: La realidad educacional chilena establece que la educación Científico – Humanista está “orientada a la profundización de las áreas de la formación general de interés de los estudiantes”, señalado en el artículo 20 de la Ley 20.370 (2009), del Ministerio de Educación de Chile. Por ello los estudiantes de segundo año de enseñanza secundaria deben seleccionar un plan de educación diferenciado acorde con

sus intereses vocacionales. Los colegios en los que se focalizó esta investigación ofrecen al estudiantado cinco planes diferenciados subdivididos en dos áreas: conocimientos específicos y conocimientos artísticos. Ante esta realidad, surgieron las siguientes interrogantes: ¿Qué factores influyeron en el proceso de elección vocacional en los estudiantes que cursan plan diferenciado en dos colegios de Chile?, ¿qué teoría prevalece en el proceso de toma de decisiones de los estudiantes al momento de realizar su elección vocacional? y ¿las expectativas vocacionales que poseen los estudiantes, afectan a las metas y a las acciones de elección? La investigación abordó las interrogantes a partir de la aplicación de una escala de apreciación descriptiva y los resultados señalan que existe coherencia entre el Plan Diferenciado elegido y la carrera universitaria a estudiar, sustentado en la Teoría de Rasgos y Factores.

PALABRAS CLAVE: Colegio, Elección vocacional, Enseñanza secundaria. Estudiantes.

STUDY ABOUT DETERMINING FACTORS IN THE CHOICE OF A DIFFERENTIATED PLAN IN SECONDARY EDUCATION STUDENTS FROM TWO CHILEAN SCHOOLS

ABSTRACT: The Chilean educational reality establishes that Scientific Humanist education is “Oriented to the deeping of the areas of general training in Students interest”, indicated in article 20 of Law 20.370 (2009), of the ministry of Education in Chile. Therefore, second year secondary school student must select of differentiated education

plan according to their vocational interests. The Schools in which this research was focused, offer the students five different plans subdivided in two areas: Specific knowledge, and artistic knowledge. Faced with this reality, the following questions appeared: What factors influenced the process of vocational choice in students who study in two schools in Chile? what theory prevails in the decision-making process of student when making their vocational choice? and the vocational expectations that the students have, affect the goals and actions of choice? The research managed the questions from the application of scale of descriptive appreciation and the results indicate that, there is coherence between the chosen plan and the university career to be studied based on the Theory of Traits and Factors.

KEYWORDS: School, Vocational choice, Secondary education, Students.

1 | INTRODUCCIÓN

El Ministerio de Educación de Chile, es el organismo estatal “encargado de fomentar el desarrollo de la educación en todos sus niveles” (MINEDUC, Misión, párrafo 1), además de ser la institución administradora de los recursos de la red nacional de establecimientos educacionales públicos.

Dentro de las funciones del ministerio de educación está la de “elaborar las bases curriculares, los planes y programas de estudio, MINEDUC, Ley 18956, Art. 2), que entregan las directrices del proceso de enseñanza y contenidos mínimos obligatorios en todas las instituciones educacionales del país.

La actual educación chilena está dividida en cuatro niveles: “parvulario, básica, media y superior” (MINEDUC, Ley 20370, Art. 17), siendo obligatorios los primeros tres niveles, asegurados por el Estado a través de la educación pública y/o sistema de copago. Sin embargo, no siempre ha sido así. La Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza promulgada en marzo de 1990, establecía que la educación debía ser obligatoria hasta octavo año básico, desplazando la educación media a una opción de continuación de estudios que habilita al estudiante a continuar su proceso educativo formal a través de la educación superior o para incorporarse a la vida del trabajo. El año 2003, con la promulgación del Ley 19.876 se establece que la educación básica y la educación media son obligatorias, debiendo el Estado financiar un sistema gratuito con tal objeto, destinado a asegurar el acceso a ellas de toda la población”, para que cada estudiante expanda y profundice su formación general y desarrolle los conocimientos, habilidades y aptitudes que le permitan ejercer una ciudadanía activa e integrarse a la sociedad.

Asimismo, la Ley General de Educación de nuestro país (Ley 20.370, 2009) en su artículo 20 señala que la formación diferenciada “está orientada a la profundización de áreas de la formación general de interés de los estudiantes”; por consiguiente, los establecimientos educacionales con enseñanza Científico – Humanista, deben incluir dentro de su malla curricular asignaturas que permitan a los estudiantes alcanzar una formación integral de acuerdo a sus propios intereses.

Por otro lado, la promulgación del Decreto 220 (1998), define los lineamientos

generales de la formación diferenciada que “apunta a satisfacer intereses, aptitudes y disposiciones vocacionales de los alumnos, armonizando sus decisiones con requerimientos de la cultura nacional y el desarrollo productivo y social del país” (MINEDUC).

A raíz de las diversas investigaciones que se han realizado, señalan que en la elección vocacional intervienen una serie de factores, los cuales influyen en la decisión vocacional, ante lo cual se han diseñado teorías generalizadas con la idea de abordar la influencia que tienen dichos factores en el proceso de elección vocacional.

Entre las teorías más relevantes se destacan: la concepción interdisciplinaria de la elección vocacional, la Teoría sobre la Interpretación evolutiva de carácter general de la elección vocacional: Super y Bachrach (1957) y la Teoría Tipológica de John Holland basada en la Teoría de Rasgos y Factores cuyos postulados indican que las personas que desempeñan una misma actividad tienen características similares.

Francisco Rivas (1988) señala que la Conducta vocacional está definida como la parte del proceso de socialización que se produce y desarrolla en la interacción con múltiples factores que afectan a la persona sobre los planes de su futuro. Estos factores suelen ser la motivación, el entorno social y familiar, es decir, aquellos presentados en las teorías de John O Crites, anteriormente mencionadas.

Existen por otro lado dificultades que se pueden presentar durante el proceso de asesoramiento vocacional. Ginzberg en 1984 señala que “aunque los asesores vocacionales trabajen con teorías implícitas, es dificultoso verificar esas construcciones, agregando que es raro que dos prácticos utilicen o se basen en los mismos supuestos teóricos”. Es por esto, que Rivas (1988) formula una idea de proceso de asesoramiento, basándose en los enfoques señalados por Crites (1981), los que destaca, la Teoría del rasgo, el Psicodinámico, Rogeriano, Evolutivo y Conductual/Cognitivo fundamentado en forma Teórica y Tecnológica: La primera alude al punto de partida del proceso vocacional, la segunda: está asociada directamente a la aplicación del asesoramiento, el cual ayuda al individuo a resolver sus inquietudes y evaluar sus experiencias en la toma de decisiones. Estas teorías, nos entregan directrices que permitirán el análisis de esta investigación.

2 | METODOLOGÍA

La Investigación se realizó de acuerdo a una metodología cuantitativa y corresponde a un estudio descriptivo, de acuerdo a Vieytes, “un conocimiento exhaustivo del objetivo o alguno de sus atributos” (Vieytes, 2004, p.93). La técnica de recolección de datos utilizada fue una Escala de Apreciación.

La muestra corresponde a un subgrupo de la población compuesta por ambas unidades educativas. Se consideró a 60 estudiantes seleccionados a través del intervalo de edades [15,9;16,9], realizado con la media aritmética de las edades y una desviación estándar.

La escala de apreciación fue validada ante juicio de expertos. Consta de 14 preguntas, que abordaron las teorías de elección vocacional y cuyas posibles respuestas fueron “En Desacuerdo”, “De Acuerdo” y “Muy De acuerdo”. Posterior a la recolección de datos, se analizó e interpretó la información obtenida mediante tablas de frecuencia y gráficos para cada pregunta; seguido de un análisis comparativo entre ambas unidades educativas.

3 | ANÁLISIS E INTERPRETACIÓN DE RESULTADOS

Se muestran los resultados obtenidos mediante escala de apreciación aplicada a estudiantes de los centros educacionales a través de un análisis comparativo.

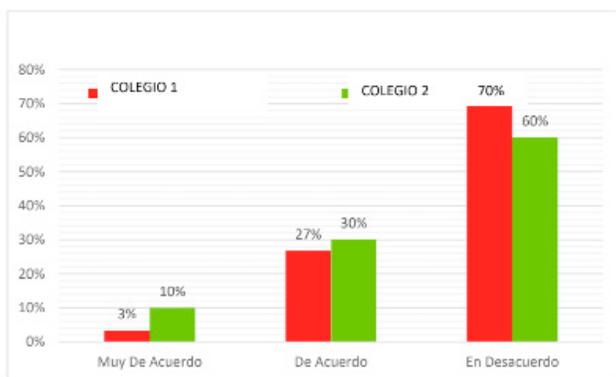


Gráfico 1: Encuesta a estudiantes sobre elección vocacional

Respecto a la pregunta: ¿Influyó su familia en la elección realizada? Se logra apreciar en el gráfico que, un 70% de los estudiantes de la unidad 1 señaló que su familia no incidió en su elección, por encima del 60% de los encuestados en el Colegio 2. Se puede extraer de esto, que en ambos colegios incidieron factores anexos el momento de decidir por un plan diferenciado.

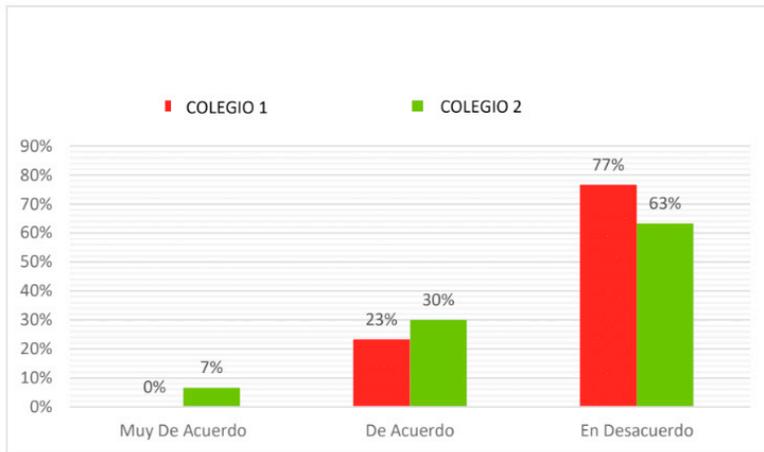


Gráfico 2: Encuesta a estudiantes sobre elección vocacional

En relación a si ¿Influyeron sus amigos u otros cercanos en la elección realizada? Se logra apreciar en el gráfico 2 que en ambas unidades educativas sus estudiantes se inclinan por la preferencia “En Desacuerdo” un 77% del colegio1 y un 63% del Colegio 2, en cuanto a que su elección fue influenciada por amigos o cercanos. De esto se puede inferir que los alumnos del establecimiento 1 poseen una mayor autonomía el momento de realizar una elección vocacional.

Además, sólo un 23% los encuestado de la unidad 1 indicó tener influencia de sus seres cercanos en la toma de decisión, a diferencia que en el colegio 2 con un 37% de las preferencias.

A nivel de instituciones, es claro apreciar que la Teoría Sociológica centrada en los amigos y otros cercanos no es un factor determinante al momento de escoger un plan diferenciado; lo que se refuerza con los resultados obtenidos en el análisis de la influencia a nivel familiar.

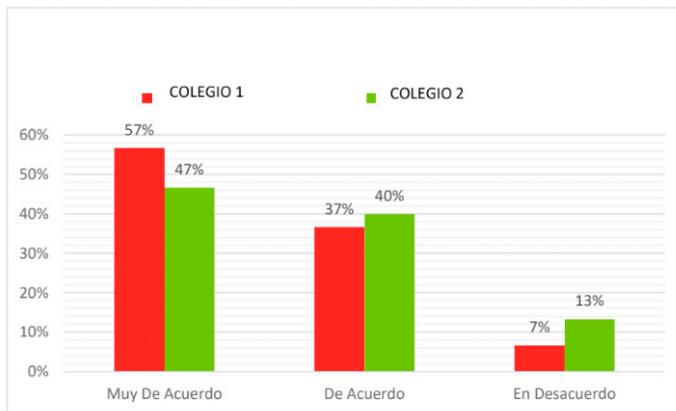


Gráfico 3: Encuesta a estudiantes sobre elección vocacional

Respecto a la pregunta. ¿Considera tener mayores habilidades y/o aptitudes para el plan diferenciado escogido?, el gráfico 3 nos indica que el 7% de los estudiantes encuestados del Colegio 1 y el 13% del Colegio 2 manifestaron que sus habilidades y aptitudes no incidieron al momento de escoger un plan diferenciado. Podemos concluir de esto, que la existencia de otros factores influyó mayormente al momento de realizar la elección.

En base a lo expuesto, podemos señalar que aproximadamente el 90% de la muestra total de los estudiantes de ambos colegios, indicó que sus habilidades y aptitudes poseen una relevancia al momento de realizar la elección, de lo que se deduce que la teoría de los Rasgos y Factores es un factor determinante en la elección vocacional.

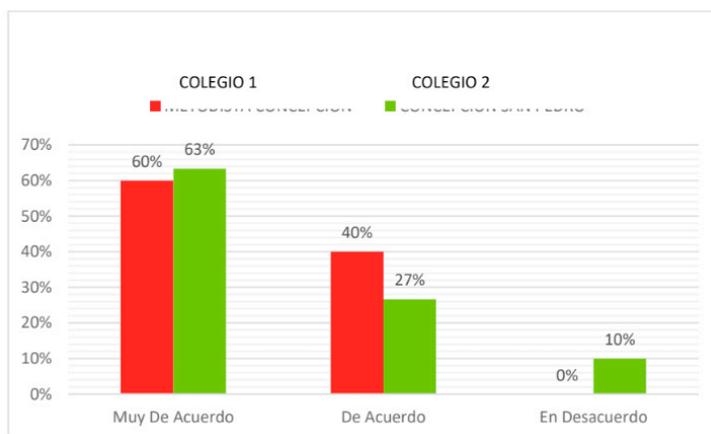


Gráfico 4: Encuesta a estudiantes sobre elección vocacional

En relación a la pregunta: la elección del plan diferenciado, ¿es parte del proceso de elección de una carrera universitaria? se aprecia en el gráfico 4 que se destaca que ningún estudiante del colegio 1 desechó que esta elección sea parte de un proceso de madurez vocacional, mientras que en el colegio 2 un 10% descartó esta opción. Esto puede ser un indicador de que colegio 1 profundiza mayormente el asesoramiento vocacional en comparación al colegio 2., por lo que el 100% de los encuestados del colegio 1 concordó a cabalidad que la elección del plan diferenciado es parte de la selección de una carrera universitaria, lo que está un 10% por sobre los resultados del colegio 2..A modo general, se puede señalar que, en ambos colegios, la Teoría presentada por Donald Super sería un factor relevante al momento de realizar la elección de un plan diferenciado.

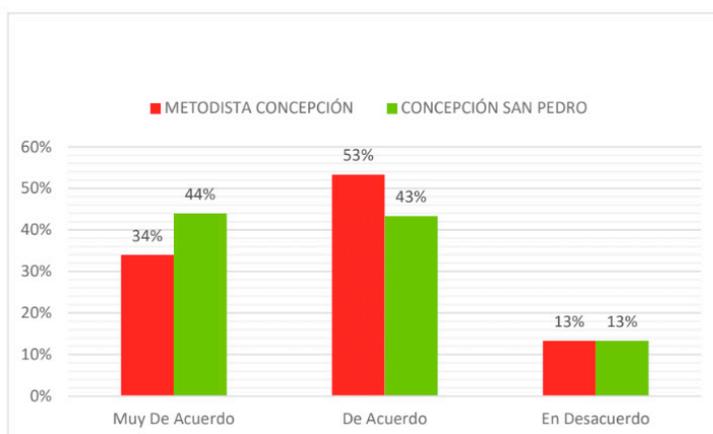


Gráfico 5: Encuesta a estudiantes sobre elección vocacional

En relación a la pregunta ¿Para la elección del plan diferenciado consideró un posible resultado de las calificaciones?, se aprecia que un 87% de las preferencias tanto del colegio 1 como del colegio 2, indicó que las calificaciones poseen una incidencia parcial o total al momento de elegir un plan diferenciado, dado que los estudiantes aceptan o rechazan la elección de una asignatura electiva.

A nivel de establecimientos se puede concluir que, en ambos centros educativos, las calificaciones son utilizadas como una base para escoger o rechazar un plan diferenciado, en las mismas condiciones. Por lo tanto, la Teoría de Tiedeman es considerada un importante factor durante el proceso de elección vocacional.

4 | DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

En ambas unidades educativas, un alto porcentaje de los estudiantes señaló que la elección de un plan diferenciado forma parte del proceso de selección de una carrera

universitaria, se puede afirmar que la Teoría Evolutiva de Elección Vocacional, planteada por Super es considerada un factor determinante al momento de escoger un plan diferenciado.

Por otra parte, un factor que se alza como determinante en el proceso de elección vocacional, es el sustentado por la Teoría de Rasgos y Factores, debido a que gran parte de los estudiantes confirmaron que poseen mayores habilidades y/o aptitudes para el plan diferenciado, lo que permite inferir que existe una correlación entre las habilidades del alumnado y las asignaturas electivas seleccionadas.

Otro factor relevante que incide al momento de realizar una decisión vocacional, son los posibles resultados académicos que obtendrá en las asignaturas electivas, por ende, la Teoría Evolutiva de Elección Vocacional señalada por Tiedeman resalta como determinante al momento de ejecutar la toma de decisiones.

A lo anterior se agrega, que los resultados académicos obtenidos en las asignaturas electivas escogidas, en comparación con los resultados generales del curso, podría influir en una decisión de continuación o cambio de plan diferenciado. De esto, se desprende que las calificaciones poseen relevancia al momento de realizar la elección vocacional.

Es importante señalar que los factores determinantes en la elección de un plan diferenciado pertenecen principalmente a las Teorías Psicológicas y Evolutivas presentadas por John O Crites, de esto se puede decir, que el proceso de madurez vocacional es de vital importancia en la toma de decisiones, lo que hace imperativo que la orientación profundice esta área tanto a modo grupal como individual, con la finalidad de optimizar el proceso de elección vocacional.

En contraste, teorías que menos incidieron en los estudiantes al momento de realizar la elección vocacional fueron las del tipo No Psicológicas, particularmente la teoría del Accidente y la Sociológica.

En cuanto a si las expectativas vocacionales que poseen los estudiantes afectan las metas y a las acciones de elección, se puede concluir que existe una directa relación entre ellas y son decisivas en la toma de decisiones, puesto que tanto las expectativas académicas como la de una futura carrera universitaria son consideradas determinantes a la hora de escoger un plan diferenciado.

Se puede señalar que para optimizar el proceso de la toma de decisiones, se hace necesario un Asesoramiento Vocacional que aborde las necesidades específicas de los estudiantes, considerando que el proceso de decisión vocacional debe ser personal, desarrollado de forma consiente por cada estudiante, por lo que debe hacerse responsable de su propia decisión.

REFERÊNCIAS

BLAU, P et al. **Occupational Choice: A conceptual framework**; 1956, Rela. 531-543, p.

CARTER, H.D. (1940). **The development of vocational attitudes**, *Journal of Consulting Psychology*; 1940, 185-191 p.

CLARK, T. **A Study of Vocational Farm Mechanics Courses in the High Schools of the United States**. Estados Unidos: Editorial Iowa State College, 1931.

CRITES, J. **Psicología Vocacional**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1974.

DANKHE, G. **La comunicación humana: ciencia social**. México: Editorial McGraw-Hill, 1986.

GELATT, H.B. **Decision-Making: A conceptual frame of reference for counseling**. *Journal of Counseling Psychology*, 1962. 240-245 p.

Ginzberg, E.; Ginsburg, S. W.; Axelrad, S. &Herna, J.L. **Occupational Choice**. New York. Prensa de la Universidad de Columbia, 1951.

GINGZBERG et al. **Psychiatry and Military Manpower: A Reappraisal of the Experience in World War II**; Editorial King's Crown, 1953.

HERNÁNDEZ S.; FERNÁNDEZ C.; BAPTISTA L. **Metodología de la investigación**. México: Editorial McGraw-Hill, 2003.

HILTON, T.L. **Career decision-making**. *Journal of Counseling Psychology*, 1962. 291-298 p.

HOLLAND, J. **La técnica de la Elección Vocacional: Tipos de Personalidad y Modelos Ambientales**. México. Editorial Trillas, 1971.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Régimen de Jornada Escolar Completa Diurna (ley 19532), 1997. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=76753&buscar=ley+19532>. Acceso el 24 de Sep 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Decreto Establece Objetivos Fundamentales Y Contenidos Mínimos Obligatorios para Enseñanza Media y fija Normas Generales para su aplicación (Decreto 220)**, 1998. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=188383&buscar=decreto+220>. Acceso el 24 de Sep 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Reestructura del Ministerio de Educación Pública, 1990**. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30325#estudio0>. Acceso el 24 de Sep 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Reforma Constitucional que establece la Obligatoriedad y Gratuidad de la Educación Media (ley 19876)**. 2003. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=210495&buscar=ley+19876>. Acceso el 26 de Sep 2015.

Ministerio de Educación. **Ley General de Educación (ley 20370)**. 2009. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043&idParte>. Acceso el 26 de Sep 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Misión. 2014.** http://www.mineduc.cl/contenido_int.php?id_portal=1&id_seccion=4191&id_contenido=19775. Acceso el 26 de Sep 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Reestructura El Ministerio de Educación Pública.** 2015. <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30325>. Acceso el 26 de Sep 2015.

PARSONS, F. **Choosing a Vocation. Estados Unidos;** Editorial Houghton Mifflin, 1909.
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Vocación.** <http://dle.rae.es/?id=bzINevX>. Acceso el 10 de Nov 2015.

RIVAS, F. **Teorías vocacionales: Enfoques de asesoramiento.** Madrid: Morata, 1988.

ROE, A. **The psychology of occupations. Nueva York;** Editorial John Wiley, 1956.

SUPER, D. **Appraising Vocational Fitness by Means of Psychological Tests.**New York.; Editorial Harper&Brothers, 1949.

SUPER, D.; BARCHRACH, P. **Scientific Careers and Vocational Development Theory.** Nueva York.; Prensa de la Universidad de Columbia, 1957.

TIEDEMAN, D.; O'Hara, R. **Career development: Choice and Adjustment.** New York. College Entrance Examination Board, 1963.

CAPÍTULO 4

EXPANSÃO URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS: CARACTERIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2018 NO VETOR DE CRESCIMENTO SUDOESTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP - BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Mônica Kurak Lombardi

Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG-UNESP)

Roberto Braga

Universidade Estadual do Paulista,
Departamento de Geografia
Eixo: Planejamento e gestão de bacias
hidrográficas

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise crítica do processo de expansão urbana da cidade de Presidente Prudente, São Paulo Brasil e seus impactos sobre as áreas de mananciais da bacia do rio Santo Anastácio, no período de 1990 a 2018, abordando o crescimento e expansão do perímetro urbano, os impactos ambientais nas áreas de mananciais e o envolvimento da sociedade civil no tocante aos problemas decorrentes da especulação imobiliária no Município. A metodologia parte de revisão bibliográfica e observação direta intensiva, além de sistematização de dados e informações por meio de representação cartográfica. Objetiva-se a compreensão dos impactos gerados ou potenciais decorrentes da ocupação, fruto da ampliação do perímetro urbano na bacia hidrográfica referida, com o intuito de elaborar propostas que possam subsidiar melhores políticas públicas para o seu planejamento urbano e ambiental.

PALAVRAS - CHAVE: Expansão urbana, Bacias hidrográficas, Degradação ambiental

ABSTRACT: This work proposes a critical analysis of the urban expansion process of Presidente Prudente city, in Brazil, and its impacts on the areas of water sources in the Santo Anastácio River basin in the period from 1990 to 2018, addressed the urban growth and perimeter expansion, environmental impacts in the areas of water sources and the involvement of civil society in relation to Problems arising from real estate speculation in the municipality. The methodology part of a bibliographic review and intensive direct observation, besides systematization of data and information through cartographic representation. The objective is to understand the generated or potential impacts resulting from the occupation, resulting from the expansion of the urban perimeter in the referred watershed, in order to elaborate proposals that can subsidize better public policies for their urban and environmental planning.

KEYWORD: Urban expansion, Hydrographic basins, Environmental degradation

1 | INTRODUÇÃO

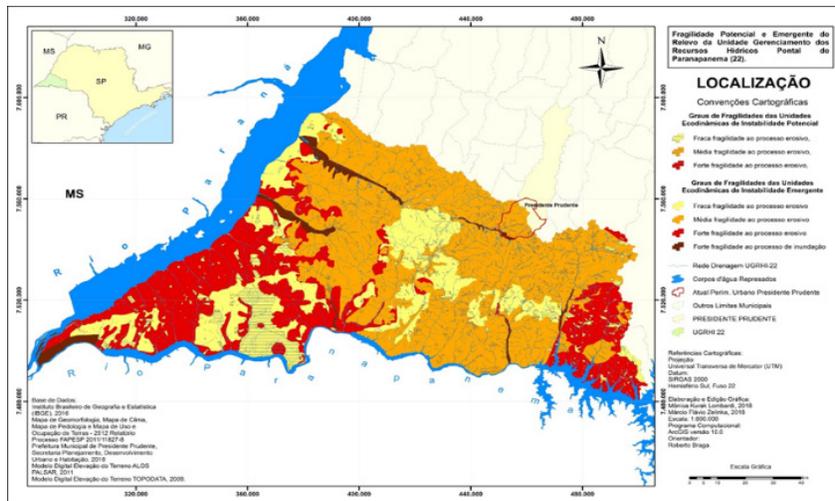
O atual processo de expansão urbana apresenta um crescimento rápido e, em muitos casos, desordenado, o que pode levar à ocupação de áreas que não deveriam ser disponibilizadas para urbanização. No município de Presidente Prudente, São Paulo, a bacia hidrográfica do alto rio Santo Anastácio – que é responsável por cerca de 30% do abastecimento de água - apresenta uma dinâmica de intensa ocupação urbana irregular.

Observa-se que, na perspectiva da ampliação do perímetro urbano sobre esse espaço, as áreas de preservação permanente e de proteção ambiental estariam sendo destinadas tanto para fins urbanos como rurais, neste caso, para pastagens, o que pode denotar especulação imobiliária. A confirmação de tal fato evidenciaria a necessidade de elaboração de ações visando o disciplinamento do uso e da ocupação do solo na área. Assim, uma análise dos impactos ambientais dessa ocupação e de sua distribuição espacial se torna de grande valia.

Nessa perspectiva, propõe-se uma análise crítica dos impactos do processo de expansão urbana de Presidente Prudente sobre as áreas de mananciais do vetor sul da cidade, bacia do rio Santo Anastácio. Tal análise se dará com vistas: à preservação dos mananciais e manutenção do abastecimento da população; à melhoria das condições ecológicas; e ao aproveitamento dos investimentos oriundos de verbas públicas ou privadas já empregados nessas áreas de proteção de mananciais.

A fragilidade ambiental está paralelamente ligada ao aumento da exploração dos recursos naturais e com o avanço/desenvolvimento tecnológico, científico e econômico das sociedades humanas, acentuada de modo significativo a partir dos últimos 100 anos. O crescimento demográfico intensificado nesse período e a crescente sofisticação dos padrões sócio culturais vêm interferindo no ambiente natural devido à maior procura por recursos naturais.

Com a finalidade de diagnosticar e propor ações de recuperação para alguns locais de fragilidade ambiental no Estado de São Paulo, o DAEE, juntamente com o IPT, elaboraram Relatório Técnico em meados de 2012. Tal relatório apresenta elementos voltados ao planejamento de ações voltadas à resolução de problemas causados pela erosão por inundações e enchentes, apresentando um mapeamento com a finalidade de cadastrar os pontos de erosão e de inundação em todo o território paulista (Mapa 01).



Mapa 01 – Fragilidade Ambiental da UGRHI – 22.
 Fonte: Relatório Técnico 131.057- 205 DAEE/IPT – 2012

Tal relatório apresenta uma metodologia de análise do risco de processos erosivos, bem como apresenta diretrizes para a recuperação das áreas afetadas. A área analisada no presente estudo está englobada nesse estudo, que faz uma avaliação do impacto das erosões nas Unidades de Gerenciamento de Recurso Hídricos (UGRHI). Através dos resultados obtidos no relatório acima mencionado, referente ao levantamento de processos erosivos por município, foram cadastradas no município de Presidente Prudente, 49 erosões urbanas.

Vale ressaltar, ainda, que alguns autores, tais como DIBIESO, 2007 e 2013, SILVA, 2011, realizaram trabalhos identificando problemas ambientais nas áreas da bacia hidrográfica do Alto Santo Anastácio, dentre os quais podemos destacar: erosão acelerada, deposição irregular de resíduos sólidos e líquidos, poluição atmosférica, supressão da vegetação nativa, assoreamento dos rios e nascentes.

1.1 Condições limitantes: erosão, assoreamento, poluição dos córregos

Segundo DIBIESO 2007, no interior da bacia do rio Santo Anastácio, os corpos d'água apresentam indícios de áreas brejosas (nascentes difusas) definindo áreas de preservação permanente mínima de 50 metros de largura, após as áreas úmidas.

A legislação vigente (Lei Complementar 232/2018) prevê no Art. 37 que em hipótese alguma o parcelamento solo “poderá prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas”, e no Art. 39 destaca que:

Nos fundos de vales e locais por onde correm águas pluviais, sem prejuízo ao exigido pela Lei Federal nº 12.651 de 2012, do Código Florestal Brasileiro

e Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, será obrigatório, para cada lado, a reserva de uma área pública, de no mínimo: I – 60 metros do leito para: Córrego do Cedro e Córrego Cedrinho; II – 30 metros do leito para os afluentes do Córrego do Cedro e Córrego Cedrinho; III – 150 metros do espelho d'água do Balneário da Amizade e da Lagoa de captação do Ribeirão Santo Anastácio; IV – 50 metros de raio para as nascentes.

Parágrafo único. será obrigatória a reserva de área pública para proteção de mananciais maiores do que as medidas exigidas neste artigo nos locais onde, para além dos limites estabelecidos, existirem áreas com declividade superior a 20% (O IMPARCIAL, 2018, p.9/c)

Tal lei prevê, ainda, que “os cursos d'água não poderão ser modificados ou canalizados sem a anuência da Prefeitura Municipal”, do DAEE e do DPRN, e ainda afirma que “a Prefeitura Municipal poderá decretar normas ou especificações adicionais para execução dos serviços e obras” exigidos pela lei 232/2018.

Para identificação dos problemas ambientais verificados anteriormente nas imagens de satélite obtidas através do Google Earth, nas imagens de satélite ALOS, de maio de 2011, com resolução de 25m e no mapeamento planialtimétrico, elaborado pela BASE Aerolevantamento e suas respectivas fotografias aéreas de 1995, foram realizadas visitas de campo à área de estudo, para que pudéssemos constatar as ações antrópicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. Assim sendo, verifica-se uma relação direta entre os impactos e os problemas decorrentes ou associados ao uso e ocupação do solo, tais como: erosão, assoreamento dos rios, deposição irregular de resíduos sólidos e líquidos, ausência ou supressão de mata nativa em alguns casos, parcelamentos de solo irregulares, entre outros.

Vários autores tais como FENDRICH, et al., 1984, BERTONI & LOMBARDI NETO, 1985, citados no relatório do IPT, classificam a erosão atual das terras para além de um processo meramente geológico, natural, mas reconhecida como Erosão Acelerada ou Antrópica.

Embora a erosão acelerada seja basicamente determinada pela ação antrópica, não deixa de ser condicionada pelas características naturais do meio físico, conhecidas como fatores naturais da erosão (erosividade das chuvas, erodibilidade dos solos, declividade dos terrenos, comportamento dos substratos, entre outros. É um fenômeno mais expressivo nas regiões das bacias sedimentares, no caso paulista, a Bacia do Paraná, em especial onde ocorrem os arenitos do Grupo Bauru (área de estudo) arenitos das formações Botucatu e Pirambóia (IWASA e FENDRICH, 1998 apud IPT, 2012).

Sucintamente afirmando, a evolução das erosões nas áreas afetadas normalmente apresenta, numa primeira fase, característica de erosão laminar a qual vai sendo intensificada pelas águas das chuvas, levando a formação de sulcos rasos e profundos. A erosão laminar (superficial) atua geralmente em loteamentos em fase de implantação, com terrenos desmatados e não ocupados e em ruas não pavimentadas.

No estado de São Paulo, quanto a indução do processo, as erosões foram classificadas em duas categorias: urbanas e rurais.

O surgimento de muitas erosões de grande porte dos tipos ravinas e voçorocas se devem ao modo quase sempre desordenado e sem planejamento de longo prazo com que ocorrem a ocupação e o uso do solo urbano. Tais tipos de erosões, geralmente oriundas juntamente com os centros urbanos, destacam-se pela rapidez com que ocorrem e evoluem, pelas dimensões que atingem e pelos problemas que geram.

2 | DESENVOLVIMENTO

O presente artigo é parte integrante da tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP-RIO CLARO. Para desenvolvimento do trabalho foram utilizadas ampla revisão bibliográfica referente aos seguintes temas: planejamento e expansão urbana, planejamento ambiental, políticas públicas, gerenciamento de bacia hidrográfica, proteção e recuperação de mananciais e qualidade de vida, bem como Relatório Técnico do IPT; busca de dados, informações e arquivos digitais junto ao Grupo de Pesquisa Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS). Por conseguinte, foram observadas as legislações urbanísticas que incidem sobre perímetro urbano, nos âmbitos Municipal (Plano Diretor), Estadual e Federal.

No intuito de levantar dados e informações em documentos arquivados acerca do crescimento urbano no Município de Presidente Prudente, serão realizadas visitas a órgãos públicos municipais e estaduais. Para verificar registros do nível de conservação desses mananciais, serão realizadas visitas aos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí-Peixe e do Pontal do Paranapanema.

Junto às Secretarias Municipais de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente, foi realizada a verificação do andamento do parcelamento e ocupação do solo, por meio de análises de registros e comparações cartográficas.

Foram realizadas ainda, vistorias diretamente no campo de pesquisa, adotando-se a técnica de observação direta intensiva, no intuito de realizar uma análise crítica dos fatos e de compreender os impactos gerados ou potenciais decorrentes da ampliação do Perímetro Urbano, catalogando os empreendimentos habitacionais implantados.

Nesse interim, tivemos a oportunidade de examinar os empreendimentos [condomínios e loteamentos fechados] envolvidos no processo de expansão urbana, bem como o uso e ocupação do solo.

Após descrição dos problemas ambientais mais comuns ocorridos nas áreas urbanizadas e de expansão urbana dos municípios do Estado de São Paulo, segue um breve relatório fotográfico e memorial descritivo de localização juntamente com o Mapa 06 (em Anexo), obtido através da visita “in loco” na área de pesquisa, destacando as áreas

suscetíveis a fragilidade ambiental dentro do perímetro urbano de Presidente Prudente, inserido na bacia hidrográfica do rio Santo Anastácio.

Para tanto, foi realizada a interpretação das imagens do Google Earth e para verificação no campo localizando onde ocorre os problemas ambientais utilizou-se Sistema de Posicionamento Global (GPS).

O trabalho de campo teve início no vetor sudoeste da área urbana nas proximidades dos condomínios Safira I, II e III e o Jardim Santa Fé, e verificou-se a presença de processos erosivos causados pela drenagem de águas pluviais e ausência de dissipadores no final da tubulação; erosão provocada pela falta de estrutura adequada de dissipação de energia na saída da água pluvial da rede de drenagem da rodovia e do loteamento ocasionando o aprofundamento do talvegue e o solapamento das margens do canal de drenagem (Foto 01).



Foto 01 – Início de erosão laminar na galeria de águas pluviais

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2018).

Problemas ambientais ligados às águas pluviais lançadas através de galerias foram diagnosticados em outras áreas da bacia do manancial Santo Anastácio (Foto 02).



Fotos 02 – Lançamento inadequado das águas pluviais
Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Pode-se observar na foto 2, a coloração da água, apresentando aparência de turbidez, que escorre pelos tubos, advindas de água de escoamento superficial, pois as águas das chuvas acabam transportando a poluição do ar e do solo de toda a área urbanizada, nos loteamentos Jardim Santa Fé e Residencial Monte Carlo.

No vetor Sul, alguns locais visitados tais como as proximidades da nascente do córrego do Cedro (Estrada do Batalhão), seu curso nas proximidades dos loteamentos fechados do grupo Damha Empreendimentos (Damha IV e V) e o curso do Rio Santo Anastácio aos fundos do parcelamento irregular denominado Chácaras Arilena III pode-se constatar assoreamento do leito dos recursos hídricos conforme pode ser verificado nas fotos 03 a 05.



Foto 03 – Córrego do Cedro e seu afluente à margem direita assoreado - Vila Nova Prudente
Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).



Foto 04 – Córrego do Cedro no trecho próximo à Av. Miguel Damha, vetor Sul
Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).



Foto 05 – Trecho do Rio Santo Anastácio, trecho localizado aos fundos das Chácaras Arilena III.

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Na foto acima pode-se verificar turbidez elevada da água, carregamento de partículas bem como grande deposição de sedimentos às margens. Os cursos d'água da bacia do rio Santo Anastácio possuem extensas áreas assoreadas, resultado da deposição de sedimentos provenientes de sulcos, ravinas e voçorocas, com maior intensidade no vetor sul, oriundos do cenário atual de uso e ocupação do solo urbano provocada pela movimentação de terras para abertura das ruas de acesso aos loteamentos (Foto 06):



Foto 06 - Loteamento Damha IV, assoreamento da Av. Miguel Dhama após movimentação de terras

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Podemos verificar ainda na implantação do empreendimento Tamboré (Foto 07), na próxima página, a movimentação de terra, com apenas uma semana de início das obras de infraestrutura no local após a ocorrência de algumas pancadas de chuvas já tem início a erosão laminar por conta da declividade acentuada no sentido da APP



Foto 07 – Implantação do empreendimento Tamboré

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Ainda dentro do perímetro da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio pode ser visto mais outro processo de impacto ambiental durante a implantação do loteamento fechado Bourbon Parc (Foto 08), com sinais de turbidez na água, assoreamento e restos de materiais de construção no afluente do Córrego do Cedro (Córrego da Represa) margens esquerda e direita, na avenida de acesso ao empreendimento



Foto 08 - Afluente do Córrego do Cedro no loteamento Bourbon Parc.

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Na área de estudo, foram constatados parcelamentos irregulares do solo, os quais retiram a vegetação das áreas de preservação, represam as nascentes e realizam as construções sem prévio acompanhamento de responsáveis técnicos, num total de 10 chácaras, onde a maioria das casas distam cerca de 10 metros da lâmina d'água, ocupando o afluente da margem direita do Córrego São João.

Também próximo a esta área, porém na direção esquerda da referida Av. Campos do Amaral, à margem esquerda da Rua João Petri no Residencial Anita Tiezzi, foram constatados, no campo, os efeitos danosos ao meio ambiente provocados pela drenagem das águas pluviais de forma inadequada (voçoroca) e, ainda, a deposição de resíduos sólidos com riscos de deslizamento das encostas das residências (Foto 9). Final da Av Deozolina Menegusso Flumignan e a presença das construções às margens da erosão causada pela ausência de dissipadores de águas pluviais no término da via pública.



Foto 9 – Local de depósito de restos de materiais de construção pelos moradores.

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Outro ponto de impacto ambiental provocado por ações antrópicas pode ser constatado nos empreendimentos Rotta do Sol e Royal Park, a movimentação de terra para implantação dos loteamentos e a retirada da vegetação deram início a um processo de erosão laminar (Fotos 10 e 11).



Foto 10 – Erosões laminares à margem direita da Av. João Lourenção no loteamento Rotta do Sol.

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Na propriedade rural limítrofe acerca da Área de Lazer localizada aos fundos do empreendimento Royal Park, percebemos o início de processos erosivos pela ausência de dissipadores de das águas pluviais (Foto 11) na página seguinte.



Foto 11– Propriedade rural fundos do empreendimento Royal Park

Fonte: Pesquisa de Campo (Autora, 2019).

Na área da bacia do manancial as maiores voçorocas estão associadas às alterações na condição “natural”, ocorridas devido ao fato das mudanças no uso e ocupação do solo, devido a concentração das águas pluviais e a movimentação de terra advinda da construção civil (implantação dos empreendimentos), alterações essas que aceleram o carreamento das matérias (sedimentos) para os cursos d’água.

O Conjunto Habitacional Ana Jacinta e o Conjunto Habitacional Mário Amato datados do início da década de 90 foram os empreendimentos que primeiramente causaram impactos ambientais na área de estudo, observe (Figura 01):

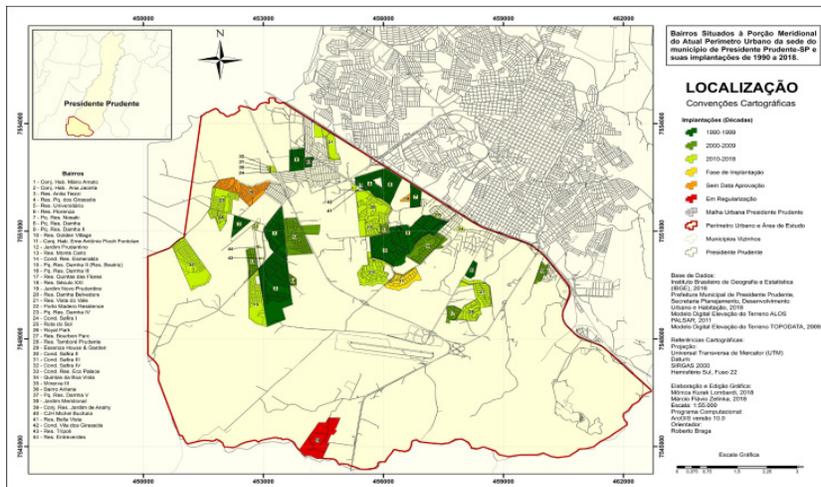


Figura 01 – Extensão da erosão - chegada de afluente no Córrego do Cedro/depósito de sedimentos.

Fonte: Google, 2019. Recorte da autora.

Os processos erosivos e a questão do assoreamento dos córregos Cedro, Cedrinho e Botafogo tiveram início na implantação destes loteamento acima mencionados e por falta de providencias cabíveis para minimizar ou sanar os impactos na natureza hoje tomaram proporções assustadoras com relação ao surgimento de voçorocas nas propriedades rurais limítrofes e surgimento de bancos de areia na represa da Cica, local onde a SABESP capta água para abastecimento da cidade

O relatório fotográfico acima apresentado se refere ao período de expansão entre os anos de 1990 a 2018, no vetor sudoeste do município de Presidente Prudente, onde percebe-se um afastamento da área urbana consolidada, constituída por espaços residenciais fechados e de conjuntos habitacionais, talvez com a finalidade da sensação de reduzir a insegurança. As áreas urbanizadas da bacia estão localizadas, predominantemente, na margem direita do Rio Santo Anastácio, como indica o MAPA 02, a seguir:



Mapa 02 – Urbanização da porção meridional no município de Presidente Prudente

Fonte: Relatório Técnico 131.057- 205 DAEE/IPT – 2012

Segundo CRISTOFOLETTI (1999, p. 158), “O conceito de recursos naturais é sensível ao contexto no qual é utilizado” por isso o uso do solo está diretamente interligado a degradação do ambiente direta ou indiretamente promovidas pelas ações antrópicas.

Analisando o cenário encontrado na expansão urbana do vetor sudoeste pode-se verificar como consequência uma série de impactos ambientais, desde impermeabilização do solo, modificações na topografia da área estudada, aumento do escoamento superficial, entre outros provocados pela implantação de áreas urbanas provocando assoreamento dos córregos como pode ser observado no relatório fotográfico acima apresentado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta um processo de ocupação do vetor sudoeste da área urbana do município de Presidente Prudente, que vem ocorrendo ao longo de décadas, de modo desordenado, tendo como resultado um processo de degradação ambiental, resultante da ausência ou da inadequação das políticas de planejamento urbano e ambiental. Foi possível relacionar alguns aspectos do processo de ocupação da área, entre 1990 à 2018, com o processo de degradação, revelando um círculo vicioso em que o processo de ocupação inadequada vai atingindo novas áreas de expansão urbana.

Observou-se ainda que os empreendimentos de alto padrão, como os loteamentos fechados, são localizados preferencialmente nas áreas com melhor infraestrutura e melhores condições ambientais. Em contrapartida também existe nesse vetor de crescimento sudoeste construções de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, nas áreas com infraestrutura mais precária e piores condições ambientais.

Neste contexto, torna-se importante apresentar algumas propostas de planejamento e gestão para a bacia hidrográfica do manancial que visassem o controle do uso e ocupação do solo, adotando práticas de preservação, conservação e recuperação ambiental – tais como criação de Unidades de Conservação Ambiental (UCA) ao entorno da represa, criação de Parques Lineares, proibição dos municípios vizinhos de levarem seus perímetros urbanos até a bacia hidrográfica entre outros – deveriam ser elaboradas em forma de legislações mais restritivas objetivando-se, assim, o controle do processo de ocupação desordenada impulsionada pelos fomentadores imobiliários naquela porção do município.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, A.G.O.P. História e geografia da pesquisa brasileira em erosão de solo. 2007. 120p: il. + CD-ROM. **Dissertação** (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP., 2007.

CARVALHO, W.A. Levantamento semidetalhado dos solos da bacia do rio Santo Anastácio - SP, Escala 1:50.000. **Boletim Científico**, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A. (1999). *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Blücher.

DIBIESO, E.P. **Planejamento Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos**: Estudo Aplicado à Bacia Hidrográfica do Manancial do Alto Curso do Rio Santo Anastácio - São Paulo/Brasil. **Tese** de Doutorado. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2007.

IPT – Instituto de Pesquisas e Tecnologias. Dossiê das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – Ugrhis. **Relatório Técnico**, 2012. Disponível em <<http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/ckfinder/files/Projeto-Erosao.zip>>. Acesso em: janeiro de 2019.

O IMPARCIAL. Leis e Decretos municipais. **Jornal Imparcial**, Presidente Prudente/SP, 27 dez. 2018. Caderno Publicações Oficiais, p. 9/C.

PRESIDENTE PRUDENTE – Informações. Site oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: outubro de 2018.

ROSS, J. L. S. & MOROZ, I. C. Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.10, p.41-56, 1996.

SILVA, R. L. L. da; et al. Incremento da variável uso do solo na análise relativa à erosão da metodologia MMA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 19., 2011. Maceió, AL. **Livro de Resumos...** Porto Alegre: ABRH, 2011. p. 251. CD-ROM.

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Data de aceite: 01/10/2020

Jussara Martins Rodrigues

UFG Catalão – GO
<http://lattes.cnpq.br/7617309404149449>

João Donizete Lima

UFG catalão – GO.
<http://lattes.cnpq.br/4751976617424186>

RESUMO: a pesquisa acerca da preservação do espaço urbano como sendo parte da política pública voltada para a sustentabilidade e preservação cultural, tem como tema principal: a reflexão acerca da intervenção do poder público no espaço estudado. O presente estudo pauta-se na metodologia qualitativa sendo o resultado da pesquisa obtido quando da identificação do lugar no contexto do Centro histórico de Itumbiara – GO, em especial a Praça da República; como espaço de valor imaterial que impacta no valor material da cidade, além da percepção de que este constitui – dentro da cidade – ecossistema sensível que, uma vez alterado gera reações ambientais e sociais em cadeia.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade pequena. Praças. Dinâmicas urbanas. Sustentabilidade.

ABSTRACT: The research on the preservation of urban space as part of public policy aimed at sustainability and cultural preservation, has as its main theme: reflection on the intervention of public power in the studied space. The present study is based on the qualitative methodology

and the result of the research was obtained when the place was identified in the context of the Historic Center of Itumbiara - GO, especially Praça da República; as a space of immaterial value that impacts on the material value of the city, in addition to the perception that it constitutes - within the city - a sensitive ecosystem that, once altered, generates chain environmental and social reactions.

KEYWORDS: Small town. Squares. Urban dynamics. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Na literatura e nas artes do período condoreiro a praça foi alçada ao posto de local para a manifestação do povo e no qual haviam também manifestações para o povo. Célebre no canto de Castro Alves tais locais funcionaram – e funcionam – como marcos fundamentais da edificação das cidades, sobremaneira nas cidades do interior de Goiás. É na praça, desde o período do bandeirantismo que se originam as primeiras edificações cidadinas quando da formulação de um povoado e, daí, surgem os demais espaços urbanos sempre a gravitar em torno das instituições nela estabelecidas e expoentes da cultura de cada época.

Faz-se então o dialogar com a noção de praça/espaço com a elaboração do conceito “espaço” de Milton Santos:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele

oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletivas que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Na avaliação do lugar no espaço geográfico o Centro Histórico originado na Praça, constitui elaboração sobremaneira pautada na construção de um sistema de ocupação que perpassa a formação do Brasil e encontra eco na elaboração da polis desde a antiguidade. Da análise dos objetos da pesquisa o presente trabalho lança sua observação sobre as três praças centrais da cidade de Itumbiara (GO). Elas constituem o centro histórico cultural da cidade refletindo neste contexto microcósmico o macrocosmo da elaboração das cidades do interior e sua estrutura econômica, política e social.

Muito embora o conceito arquitetônico defina a praça como espaço livre de edificações, tal fato — ou por esse fato — a praça é terreno ávido por pessoas. A *Piazza* é um espaço aberto ao convívio, à interação entre pessoas, irmão do conceito de *Ágora* enquanto espaço para o debate de ideias e exercício pleno da democracia.

Tornar a praça dos Centros históricos sustentável é mais que preservar sua fauna e flora local, para além disto esta sustentabilidade é voltada para a preservação de humanidade que a praça carrega.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Para a elaboração de uma política pública de preservação da cultura de determinado local a fim de que esta preservação constitua em bônus para a população, faz-se necessário visualizar a sustentabilidade deste aspecto cultural como empreendimento em longo prazo. Assim a percepção do valor do patrimônio advém do conhecimento acerca do espaço que deve ser disseminado para a população.

As parcerias públicas – privadas tem somado esforços para a manutenção das praças, mas a alteração empreendida não tem contemplado a preservação dos aspectos culturais, pois quando da celebração destas parcerias o que é salutar são os prospectos econômicos em detrimento do aspecto ambiental e cultural. É necessário então salientar que o problema da sustentabilidade e preservação cultural extrapola o conceito rudimentar de fauna e flora, para contemplar a análise do mesmo com nuances subjetivas muito mais complexas, como salienta SANTOS (1994) quando da observação acerca dos valores imateriais de território.

O problema dos planos diretores que empreendem transformações sem o estudo de caso de cada local a ser transformado é gritantemente uma forma de extirpar o sentido social e ambiental, esterilizando o significado das praças e relegando-as a definição de espaço vazio não um espaço de preservação ambiental, mobilidade, lazer e cultura.

Desta feita o questionamento aqui consiste em construir uma análise acerca de quais são as estratégias das políticas públicas que devem ser elaboradas para que as

praças retomem seu valor histórico, sem depredação ou reforma das mesmas.

Este trabalho tem então como objetivo principal, propor diretrizes ao poder público municipal para que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas de forma a preservar assim seu papel enquanto espaço de socialização e de patrimônio cultural. Levando em consideração a localização do município e seu papel enquanto patrimônio imaterial na microrregião do Meia Ponte.

Especificamente busca-se a identificação do conceito da praça e o contexto da praça em Goiás e dessa forma elencar as ações de revitalização e seus impactos para, então, investigar a existência de ações que contemplem a preservação das praças dentro do plano diretor.

Esse trabalho se justifica desta forma pela necessidade, hora identificada, que é propor diretrizes ao poder público municipal para que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas, proposta esta desencadeada na reflexão acerca do excerto, “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS 1997, p. 51). Assim é preciso analisar em que instância o poder público deve agir a fim de propor benefícios às pessoas e não excluí-las de seu lugar de origem.

O valor social desta pesquisa se justifica pela necessidade de repensar os planos diretores das cidades no claro intuito de propor o resgate do espaço da praça como espaço mais que geográfico, mais que estético.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo - como imagem do progresso e do moderno - transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas/paralisadas, ou mesmo cooptadas, por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam no processo de construção incessante de novas formas urbanas. A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando, não só o estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares. (CARLOS 1994 p. 13)

O que não pode ser mensurado neste processo é a perda imaterial, que acaba por destituir a cidade daquilo que lhe é tão caro, entretanto impalpável ao primeiro olhar.

Aqui o estudo debruça-se sobre a pesquisa *in loco*, na qual o campo e a coleta de dados são primordiais para determinar o objeto a ser estudado, este explicitado conforme consta em publicação da cidade de Itumbiara - GO:

CENTRO HISTÓRICO DE ITUMBIARA FAZ PARTE DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE URBANÍSTICO

O município de Itumbiara quando da aprovação de seu plano diretor em 2006 foi dividido em dez macrozonas, sendo a urbana, uma delas.

O mesmo Plano Diretor criou as áreas especiais, entre as quais se destaca as de Interesse Urbanístico.

Estas áreas especiais devem ser integradas da melhor forma a estrutura da cidade, com normas próprias de uso e ocupação do solo e destinação específica.

São consideradas áreas especiais de Interesse Urbanístico, o CENTRO HISTÓRICO, o Capim de Ouro, o Parque Linear da Avenida Beira Rio, a Prainha e sua extensão, os Cemitérios, O Complexo Esportivo, a Escola de Tempo Integral e a UEG.

O Centro Histórico seria um círculo imaginário cortado ao centro pela Rua Paranaíba, antiga Rua do Porto Velho, circundado por parte da Avenida Trindade até a Rua Benjamin Constant, até a altura da Rua João Manoel de Souza e por outro lado a divisa seria a Rua Goiás.

Este espaço que deveria ser preservado, praticamente não conta com mais nenhum local histórico, a não ser as próprias ruas. (Diário de Itumbiara, 2013)

Desta forma a percepção de que a notícia é de interesse popular invoca a compreensão de que a praça faz parte da cidade não apenas como espaço livre, mas também como local de manutenção acerca de quem é o povo que habita a cidade:

O Centro Histórico que tem como construção mais antiga a Igreja de Santa Rita de Cássia, construída por volta de 1852, não foi preservada em suas características e já foi totalmente modificada.

A antiga Prefeitura que funcionou na Rua João Manoel de Souza, também não existe mais na característica original.

Casarões localizados na antiga Praça Getúlio Vargas, hoje, Praça da República também foram destruídos.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que deveria participar opinando nas mudanças nestas áreas especiais, praticamente não atua.

Assim, o Centro Histórico é apenas um nome bonito que está na Lei no Plano Diretor, mas que não faz parte da realidade do itumbiarenses, que não tem preocupação em preservar mais de 170 anos de história. (Diário de Itumbiara, 2013)

A análise é então empreendida sob caráter multidisciplinar no qual o significado imediato não constitui referência *prima*, mas sim seus significados imateriais de pertencimento da população ao lugar que o mesmo imbuí às pessoas quando passa a fazer parte de sua história.

Contraopondo a informação acerca do que foi determinado como centro histórico enquanto espaço da cultura em 2006 e 2016, os dez anos permitem uma comparação em transformações substanciais. Até mesmo a praça central mencionada na publicação de 2013 não resistiu ao planejamento urbano empreendido neste local.

Tal ação: o planejamento, não constitui problema quando bem elaborado e voltado a atender as expectativas da população no que tange a elaboração de um espaço voltado para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Há que se avaliar, entretanto; a necessidade de elaboração do planejamento crítico, construtivo e focado na solução dos problemas reais do cidadão que devem ser observados pelas políticas públicas. É preciso então ter clareza quanto a necessidade de políticas públicas para a resolução de um problema real, existente; e a elaboração de um problema para a criação de uma política pública que atenda aos interesses de setores específicos.

No contexto da praça existe o problema real: tráfico e consumo de entorpecentes. A política pública resultante deste problema não deve ser focada na reforma da praça, mas na elaboração de soluções efetivas para a recuperação destes usuários, ou seja o que se percebe não é a necessidade de uma obra na praça, mas de um investimento substancial no setor da saúde e assistência social. Quando a obra se volta, neste discurso para a reforma da praça, ela deturpa uma necessidade latente da comunidade, transformando esta necessidade em um subterfúgio para o investimento não em um problema real, mas em uma ação que resulte em maior visibilidade política.

Depreende-se desta REFORMA ainda outro problema desencadeado pelo não planejamento efetivo: as praças revelam a essência da cidade, dali ela deriva e se expande. Certo é que esta observação revela a não linearidade desta expansão, mas seu cerne e dela advém a base para a compreensão da contradição na apropriação do espaço. Esta avaliação é do espaço enquanto revelador da história e não determinante, uma vez que o espaço quando revela esta história elabora perspectivas inclusive de transformação da mesma. O problema levantado é que a transformação deve se ater a melhoria, não a destruição, pois esta quando ocorre acaba por fazer do movimento de transformação um jogo perde ganha, que em nenhum momento é positivo para a questão da humanização das cidades. Este jogo é positivo quando adota a postura ganha- ganha, na qual o que já está edificado serve como “inspiração” para aquilo que há de ser construído futuramente.

A transformação meramente quantitativa desvincula o significado do signo e desconstrói o processo de humanização com base na instantaneidade da pós modernidade.

O período atual sinaliza uma brutal transformação no tempo e nas formas de vivê-lo, mas se a chamada “pós-modernidade” é marcada pela instantaneidade no que se refere ao tempo, o tempo enquanto uso, isto é, identificado como duração da ação no espaço e revelado nos modos de apropriação, é hoje um tempo acelerado, comprimido e imposto pelo quantitativo. (CARLOS, 2007 p.55)

A memória impressa no espaço esmorece o referencial da vida humana quando é apagada em nome da modernização e quando o planejamento urbano voltado para o imediatismo advém da ausência de pesquisa, ele deturpa as relações de humanidade entre o ser humano e o espaço que ele ocupa. Esta relação desconstruída acaba por mitigar a memória coletiva e propicia a alienação do indivíduo frente a sua própria formação histórica.

O que advém dessa alienação é uma falta de compromisso com a cidade. Tudo pode ser transformado. Tudo é descartável. Inclusive as pessoas.

A gestão urbana neste contexto ordena a perspectiva de que tudo que não é “útil” ou “agradável” deve dar lugar a algo moderno, agradável, útil. Neste contexto o que se lê é que o planejamento atual das cidades não admite aquilo que não reflete a modernidade e, segundo esta análise, a cultura do descarte decai sobre o patrimônio histórico material como forma de extirpar o patrimônio imaterial.

Assim o passado não tem valor capital sendo — neste contexto — necessário esquecer nossa formação cultural como meio para alcançar um progresso que nos é impingido de cima para baixo, especialmente no interior do país onde impera a visão de que é necessário modernizar-se qualquer custo para alcançar o progresso.

Nesta proposta a praça não é vista então como um espaço de produção. Ela se constitui como espaço vazio, que não produz e desta forma não reflete a modernidade, não é útil. Visto em CASTRO (2007) “um espaço sem referências e inóspito à vida, porque limita e restringe as modalidades do uso” uma vez que no contexto moderno apenas é espaço urbano aquilo que produz algo.

Para além da expropriação da praça há que se avaliar no período de 2006 a 2016 a transformação violenta do espaço em um fluxo de construção/desconstrução da sua utilidade. O Centro histórico sem manutenção, em especial do espaço da praça, se configura como espaço vago e violento, ou de potencial violência; o que impulsiona a falsa ideia de que apenas a modificação deste espaço subtraindo-lhe o ideário de lugar trará a segurança e higienização. O ritmo na praça é então modificado para atender a esta nova necessidade. O valor social da praça muda. Logicamente o valor monetário daquele espaço e de seu entorno também é modificado, assim como a estrutura arquitetônica o que em longo prazo causa às pessoas uma estranheza frente ao seu próprio contexto, a sua história de vida. Esta estranheza faz com que não apenas o espaço não mais pertença às

pessoas, mas as pessoas não pertençam ao espaço.

Como esses conjuntos não pertencem, exclusivamente ao domínio das formas, das práticas sociais, assistimos então a constituição de uma outra identidade com o lugar, ou seja, a dos moradores com estes novos “monumentos” da vida cotidiana moderna. Como as formas se associam ao uso, dois tempos podem ser percebidos na paisagem urbana, que são aquele da história e do contexto de sua transformação e aquele do contexto e do tempo do seu uso. O primeiro tempo liga-se ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade e o segundo refere-se ao tempo e ao ritmo da vida na cidade o qual permite a construção das referências da vida urbana (no tempo da vida). (CARLOS 2007 p. 59).

O que elabora estas características é em maior escala reproduzido nas adjacências. Ora, se a praça central e o centro histórico são os locais dos quais a cidade advém, as transformações empreendidas nestes locais imprimem transformações nos demais locais da cidade. Pois mesmo que a transformação física destrua o contexto arquitetônico, a ideia de expansionismo cultural que a praça congrega ainda existe e é exemplificada na reprodução de suas alterações que passa a ocorrer nas demais praças e bairros que elaboram seu conceito de modernização pela observação do espaço central da cidade.

São longos tais processos — tanto os físicos quanto os processos de desconstrução cultural; haja vista que a centelha da cultura vai sendo apagada do espaço público e a integração social passa a ser restrita a espaços cada vez mais exclusivo. Desta forma o planejamento urbano ao modernizar a praça retira dela seu papel de espaço social e faz deste “novo” espaço algo completamente desvinculado daquilo que ele era ou representava anteriormente passando a ser um espaço de aculturação; sendo isto intercorrência tanto metropolitana quanto interiorana.

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em artigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc. (CARLOS, 2007 p. 52)

A posição de que o espaço da praça não traz mais segurança para a interação social é uma forma de minar estas relações impulsionando a ideia de que a destruição do patrimônio não é, na verdade negativa. Esta destruição passa a ser vista como um bem à sociedade, à segurança; na medida em que é criada a ideia de que o problema é o centro histórico abandonado e não a falta de infraestrutura da cidade.

CONCLUSÃO

Considerações de Aninha

Melhor do que a criatura,

fez o criador a criação.

A criatura é limitada.

O tempo, o espaço,

normas e costumes.

Erros e acertos.

A criação é ilimitada.

Excede o tempo e o meio.

Projeta-se no Cosmos. (CORALINA, 2004)

Avaliar o processo dinâmico do espaço urbano tomando como mote o Centro histórico de Itumbiara – GO significa elaborar a construção de um processo dicotômico, pois a percepção da preservação urbana extrapola o conceito primitivo, engessado e simples da preservação ambiental. O ambiente compreende pessoas e estas não são regidas apenas pelas relações objetivas da troca e do valor, mas também pelas relações subjetivas do pertencimento, da afinidade e da vivência — aspectos muito particulares que, embora coletivos, são construídos na vivência individual.

O Centro histórico não é um espaço obsoleto, assim como não o são as pessoas que nele atuam. A modificação de suas praças tem o poder de — para além da alteração material; alterar a percepção humana do mesmo e esta alteração é que constitui a dicotomia homem/ ambiente.

O estudo ambiental da praça e sua dinâmica perpassa a preservação cultural no claro intuito de que, não obstante a preservação da fauna e da flora, a vida em sociedade constitui a preservação de humanidade nas relações sociais. Assim a cultura das cidades interioranas sofre enorme pressão dos centros comerciais e culturais tidos como exemplos da modernidade e progresso do país. Frente a esta pressão a destruição do patrimônio imaterial é um forte indício da desconstrução das cidades dos rincões do Brasil implantando no interior do país, sob a premissa da modernidade e progresso a qualquer custo; uma esterilização de sua cultura e uma massificação do gosto popular; no claro âmbito de homogeneizar a identidade do povo que habita o Brasil, do povo pra quem a praça era diversão e disseminação de suas características mais peculiares.

Nesta pesquisa não se propõe a imutabilidade deste espaço, outrossim busca-se dentro da preservação o planejamento para que o novo e o antigo caminhem de forma concomitante. O planejamento não é a desconstrução/reconstrução vazia; outrossim é a ambientação do antigo e do novo a fim de que o desenvolvimento seja construído sobre bases firmes.

A restauração busca então preservar o espaço, a fauna a flora e a humanidade

das cidades e não a elaboração de edificações alienígenas do contexto na qual são empreendidas sob a premissa de efeito paliativo.

Em suma, o planejamento dos espaços públicos das praças não deve ser efetuado de forma a mascarar as necessidades daqueles que habitam, gravitam e utilizam a praça. O planejamento deve, outrossim, voltar-se para as necessidades latentes da saúde e educação propondo as políticas públicas que podem, certamente, utilizar o espaço social da praça para ações de ampliação de suas atividades para propagação de campanhas ou apresentações culturais que tenham como objetivo disseminar a saúde, a educação, o desporto.

Lefebvre trabalha o sentido de vida no espaço enquanto um conjunto de relações estabelecidas entre pessoas dentro de um contexto, desta forma é impensável que a reforma da praça vá resolver o problema destes setores.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007

CARLOS, Ana Fani. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

DIÁRIO DE ITUMBIARA (2013) Acedido a 20 de Julho de 2016 em: www.diariodeitumbiara.com.br

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

LEFEBVRE, Henri. *La vie quotidienne*. 3 volumes. Paris: L'Arche, 1961

SANTOS, Milton et al (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. Hucitec – SãoPaulo, 1978

CAPÍTULO 6

DIAGNOSTICAR PARA PLANEJAR: ÁREAS VERDES INTRA-URBANAS DEGRADADAS, O EXEMPLO DA SERRA DA MISERICÓRDIA

Data de aceite: 01/10/2020

Patricia Luana Costa Araújo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/8367014255932908>

Felipe Gonçalves Amaral

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/1512156025294249>

Rita Maria Cupertino Bastos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/7566309664729594>

Camilla Bandeira da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/0817622317203039>

RESUMO: Atualmente é evidente que a gestão ambiental assumiu uma posição notória entre as preocupações da sociedade e além dela o planejamento urbano tem se demonstrado preocupado com o aproveitamento sustentável de áreas urbanas. Mescladas, essas duas áreas do conhecimento, em crescente expansão, propiciam-se novos meios de se planejar o espaço. O planejamento urbano ambiental pondera diversas ações, que podem ser de diferentes naturezas, entre elas a gestão ambiental de remanescentes verdes, normalmente degradados em áreas urbanas, visando garantir, com base

em princípios e diretrizes a conservação dessas áreas e além disso um reordenamento territorial, para que o uso desses locais seja aliado a proteção do meio ambiente ajudando assim no reaproveitamento e readequação dos mesmos e seu uso geral para educação ambiental e lazer dentro de áreas urbanas. Portanto o objetivo desse trabalho é alimentar o conhecimento sobre a Serra da Misericórdia um dos enclaves verdes do município do Rio de Janeiro, localizada na Área de Planejamento 3 (AP3), trazendo assim a partir de diagnóstico a importância do planejamento urbano ambiental para o exercício de pensar esses tipos de áreas. Por possuir tanto potencial e grandeza, questionamentos dos motivos que fazem com que a Serra seja esquecida pelo poder público e pouco apropriada pela maioria da população da cidade são recorrentes. A partir de pesquisas exploratórias de dados ambientais e urbanos, diagnósticos, análises de mapas, bibliografias, documentos e relatórios empregados pelo planejamento urbano ambiental espera-se reconhecer e entender a área de estudo proposta. Para que assim sejam obtidos produtos qualitativos e quantitativos dos problemas urbanos e ambientais e a suas evoluções com o intuito de que futuramente a Serra da Misericórdia possa receber investimentos a nível de projetos executivos e/ou políticas públicas destinados ao lazer, cultura, infraestrutura geral e a reabilitação ambiental da área.

PALAVRAS - CHAVE: Planejamento Urbano-Ambiental, Gestão Ambiental, Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro

DIAGNOSING TO PLAN: DEGRADED INTRA-URBAN GREEN AREAS, THE EXAMPLE OF THE SERRA DA MISERICÓRDIA

ABSTRACT: Currently, it is evident that environmental management has assumed a prominent position among the concerns of society and, in addition, urban planning has shown itself to be concerned with the sustainable use of urban areas. Merged, these two areas of knowledge, in increasing expansion, provide new ways of planning space. The environmental urban planning considers several actions, which can be of different natures, among them the environmental management of green remnants, normally degraded in urban areas, aiming to guarantee, based on principles and guidelines the conservation of these areas and in addition a territorial reorganization, so that the use of these places is combined with the protection of the environment, thus helping to reuse and readjust them and their general use for environmental education and leisure within urban areas. Therefore, the objective of this work is to feed knowledge about Serra da Misericórdia, one of the green enclaves of the municipality of Rio de Janeiro, located in Planning Area 3 (AP3), thus bringing from the diagnosis the importance of environmental urban planning for the exercise to think about these types of areas. Because it has so much potential and greatness, questions about the reasons that make the Serra forgotten by the public authorities and little appropriated by the majority of the city's population are recurrent. From exploratory research on environmental and urban data, diagnostics, map analysis, bibliographies, documents and reports used by urban environmental planning, it is expected to recognize and understand the proposed study area. In order to obtain qualitative and quantitative products for urban and environmental problems and their evolution, so that in the future Serra da Misericórdia can receive investments in terms of executive projects and / or public policies aimed at leisure, culture, general infrastructure and environmental rehabilitation of the area.

KEYWORDS: Environmental Urban Planning, Environmental Management, Serra da Misericordia, Rio de Janeiro

1 | INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida pela beleza cênica vinda do encontro dos seus elementos naturais e da cidade posta entre esses elementos. Onde sempre se apresenta o verde exuberante dos grandes maciços costeiros, o azul do oceano, da baía que limita a cidade e da construção antrópica associada a essas paisagens. Não muito longe dessa paisagem do imaginário internacional, existem outras não tão famosas, mas de grande amplitude se pensarmos em área e importância local, e que se encontram abandonados pelo poder público, sofrendo com a falta de gestão e planejamento. Entre essas áreas está a Serra da Misericórdia.

A subutilização desses espaços menos visíveis politicamente e midiaticamente se tornam graves para a população que reside nesses locais, o que traz por consequência falta de espaços de lazer, uma menor qualidade de vida e vulnerabilidades sociais da população. Sem nenhum planejamento que vise um melhor aproveitamento desses espaços, se tornam localidades expostas a interferência humana que em geral não zela pelas mesmas, pelo

contrário, apenas desmata e degrada.

Por isso é importante que o planejamento urbano-ambiental seja um instrumento de ação para espaços como esses na cidade, pois através dele que se pode traçar diretrizes para a gestão territorial, controle e expansão dos municípios, desenvolver programas e serviços que visam melhorar a qualidade de vida da população e áreas urbanas de forma sustentável.

A partir disso, esse trabalho tem como objetivo encaixar a Serra da Misericórdia, o maciço esquecido da cidade do Rio de Janeiro, dentro do escopo de atuação do planejamento urbano ambiental, mediante diagnósticos que tragam a importância e a relevância da área para o município e para as localidades próximas a ele.

2 | O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL EM FOCO

Uma das finalidades do planejamento territorial é elaborar métodos eficazes que ajudem no desenvolvimento do território. O desenvolvimento está ligado a melhorias das relações sociais e do espaço, e é o resultado da equação melhor qualidade de vida (que está relacionada à esfera privada), maior justiça social (que está relacionada à esfera pública) e, dessa forma, é entendido como uma mudança positiva, em todos os aspectos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais (SOUZA, 2013).

O planejamento é o pensamento orientado para o futuro, é uma escolha entre alternativas. Deve-se levar em consideração os limites, as restrições, as potencialidades, os prejuízos e os benefícios. Deve-se pensar na possibilidade de diferentes tipos de ações, que dependem de condições e de circunstâncias variáveis. O planejamento é, portanto, uma técnica aplicada ao território que proporciona: organização espacial, social e ambiental a partir da necessidade de organização deste espaço dinâmico e em constante transformação (RIBEIRO & SILVEIRA, 2006).

Ao pensar numa área urbana, deve-se preconizar satisfazer as necessidades do homem. Há, portanto, necessidade na geração contínua de espaços para moradia, trabalho, deslocamento e lazer, para atender o crescimento constante observado nas cidades. Mas essas necessidades devem ser implantadas sem causar danos aos demais componentes deste espaço. Assim, o processo de planejamento urbano tem como propósito ordenar, articular e equipar o espaço, de maneira racional, direcionando a malha urbana, assim como suas áreas ou zonas, a determinados usos e funções (PHILIPPI et al., 2004). E atualmente está mais do que nunca, vinculado ao processo de planejamento ambiental e suas ferramentas legais, exigindo dos profissionais que pensam esse espaço conhecimento de seu papel, como também das novas formas, métodos e aplicações de conceitos que tendem a acompanhar o dinamismo complexo da vida na sociedade atual (SILVA & WERLE, 2007).

Dessa forma a ideia de processo de planejamento está baseada na compreensão

de que somente ocorre eficazmente se houver todas as fases de desenvolvimento técnico: levantamentos e diretrizes, projeto, execução e reanálise. Para assim conhecer o espaço a fim de planejá-lo, o que torna os diagnósticos um importante forma de ler a complexidade de uma área e assim começar a pensar em diretrizes de planejamento.

3 I A SERRA DA MISERICÓRDIA, O MACIÇO ESQUECIDO

A cidade do Rio de Janeiro possui três grandes maciços: o Maciço da Tijuca, o Maciço da Pedra Branca e a Serra do Mendanha, onde são encontrados respectivamente o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, todos Unidades de Conservação, com gestões eficientes frente a degradação e ao uso sustentável dessas áreas. Além dos três grandes maciços, a cidade também possui dois pequenos maciços: a Serra do Engenho Novo e a Serra da Misericórdia. Ambos não possuem nenhum tipo de planejamento ou medida legal para a proteção ou conservação dessas áreas, permitindo, assim, que as mesmas sofram com as ações antrópicas (Figura 1).



Figura 1 - Mapa de localização dos maciços do município do Rio de Janeiro.

Fonte: Autores

A Serra da Misericórdia é um desses pequenos maciços do município, localizada na Área de Planejamento três (AP3), cercada por 27 bairros da zona norte da cidade e que possui aproximadamente 35 km² de área vegetada. Por ser muito adensada, esta região possui o menor índice de áreas verdes per capita da cidade. A serra está localizada no centro da AP3, dividindo-a e fazendo com que dentro dela haja locais mais isolados,

com diferentes níveis de acesso e mais próximos e mais distantes das centralidades do município (Figura 2).

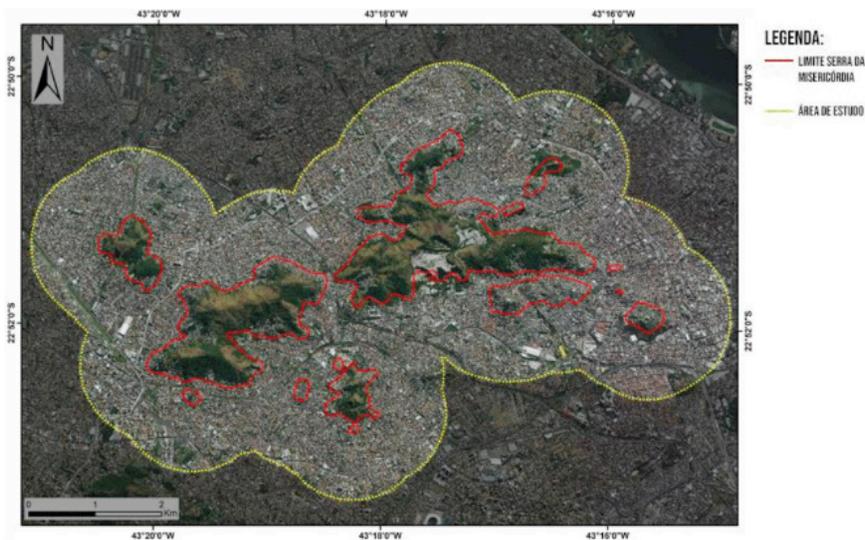


Figura 2 - Mapa de delimitação da Serra da Misericórdia e da área de estudo.

Fonte: Autores.

Para esse trabalho, a área de estudo consiste em um raio de 1 km a partir do maciço, pois é a área que mantém relações e impactos diretos com o mesmo. A partir dele se faz uma leitura mais detalhada da Serra, como se pode visualizar na Figura 2.

4 | DIAGNOSTICAR PARA PLANEJAR

A primeira fase do planejamento é o reconhecimento e o entendimento da área que se pretende planejar. Espaços, sejam eles quais forem, são complexos e a melhor forma de entendê-los é tentar fazer leituras mediante suas partes (SANTOS, 2004). A primeira iniciativa para compreender a Serra da Misericórdia foi a tentativa de compartimentá-la. Uma das formas de fazer isso foi a partir de seus morros. Sendo assim, foram criados 4 compartimentos que tentam dar uma leitura heterogênea a área (Figura 3).

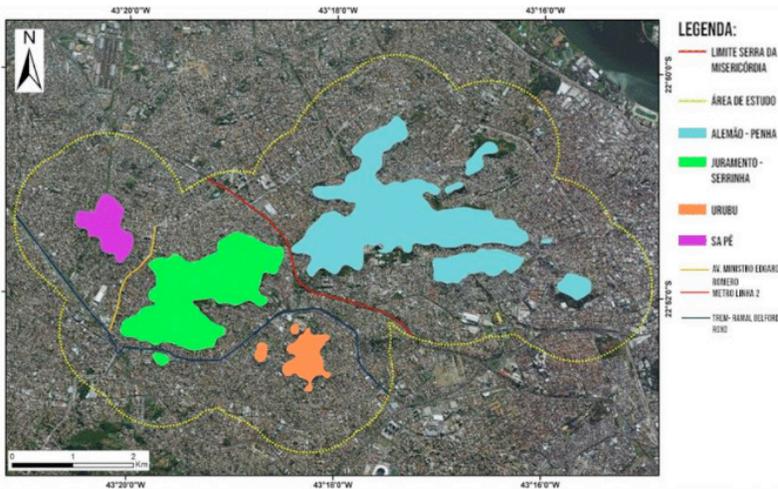


Figura 3 - Mapa da compartimentação da Serra da Misericórdia.

Fonte: Autores.

Posto isto, o primeiro e maior compartimento da área de estudo é o Alemão-Penha, o morro mais a leste, seguido pelo Juramento-Serrinha que se separam pelo corte da Linha 2 do metrô. O terceiro compartimento é o do Urubu, que está mais ao sul da área de estudo e por último o Sapê que está mais ao norte. O primeiro recortado pela linha férrea do Ramal Belford Roxo e o segundo recortado pela Avenida Min. Edgard Romero, uma via arterial da área, ambos recortados do Juramento-Serrinha. Por conseguinte, se torna mais simples entender que a área de estudo se dá a partir de quatro grandes morros de leste a oeste.

A segunda iniciativa foi entender a cobertura do solo da área de estudo, apresentada na Figura 4, para assim pensar em formas de proteção, recuperação e manejo de áreas. Nesse caso, pudemos observar que grande parte dos recortes de maior altitude da serra ainda possuem uma cobertura verde, seja ela arbórea ou herbácea, e as maiores manchas de remanescentes florestais estão nas encostas. Outro ponto representativo é que na compartimentação do Alemão-Penha há o resquício de uma grande área de mineração no centro do maciço.

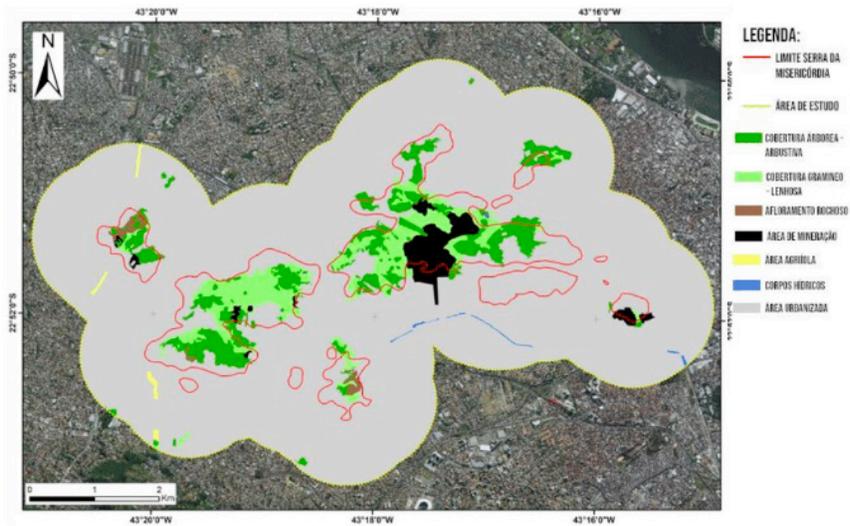


Figura 4 - Mapa da cobertura do solo da Serra da Misericórdia e seu entorno.

Fonte: Realizado pelos autores a partir dos dados do DataRio.

Em consideração a área de estudo prevalece seu caráter urbano como já era esperado, visto que está localizado no meio de uma importante cidade global. Também pode-se observar que mesmo em áreas de encosta esse caráter urbano se mantém. E, por fim, as pequenas áreas agrícolas se dão pelo local de servidão criado pela passagem de redes de alta tensão que abastecem o município, prática comum nos subúrbios cariocas.

Com foi possível visualizar anteriormente, a Serra apresenta uma taxa de ocupação muito alta nas encostas dos morros e maciços acima de 100 metros. Vale ressaltar que essa ocupação se resume aos quatro grandes complexos de favela que abriga: Complexo da Penha, Complexo do Alemão, Complexo do Juramento e Complexo do Sapê (Figura 5).



Figura 5 - Mapa das favelas presentes na Serra da Misericórdia.

Fonte: Realizado pelos autores a partir dos dados do DataRio.

A AP3 possui a maior densidade demográfica do município, abrigando também a maior parcela de população residente em favelas, 49,9% (GUIA, 2013) e grande parte desta população está instalada nos complexos de favelas contidos nas encostas da Serra da Misericórdia. Tendo isso em vista, a região apresenta uma necessidade de planejamento e políticas públicas específicas para o controle do crescimento e expansão das favelas, além da promoção do acesso a áreas verdes com restrições.

A área de estudo possui um zoneamento previsto no plano diretor que não valoriza muito o espaço e não agrega com a Serra (Figura 6). Possui uma predominância de zona residencial e zona residencial mista ao longo de sua maior parte, incentivando maior densidade à região e não estimulando espaços abertos e espaços verdes. Pode-se também perceber no mapa, que possui pouco encorajamento a espaços destinados à zona comercial ou zona de uso misto, o que não agrega na diversidade de usos nesse raio, bem como não instiga novas possibilidades de espaços de lazer (que não existem em abundância na área). E na parte mais “acessível” do tecido urbano (pois se trata da parte mais próxima ao centro do Rio de Janeiro), encontra-se uma zona industrial, o que contribui na desvalorização e na poluição do espaço.

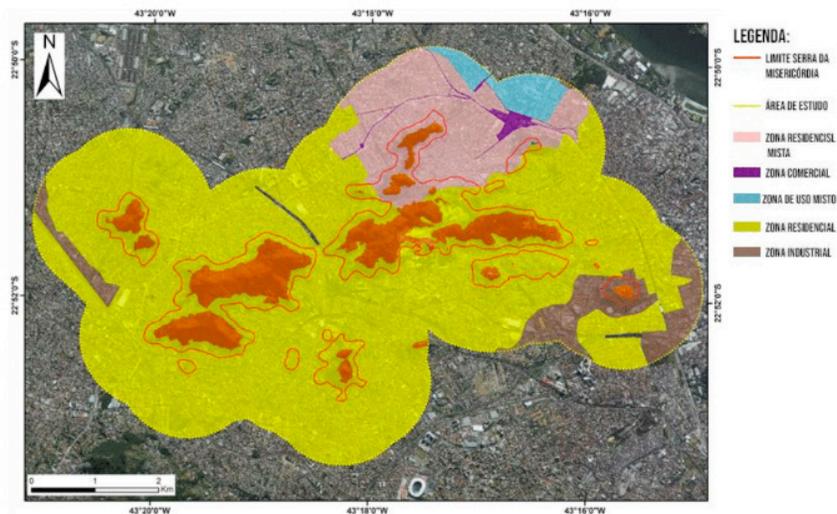


Figura 6 - Zoneamento da Serra da Misericórdia segundo o Plano Diretor.

Fonte: Realizado pelos autores a partir dos dados do DataRio.

A área de estudo possui três grandes vias centrais (Figura 7) Avenida Brasil, Avenida Martin Luther King e a Avenida Min. Edgard Romero onde passam um grande fluxo de pessoas diariamente. Com isso, identifica-se que os acessos principais a Serra devem ficar próximos a essas vias centrais para que se tenha um fluxo estratégico de pessoas.

A serra em si, possui pedreiras que são resquícios provocados pelas mineradoras que funcionaram lá desde a década de 40 (SIMAS, 2007) e que precisam receber algum tipo de tratamento para a própria composição paisagística e ambiental do maciço. Ocorre da mesma forma nas áreas verdes degradadas, que por não serem florestas, não possuem nenhum tipo de uso se tornando espaços ociosos e abandonados. Como esses espaços se encontram em maioria na Serra, ela se torna ainda mais subutilizada e compromete a sua função de ser um ambiente natural na cidade.

Por outro lado, os remanescentes florestais estão em menor quantidade e em espaços isolados no decorrer da serra. Dentre eles, há uma quantidade significativa nos limites com as áreas urbanizadas (áreas de favela), que vem se expandindo e desmatando o pouco que resta dos mesmos e que por vezes são utilizados ainda segundo Guia (2013) como rota de fugas do tráfego presente nessas favelas.

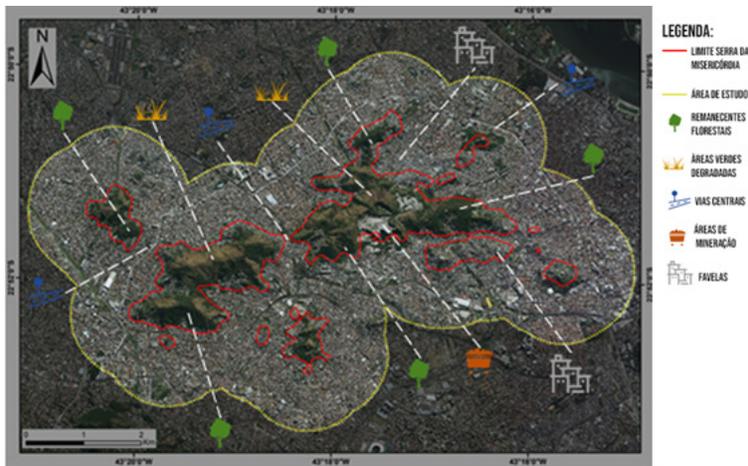


Figura 7 - Mapa síntese da Serra da Misericórdia.

Fonte: Autores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do diagnóstico feito nesse trabalho ficou claro que a Serra da Misericórdia é uma maciço importante não só para a área de estudo (inserida em um raio de 1km) mas para o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, visto que, é o maior espaço aberto e área verde desta região. Logo, pode proporcionar usos que permitam que a população do entorno possa se apropriar desse espaço na cidade.

Diante disso, foi identificado que o ideal para a Serra da Misericórdia fosse que a mesma se tornasse uma Unidade de Conservação de Proteção Integral por meio de um Parque nas áreas mais altas, declivosas e com remanescentes florestais. Já a transição entre o verde e a ocupação antrópica poderia se tornar uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), que também é uma categoria de proteção, mas que permite moradias e preconiza um planejamento territorial em sua extensão. Assim, possibilitaria a preservação de ecossistemas naturais e de grande relevância ecológica e cênica, como forma de obter um controle da expansão territorial dos complexos de favela que vem crescendo nas encostas e desmantando o pouco de área florestada que ainda resta. Além disso, iria possibilitar um novo espaço aberto de lazer para a população da zona norte com atividades educativas, recreativas e turísticas em contato com a natureza.

Com isso, entende-se que é necessário que haja políticas públicas para a inclusão da Serra da Misericórdia como uma Unidade de Conservação garantindo o seu reflorestamento, principalmente nas partes mais afetadas pelas mineradoras; A promoção desse espaço como área de convívio dos moradores da região por meio de espaços de lazer, cultura e educação, a conscientização da população, principalmente do entorno

imediatos; Demarcação dos acessos para a Serra, pois nos dias atuais são feitos de forma improvisada e sem controle, permitindo que essa área fique exposta podendo sofrer interferências negativas; Dar assistência aos moradores que habitam em áreas de risco como as encostas nas cotas altas e precisam ser reassentados, pois estão vulneráveis a movimentos de massa; E promover novos fluxos e eixos viários, formas de transporte mais sustentáveis e teleféricos através da Serra, visto que ela divide o subúrbio da cidade, sendo corriqueiro que se dê a volta pelo maciço para se locomover na região.

REFERÊNCIAS

GUIA, E. V. F. **Relações entre processo de ocupação e as características socioambientais da região da Serra da Misericórdia, subúrbio do Rio de Janeiro**, Monografia em Geografia, UFRJ, 2013.

PHILIPPI JUNIOR, A. et al. Gestão ambiental municipal: subsídios para estruturação de Sistema Municipal de Meio Ambiente. In: **Gestão ambiental municipal: subsídios para estruturação de sistema municipal de meio ambiente**. 2004.

RIBEIRO, R. M.; SILVEIRA, M. A. T. Planejamento Urbano, lazer e turismo: os Parques Públicos em Curitiba-PR. **Turismo-Visão e Ação**, v. 8, n. 2, p. 309-321, 2006.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática** (ISBN, v. 355771044). São Paulo, SP, Brasil: Oficina de Textos, 2004

SILVA, G. J. A.; WERLE, H. J. S. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade a sustentabilidade, da lei a realidade. **Paisagens em debate: Revista Eletrônica da Área Paisagem e Ambiente**, FAU/USP, n. 5, p. 24, 2007.

SIMAS, E. N. B. **Tem meio ambiente na favela? Ambientalismo e representações**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, M. J. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013.

CAPÍTULO 7

O CONTORNO MESTRE ÁLVARO: ALTERNATIVA AO FLUXO VIÁRIO DA BR-101 NORTE NO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)

Data de aceite: 01/10/2020

Álvaro Luiz de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/3824616320165935>

RESUMO: O presente trabalho fez uma abordagem de ordem cronológica, a partir da segunda metade do século XX até a primeira década desse século XXI, quanto ao processo de industrialização e urbanização do Município de Serra – ES, desde a construção da BR – 101 Norte, rodovia federal longitudinal ligando o Nordeste ao Sul do Brasil. O objetivo desse trabalho foi avaliar as transformações ocorridas no corredor viário desse trecho. Através de pesquisas, verificou-se ser a BR – 101 Norte um indutor a industrialização e conseqüentemente à urbanização, mediante a construção de inúmeros conjuntos habitacionais entre as décadas de 70 a 80 na municipalidade serrana. Entretanto, a primeira década do corrente milênio, graças a estabilidade econômica do país, o território serrano volta a vivenciar a expansão imobiliária, se sobressaindo em relação às demais localidades da Região Metropolitana. Por outro lado, o aumento da frota automobilística local, associado à facilidade de aquisição do automóvel e conseqüentemente a baixa qualidade no transporte de massa, Sistema Transcol, vem resultando em transtornos a mobilidade urbana, culminando numa série de impactos no perímetro urbano da BR – 101 Norte, principal artéria viária do município. Diante dessa situação,

autoridades governamentais vêm discutindo sistematicamente propostas, objetivando equacionar o gargalo em que se tornou a BR – 101 Norte, no tocante a mobilidade urbana em Serra, mediante a construção de um contorno rodoviário denominado “ES – 120 Contorno do Mestre Álvaro”. A metodologia utilizada foi levantamento estatísticos dos sinistros ocorridos em 2010, no trecho da BR – 101 Norte, levantamento de informações sobre o processo de urbanização e industrialização do município de Serra, tendo como fontes os trabalhos de Bufon (1992), Sartório (2007). Portanto, mesmo que a demanda do contorno seja urgente, é preciso medidas firmes por parte dos gestores públicos municipais e a não complacência, dadas as intenções ao longo do futuro Contorno do Mestre Álvaro.

PALAVRAS - CHAVE: BR - 101 Norte; Mobilidade Urbana; Contorno Mestre Álvaro.

ABSTRACT: The present work made a chronological approach, from the second half of the 20th century until the first decade of that 21st century, regarding the industrialization and urbanization process of the Municipality of Serra - ES, since the construction of the BR - 101 Norte, highway longitudinal federal system linking the Northeast to the South of Brazil. The objective of this work was to evaluate the changes that occurred in the road corridor of this stretch. Through research, the BR - 101 Norte was found to induce industrialization and, consequently, urbanization, through the construction of numerous housing complexes between the 70s and 80s in the mountain municipality. However,

the first decade of the current millennium, thanks to the country's economic stability, the mountainous territory once again experienced real estate expansion, standing out in relation to other locations in the Metropolitan Region. On the other hand, the increase in the local automobile fleet, associated with the ease of car acquisition and, consequently, the low quality of mass transportation, the Transcol System, has resulted in disturbances to urban mobility, culminating in a series of impacts on the urban perimeter of BR - 101 North, the main road in the municipality. In view of this situation, government authorities have been systematically discussing proposals, aiming to address the bottleneck in which the BR - 101 Norte became, regarding urban mobility in Serra, through the construction of a road contour called "ES - 120 Contour of Mestre Álvaro". The methodology used was a statistical survey of the claims that occurred in 2010, in the stretch of BR - 101 Norte, a survey of information about the urbanization and industrialization process in the municipality of Serra, based on the works of Bufon (1992), Sartório (2007) . Therefore, even if the demand for the contour is urgent, it is necessary to take firm measures on the part of municipal public managers and non-complacency, given the intentions throughout the future Contour of Mestre Álvaro.

KEYWORDS: BR - 101 Norte; Urban mobility; Contour Master Álvaro.

1 | INTRODUÇÃO

As cidades são permeadas por uma gama de atividades humanas que, na maioria das vezes, resultam numa série de conflitos em diferentes escalas. Tais conflitos tornam-se mais pujantes, quando analisadas as vias de circulação, nas quais os veículos automotores, pedestres e ciclistas disputam o mesmo espaço.

No contexto atual, há consenso que esses conflitos se deem em função do modo motorizado de transporte, predominantemente o rodoviário, em detrimento aos demais modais. Essa vertente referente ao transporte rodoviário no Brasil teve seu começo a partir da década de 1950, como Plano de Metas no governo do então Presidente Juscelino Kubitschek. Conforme Benevides explica:

A característica principal da economia brasileira no período em foco consiste na consolidação da indústria brasileira, quando se instala a indústria pesada, principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganha novo impulso com a instalação de novas siderúrgicas (BENEVIDES, 1979, p. 210).

Percebe-se o Plano de Metas atrelado a conjunção dos interesses do governo Kubitschek em modernizar a economia, juntamente com os da indústria automobilística internacional. Nesse período, o território nacional começou a ser entrecortado por diversas rodovias, visando atender aos interesses das montadoras de veículos motorizados e paralelamente servir de base para atração de investimentos, com destaque para a modernização agropecuária e industrialização de base agrícola.

Na opinião do pesquisador/professor Milton Santos, da Universidade de São Paulo, esse método favoreceu o desenvolvimento de centros intermediários (Cidades Médias) que,

com a centralidade regional proporcionada pelas rodovias, passaram a receber também importante crescimento populacional, sendo dotadas de uma série de equipamentos regionais (SANTOS, 2005).

A afirmação é muito propícia à situação da BR-101 Norte, no perímetro urbano da municipalidade de Serra, pois com a abertura da rodovia durante o decênio de 1950, o município serrano perdeu sua característica rural transformando-se em urbano-industrial devido ao grande contingente demográfico que migraria para o município motivado pelo contexto socioeconômico vivido na época, e que, atualmente, possui reflexos em relação à mobilidade urbana nesse território.

Por outro lado Silva Junior (2003) comenta que as rodovias, além de servirem como atrativos populacionais face ao desenvolvimento proporcionado por elas, também contribuem como fator atrativo a especulação imobiliária. Analisando através dos prognósticos desses autores e trazendo para o âmbito local, a BR 101 Norte no perímetro urbano de Serra constitui num fomentador da economia, por tais motivos descritos antes proporcionando o surgimento de inúmeros bairros localizados às margens da rodovia, ao qual devido às omissões e deficiências no Planejamento Territorial Urbano (Planejamento Urbano, Políticas de Transportes e Circulação), além da queda de qualidade observada no transporte coletivo de “massa” representado pelo Sistema Transcol, culminaram em inúmeros problemas de mobilidade em seu trecho urbano ao qual serão abordados nesse trabalho.

1.1 Objetivo Geral

Avaliar através de uma perspectiva espaço-temporal (1950 – 2010), as transformações ocorridas no corredor viário da BR – 101 Norte, principal artéria viária do município serrano, entre o Viaduto de Carapina até o Posto da Polícia Rodoviária Federal em Serra (Sede) e suas implicações.

1.2 Objetivos Específicos

Detalhar como foi realizado o uso e cobertura da terra ao longo das últimas seis décadas passadas, nas áreas margeantes a BR – 101 Norte em território serrano.

Apresentar os trechos mais problemáticos da rodovia e seus quantitativos de acidentes, ao longo do ano de 2010.

Elencar os problemas socioambientais dessa rodovia federal em sua respectiva área de estudo.

Realizar uma análise das problemáticas ambientais, quanto ao futuro traçado da ES– 120 “Contorno do Mestre Álvaro”.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Pesquisa quali-quantitativa do tipo pesquisa de campo, onde o autor precisou vivenciar situações de observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômeno no campo para construir a informação com veracidade. A pesquisa exploratória para Gil (2008) tem por finalidade esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e idéias através da formulação do problema.

Inicialmente, o trabalho tomou como base o noticiário local ao longo de vários anos (Jornal A Gazeta, Jornal A Tribuna), a respeito dos constantes acidentes ocorridos na BR – 101 Norte, no trecho compreendido entre o Viaduto de Carapina ao Posto da PRF em Serra (Sede).

Outro ponto que culminou na realização desse trabalho, foi à experiência vivenciada pelo autor em 2009, ao qual o mesmo retornando de suas atividades profissionais exercidas numa Escola da Rede Pública Estadual de Serra, ficando horas retido nos longos congestionamentos registrados no pico vespertino, entre o acesso da Arcelor Mittal Tubarão na altura do Posto Planalto, até o Viaduto de Carapina.

Através das reportagens e da experiência vivida naquele período, houve o aguçamento de modo a compreender melhor esses problemas, mediante consultas bibliográficas, abordando a temática de rodovias federais inseridas em áreas urbanizadas, a exemplo de (TRINTA,2004; MENESES,2001; SANTOS,2005; DNIT,2005), entre demais autores. Foram também consultados documentos, artigos, monografias, como forma de dar sustentação conceitual e teórica na pesquisa.

A segunda etapa de levantamento de dados e informações envolveu a ida aos Órgãos Federais para obtenção de dados estatísticos registrando sinistros ocorridos em 2010, no trecho da BR – 101 Norte, entre o Viaduto de Carapina o Posto da PRF em Serra (Sede).

Então foi protocolado ofício ao 12º Departamento de Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo patrulhamento das rodovias federais que cortam o Espírito Santo em Abril de 2011, solicitando os dados de acidentes e explicando que se tratava de uma monografia para obtenção do título de Bacharel em Geografia. Entretanto, até Setembro daquele ano corrente, não se conseguiu as estatísticas dando conta do quantitativo de acidentes ao longo de 2010.

Novamente foi protocolado outro ofício expedido pelo Departamento de Geografia, na sede do 12º DPRF, informando a necessidade desses dados, de modo a dar subsídios ao autor para realização dessa monografia. Vale ressaltar que em decorrência dos imprevistos envolvendo o órgão acima citado, ficou inviável dar procedimento a pesquisa em 2011.

Essa etapa incluiu a ida ao 17º Departamento de Infraestrutura Terrestre (DNIT), incumbido na construção e manutenção da malha rodoviária federal que corta o Estado, a

fim de coletar informações históricas sobre a BR – 101 em solo capixaba, ao qual fomos prontamente atendidos pelo seu corpo técnico.

Como a PRF atua em algumas ações conjuntamente com o DNIT, solicitamos se teria como o órgão responsável pela Infraestrutura Terrestre, conseguir dados envolvendo acidentes na BR – 101 Norte em 2010, entre o Viaduto de Carapina até o Posto da PRF em Serra (Sede), informações essas prontamente cedidas.

A terceira etapa consistiu no levantamento de informações dando conta sobre o processo de urbanização e industrialização do município de Serra, tendo como fontes os trabalhos de (BUFON,1992; CAMPOS,2002) e demais autores ao longo de 2012, além do primeiro trabalho de campo no trecho urbano da BR – 101 Norte em Serra e em partes do futuro traçado da “ES – 120 Contorno do Mestre Álvaro”.

Em 2013, iniciou a quarta etapa, culminando na participação da Audiência Pública realizada em 04 de Julho de 2013, em Serra (Sede), pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), debatendo o licenciamento ambiental do Contorno do Mestre Álvaro, bem como a apresentação do projeto executivo da nova rodovia. Na semana seguinte, foi feita uma visita ao Departamento de Estrada de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES), onde recebemos os dados referentes ao projeto de implantação do futuro contorno rodoviário. Insere nesse período, o levantamento de informações do Sistema de Transporte Coletivo (Transcol) e sua história junto a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV) e no site do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-ES), mostrando a evolução da frota automobilística da municipalidadeserrana, e da Secretária de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), para entendermos o novo surto imobiliário ocorrido ao longo do decênio de 2000.

No mês de Março de 2014, deu-se sequência a quarta etapa, com a realização do segundo trabalho de campo, através de registro fotográfico dos trechos críticos da BR – 101 Norte, entre o Viaduto de Carapina até as proximidades da PRF em Serra (Sede), mediante registros de acidentes levantados em 2010 pela PRF/DNIT.

Foram realizadas leituras abordando as legislações Municipal, Estadual e Federal, sobre o tema áreas úmidas, bem como o artigo de Coelho & Ferreira (2011), uma vez que o traçado da ES – 120 Contorno do Mestre Álvaro, em sua parte sul, atravessará essa região sensível do ponto de vista ambiental e que já se encontra fragilizada.

Finalizando as etapas metodológicas, foram confeccionados materiais cartográficos realizados no Laboratório de Geografia e Geotecnologia, quanto ao traçado urbano da BR – 101 Norte em Serra.

O primeiro mapa utilizou o Sistema de Informações Geográficas, IJSN (2012), IBGE (2010), mediante programa ArcGis 10.2.2, com auxílio do microcomputador, enquanto o segundo mapa utilizou imagem Ortofotomosaico (IEMA, 2007/2008), detalhando os pontos considerados críticos quanto ao traçado da BR-101 Norte em relação aos elevados índices de acidentes ao longo de 2010.

A realização de ambos os mapas, adotou-se a Projeção Universal Transversa de Mercator, tendo como padrão DATUM: Sirgas 2000, Zona 24 S, possibilitando melhor ilustração da área pesquisada.

A utilização desses instrumentos tecnológicos, juntamente com as referências bibliográficas e consultas aos órgãos de diferentes esferas administrativas, sobre o tema proposto, possibilitou a elaboração desse trabalho.

2.2 Revisão Bibliográfica

2.2.1 *A Relação entre os Caminhos Primitivos e os Transportes.*

Desde o surgimento do homem, a humanidade passou pelo aperfeiçoamento constante em relação aos inúmeros mecanismos de circulação no que se refere a pessoas, mercadorias e ideias. Tal conformação descrita consiste, sem dúvida alguma, na base da civilização nas sociedades modernas. Isso demonstra que, desde os primórdios, os sistemas de transportes, sejam marítimo, aéreo e terrestre, esse último objeto de estudo dessa monografia, passaram por evoluções a níveis excepcionais:

Em especial após a Revolução Técnico-Científica, na década de 1970, que acelerou-se o ritmo de vida, vencendo [...] as barreiras espaciais em tal grau que por vezes parece encolher sobre nós. (HARVEY, 2007, pág.190).

Diante disso, observa-se que os efeitos da Revolução Técnico-Científica, demonstradas por Harvey, atingiram *in loco* as áreas de infraestrutura proporcionando uma rápida evolução como o caso do setor de transportes e, por sua vez, provocou uma drástica redução na relação tempo gasto/espço percorrido, no que tange os deslocamentos de pessoas e mercadorias ao redor do Mundo.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento dos mecanismos de circulação, nos diferentes cantos do planeta Terra e antes mesmo da III Revolução Industrial, se deu por meio de caminhos primitivos, compreendendo os transportes marítimos e especialmente os terrestres, responsáveis pela migração de povos, tribos e civilizações que, utilizando de tais caminhos comumente chamados de trilhas, proporcionaram a conquista de riquezas assim como de territórios:

[...] O homem primitivo supõe-se, fez a utilização de trilhas, preliminarmente desbravadas por animais de grande porte. Já que a mata os encerrava imprópriamente, os animais sempre procuravam terrenos abertos, com pastagens, com águas tranquilas e doces e o sol [...]. Nestes abertos era também possível empenharem-se em francabatalha pela subsistência [...]. Como hoje, nos tempos primitivos, estas trilhas decorreram das "querências" e o piso veio continuado e as dimensões dos animais de maior porte garantiram espaço razoável a circulação também do homem (BITTENCOURT, 1958, p.24).

Conforme o autor, as trilhas foram transformadas em veredas e caminhos e ganharam, com o passar do tempo, elementos de segurança a locomoção com a sua limpeza (quando o fogo deve ter prestado serviços inestimáveis), com os contornos de pântanos, lagoas e cursos d'água. Além da superação dos obstáculos naturais já descritos, é importante mencionar outros fatores que possibilitaram a mobilidade e posteriormente, o desenvolvimento dos transportes terrestres:

[...] transpor de serras ou correntes através de gargantas e passos mais fáceis, com a utilização de vales conforme os imperativos geográficos, sempre, porém, segundo "as linhas de menor resistência" ou de "mínimo sacrifício ao trânsito (BITTENCOURT 1958", p.22).

Sobre o fato mencionado, é importante salientar que muitos núcleos populacionais fundados no Brasil e no Espírito Santo ao longo dos séculos XIX e início do século XX, foram resultantes da superação dessas barreiras geográficas naturais por grupos humanos primitivos, resultando na mobilidade de pessoas e mercadorias.

Outro fator que chama a atenção no âmbito da relação entre caminhos primitivos e os transportes, referem-se à conhecida Teoria das Migrações, adotada por Frédéric Ratzel onde: "[...] as coletividades humanas chegaram-se a agrupar-se ou distribuir-se sobre a Terra, em cada momento da história, segundo fronteiras mais ou menos definidas." A mesma teoria Ratzeliana das migrações descreve ainda que:

"[...] a mobilidade das populações se opera, de um modo geral, no sentido horizontal ou no sentido vertical. Pertencem à mobilidade horizontal todos os movimentos de população desde as migrações pré-históricas. Isso devido provavelmente a motivos biológicos consequente de cataclismas, como de gelos, secas, fome, inundações, devastações, epidemias, guerras, etc., ou religiosos e mágicos, como ainda e possível observar entre os primitivos, até os movimentos migratórios contemporâneos, de causas religiosas e políticas ou principalmente socioeconômicos – voluntárias ou involuntárias – mas, ultimamente policiados e mesmo racionalizados" (BITTENCOURT, Apud RATZEL, 1958, pág.25).

Essa migração descrita por Ratzel ocorre comumente no período matutino e vespertino, ao longo da BR-101 Norte. Isso se dá em razão do município de Serra pertencer a Região Metropolitana da Grande Vitória.

O trabalho de Villaschi & Ribeiro (2004) detalha de forma bem elucidativa, a criação e evolução legislativa compreendendo a Região Metropolitana: Lei Complementar Estadual nº 58, de 21/02/1995, sendo formada pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. A Região Metropolitana da Grande Vitória teria sua gestão exercida por um caráter deliberativo – Conselho Metropolitano da Grande Vitória – e sua Secretária Executiva, e ainda por um comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória.

-Lei complementar Estadual nº 159, de 08/08/1999, pela primeira vez desde a sua criação a Região Metropolitana teve a inclusão nessa região do município de Guarapari.

- Em Junho de 2001, através da Lei Complementar nº 204/01, o Governo do Estado do Espírito Santo reestruturou por completo o modelo de gestão que estava sendo implementado. A exceção da manutenção do município de Guarapari revogou disposições em contrário especificadas nas Leis Complementares nº 58/95 e nº 159/99, incluindo ainda o município de Fundão na Região Metropolitana da Grande Vitória.

- Lei Complementar Estadual nº 318, de 18/01/2005. Essa lei reestruturou a Região Metropolitana da Grande Vitória, compreendendo os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão. Criou o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT) e autorizou o Poder Executivo Estadual a instituir o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (FUNDEVIT); Decreto Estadual nº 1511-R de 14 de Julho de 2005, que regulamentou o COMDEVIT e FUNDEVIT.

Nesse contexto, pelo fato do território serrano possuir um grande complexo industrial, em que a presença do setor siderúrgico, portuário, logístico, comercial, proporciona a migração de milhares de capixabas de outras localidades pertencentes ao conglomerado metropolitano da Grande Vitória, para as empresas ali instaladas, acaba resultando nos constantes problemas de mobilidade na rodovia em discussão. Por outro lado, percebe-se também uma migração dentro do próprio município serrano, de bairros em direção a outros que, até duas décadas atrás, eram centros residências, e que atualmente transformaram-se em centros comerciais, a exemplo de Laranjeiras após a inauguração do Terminal de Integração do Sistema Transcol (GONÇALVES, 2007).

Em ambos os casos, essas migrações de deslocamento casa/trabalho durante os dias úteis, desencadearam grandes distúrbios para mobilidade urbana na BR-101 Norte, no trecho compreendido entre o Viaduto de Carapina até as proximidades do Posto da PRF em Serra (Sede), mediante o grande fluxo viário de carretas, ônibus e principalmente veículos particulares cuja frota cresce de maneira avassaladora. Além dos problemas aqui citados, a BR-101 Norte atravessa bairros densamente povoados em seu trecho urbano, o que agrava ainda mais os transtornos de mobilidade e conseqüentemente de segurança, decorrentes dessa migração pendular realizada durante os dias úteis por milhares de trabalhadores.

São poucas as bibliografias que tratam dos impactos de rodovias em áreas urbanizadas. Com o passar do tempo, até mesmo em função da ausência de trabalhos sobre essa temática, iniciou-se a agregação das variáveis ambientais nos estudos urbanos e de transportes, passando então a dar maior atenção aos impactos correlacionados à presença de rodovias que atravessam áreas urbanas. Os estudos mais expressivos nessa área datam da década de 1990 do século passado. Um deles aborda o caso a BR-116, no estado do Paraná, que atravessa a área urbana da capital Curitiba, realizada pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 1991).

Desde então outros órgãos começaram a se debruçar em questões relacionadas ao traçado de rodovias federais em áreas urbanas e conseqüentemente seus desdobramentos.

Organismos governamentais como DNIT (2004), afirmam a existência de impactos negativos quanto a existência de rodovias em áreas urbanizadas, pois enquanto nas rodovias ocorre uma queda no desempenho operacional, nas cidades observa-se a depreciação da qualidade de vida. No que se refere aos impactos de rodovias sobre áreas urbanas pode elencar os impactos de uso e ocupação bem como a cobertura da terra, a segregação urbana e a intrusão visual.

Autores como Trinta (2004) destacam os mesmos impactos abordados pelos Órgãos de Infraestrutura Federais enumerados em suas publicações, impactos esses relacionados à área urbana que resultaram em uma segregação espacial urbana, poluição do ar resultante do escapamento dos veículos automotores, poluição sonora, vibrações e intrusão visual.

Podem-se elencar ainda outros impactos em rodovias que possuem traçado em áreas urbanizadas, agora sob a ótica da área urbana e sobre o fluxo rodoviário transeunte como: impacto sobre a mobilidade resultante da redução na velocidade de percurso da via, muita das vezes sem a devida sinalização e padrões técnicos adequados; impactos sobre acessibilidade, devido à localização de acessos, retornos, entradas e saídas e impactos sobre o meio ambiente, em especial o ambiente urbano como poluições (sonora, atmosférica, visual), vibrações e segregação urbana.

Para Menezes (2001), rodovias em áreas urbanas são extremamente maléficas para as comunidades do entorno devido aos impactos ocasionados por elas, como: insegurança para os pedestres, poluição sonora, poluição da água, ruídos, degradação das habitações, acidentes de trânsito, doenças associadas à poluição e aos congestionamentos.

Percebe-se a convergência de ideias entre os autores citados nos parágrafos anteriores quando o assunto tange para rodovias em áreas urbanas incidindo sobre as comunidades lindeiras gerando impactos na acessibilidade dos pedestres e veículos não motorizados, a poluição sonora, atmosférica e visual, as vibrações, o que pode ser sintetizado como degradação do ambiente urbano. O alto volume de tráfego, como já mencionado, o uso urbano da rodovia, paradas e estacionamentos localizados de maneira inadequada, estão relacionados diretamente aos atrasos de tempo nas viagens interurbanas e intermunicipais, além de indiretamente relacionados à poluição sonora, atmosférica e vibrações. Por conseguinte, as altas velocidades se relacionam aos acidentes de trânsito.

Mediante análise bibliográfica, pode-se pontuar também que a localização de uma rodovia, nesse caso a BR-101 Norte em perímetro urbano, no trecho Viaduto de Carapina até o Posto da PRF em Serra (Sede), resulta em graves problemas de mobilidade urbana, potencializando inúmeros impactos, colocando em risco a vida e a saúde não apenas de motoristas, passageiros e pedestres que migram todos os dias de suas residências aos seus postos de trabalho, mas também de comunidades que margeiam essa rodovia.

2.2.2 A Construção da ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro” e suas Peculiaridades Ambientais.

A autorização da licitação para que se construa a ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, anunciada recentemente em solenidade no Palácio Anchieta e amplamente divulgada na mídia audiovisual e escrita com autoridades das esferas Estadual, Federal e Municipal, como solução ao gargalo da mobilidade urbana no trecho compreendido entre o Viaduto de Carapina e o posto da PRF em Serra (Sede) na BR-101 Norte, merece bastante atenção a respeito das peculiaridades ambientais quando se observa o traçado de implantação da nova rodovia,

O futuro traçado do Contorno do Mestre Álvaro no setor Norte irá encontrar a BR-101 Norte no Km 248, em frente o Posto Estrela, enquanto o traçado Sul saíra no Km 277 na altura do Viaduto da EFVM, no Contorno de Vitória, totalizando 18,26Km. Ao analisar o traçado Norte do Contorno do Mestre Álvaro do ponto de vista geomorfológico, verifica-se que ele se insere em uma região de Tabuleiros Costeiros, no qual a construção da rodovia não implicaria em grandes impactos ambientais. No entanto, a implantação da rodovia no setor Sul poderá acarretar problemas do ponto de vista ambiental, visto que esse traçado situa-se numa área de Planície Costeira de ambiente Flúvio-Marinho, sujeita a influência fluvial com maior intensidade e marinha em menor intensidade.

Os solos no traçado Sul, contrapondo-se ao Setor Norte composto por solos Latossolicos, são formados pelos Gleissolos, tipo de solo característico das Planícies Flúvio-Marinhas periodicamente saturadas por água.

Vale ressaltar a presença de corpos hídricos na região, como o Ribeirão Brejo Grande, que recebia fluxos hídricos dos córregos Guaranhões e Caburé que desaguava no Rio Santa Maria da Vitória, embora tenha sofrido alterações na sua dinâmica hídrica. Conforme Sartório:

A implantação do Canal dos Escravos, canais do DNOS e principalmente a Estrada de Queimados, a rede de drenagem da área foi totalmente alterada, sendo redirecionado os fluxos hídricos do Ribeirão Brejo Grande, pois atualmente o Canal dos Escravos, torna-se o principal concentrador dos fluxos hídricos da planície de inundação, recebendo as vazões dos Córregos Guaranhões, Caburé, dos Canais do DNOS e Ribeirão Brejo Grande, desaguando na Baía de Vitória. (SARTÓRIO, 2007, p.79).

Isso mostra as peculiaridades ambientais presentes na construção do Contorno do Mestre Álvaro, na porção Sul, já que o traçado nessa área passará por cima dessa planície de inundação, também conhecidas como Zonas Úmidas.

Segundo Diegues (1990), as áreas úmidas naturais são formadas por processos naturais e por eles mantidas (exemplo: mangues, pântanos, restingas, brejos, entre outros). Esses ecossistemas podem ser continentais, de água doce, costeiros e litorâneos, de águas salobras e salgadas. Na opinião de Diegues, nesses ambientes litorâneos

são encontrados ambientes extremamente complexos e frágeis vinculados a processos de sedimentação em decorrência das oscilações do nível oceânico na escala de tempo geológica, ou seja, são ambientes significativamente ameaçados pelo uso e ocupação do solo de forma irresponsável.

Independente da implantação da ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, a parte Sul do futuro traçado rodoviário já vem sofrendo ocupações de forma indiscriminada há várias décadas, conforme alguns estudos já apresentados, em virtude das Planícies Costeiras possuírem imensas áreas planas. Conforme Coelho & Ferreira (2011), a topografia plana do local tem sido alvo de empreendimentos imobiliários devido à proximidade com importantes eixos modais de entrada e escoamento de produtos, como a BR-101, interligando com outra importante rodovia Federal, BR-262, o aeroporto de Vitória, a presença da EFVM interligando ao Complexo Portuário de Tubarão, além do local ser atravessado pelo gasoduto Cacimbas-Vitória.

No tocante ao setor Sul, por onde irá passar o futuro traçado, esses autores chamam a atenção quanto a pressão advinda do setor empresarial/privado que possui interesses em implantar novos parcelamentos e polos industriais nesse local, propondo a expansão do perímetro urbano para a região do Brejo Grande, hoje rural, ocupando inclusive a área brejosa através de aterros (solos criados). Isso tem gerado constantes debates entre o poder público municipal, ambientalistas e população (2011).

E muito oportuna a reflexão dos autores acima citados, visto que, com o início das obras de implantação do Contorno Mestre Álvaro, a classe empresarial serrana certamente pressionará a prefeitura de modo a alterar o uso e parcelamento da terra com fins de expandir os polos nessa região, mesmo que seja notório os riscos de inundações periódicas que a região poderá sofrer.



Figura 1: Torres de Furnas – Linha Ouro Preto II – Vitória.

Fonte: Autor, Agosto 2014.

A título de exemplo, pode-se lembrar das fortes chuvas cíclicas torrenciais que assolaram o Estado Capixaba em dezembro de 2013 que deixaram milhares de municípios em situação de calamidade pública com milhares desabrigados, inclusive na municipalidade de Serra.

Além da pressão dos polos empresariais, em 2003, houve expansão da linha de Transmissão Ouro Preto II – Vitória de FURNAS impactando a região com as torres de alta tensão instaladas dentro da área úmida, alterando a visão cênica da região (Figura. 1).

Em relação às Planícies Costeiras, também conhecidas como zonas úmidas, pontuamos que elas constam nas Legislações Federal, Estadual e Municipal (reproduzidas abaixo) reflexo da importância legalmente conferida a sua preservação ambiental:

Conforme Legislação Federal, por meio da Lei nº 7661, de 16 de Maio de 1988, instituindo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em seu artigo 3º, parágrafo I:

Art. 3º O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e das prioridades à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I. Recursos Naturais, renováveis e não renováveis, recifes; parciais e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios; costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas; manguezais e pradarias submersas. (BRASIL, 1988).

Conforme a legislação espírito-santense que aborda as áreas sujeitas a inundações, dentro da Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída através da Lei nº 5818, de 30 de Dezembro de 1998, em seu artigo 4º, diz:

São diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos:

V. A articulação da gestão das águas com o uso e ocupação do solo.

VI. A integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e das zonas costeiras.

VII. O controle das cheias, a prevenção de inundações, a drenagem e a correta utilização das várzeas.

VIII. O zoneamento das áreas inundáveis, com restrição a usos incompatíveis nas áreas sujeitas a inundações frequentes, e a manutenção da capacidade de infiltração do solo (1998).

No âmbito municipal, podemos destacar a Lei Municipal Nº 2100/98, responsável pela criação do Plano Diretor Urbano de Serra, Artigo 2º. O Município de Serra, respeitando seu interesse peculiar, atenderá ao planejamento, a organização e a execução das funções públicas de interesse comum da região Metropolitana da Grande Vitória, visando unir

espaços na promoção do desenvolvimento urbano do Município e à sua integração regional mediante:

- I. O planejamento integrado do desenvolvimento urbano.
- II. A homogeneidade e complementaridade das respectivas legislações municipais, em especial quanto ao: a) Uso e parcelamento do solo;
b) Equipamentos urbanos;
c) Proteção ambiental, paisagística e preservação do patrimônio histórico; (1998).

A respeito do futuro traçado do Contorno do Mestre Álvaro, na porção Sul, quando analisado o Artigo 101, da Lei Nº 2100/98 que instituiu o Plano Diretor Urbano da Serra, em se tratando sobre situações ao parcelamento do solo, em diferentes áreas do território serrano, menciona:

Art. 101 Será proibido o parcelamento do solo em:

- I. Terrenos alagadiços e sujeitos às inundações, antes de tomadas as providências para assegurar a proteção e o escoamento das águas;
- IV. Terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- VIII. Sítios arqueológicos definidos pela legislação federal, estadual ou municipal.
- IX. Várzeas onde se verifique a ocorrência de turfa, enquanto não sejam tomadas as providências que permitam a sua utilização.

Parágrafo único - As providências e correções exigidas nos incisos I e IX, deverão ser objeto de parecer técnico favorável dos órgãos estadual e municipal de proteção e conservação ambiental.

Além da presença das zonas úmidas no traçado Sul do Contorno do Mestre Álvaro, existem ali fragmentos de Mata Atlântica pertencentes ao Corredor Ecológico Duas Bocas – Mestre Álvaro onde o eixo da futura rodovia irá cortar ao meio essas duas importantes áreas de preservação ambiental (Figura.2), o que resultará possíveis impactos para espécies de fauna e flora que encontram conectadas por esse corredor:

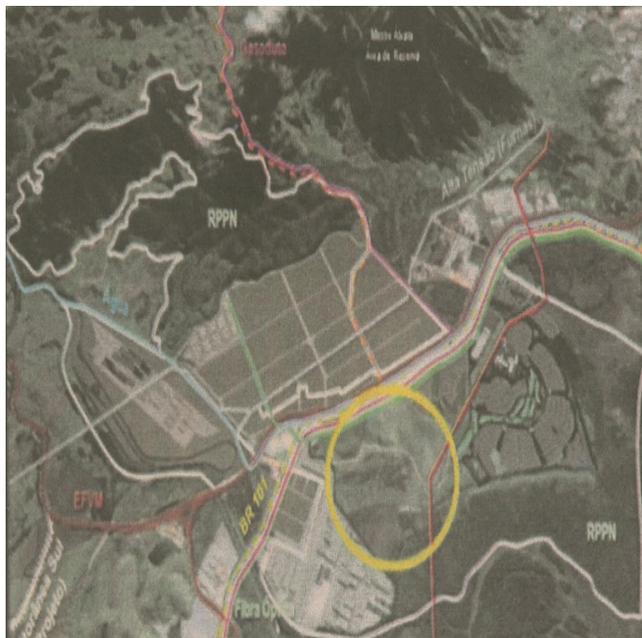


Figura 2: Corredor Ecológico Duas Bocas – Mestre Álvaro, em vermelho tracejado a ES-120

“Contorno do Mestre Álvaro” a ser implantada.

Fonte: Jornal A Gazeta 20/03/12.

O conceito de Corredor Ecológico (Artigo 2º, inciso XIX da Lei 9985) é caracterizada como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão das espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais. (ATLAS DO ECOSSISTEMA DO ES, 2008, p.266).

Em acordo com as legislações nas esferas Municipal, Estadual e Federal, jamais a porção Sul, por onde passará o futuro traçado da ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, não poderia ter qualquer tipo de ocupação ou interferência antrópica na área.

3 | DISCUSSÃO

3.1 Fatores que desencadearam a crise de mobilidade no perímetro urbano da BR-101 norte, decorrentes dos processos de industrialização e urbanização, mediante a ocorrência de acidentes:

A existência da rodovia BR-101 tem importância fundamental no contexto do sistema

rodoviário capixaba. Pode-se afirmar que ela é a espinha dorsal desse sistema, porque dela partem ou se cruzam todas as mais importantes rodovias do Estado que levam a Capital aos portos e seus diversos municípios.

Por outro lado, é parte integrante da grande longitudinal rodoviária do País, sua importância estratégica lhe confere prioridades essenciais por ser o único elo de ligação litorânea entre o Norte e o Sul do país (DNER,1986).

Em relação ao trecho estudado, compreende o Viaduto de Carapina até o Posto da PRF em Serra (Sede), totalizando aproximadamente (13,8 Km) e considerado o percurso mais crítico de toda a BR-101 ES.

Vale ressaltar, que não foi levado em consideração, o trecho da BR - 101 Norte entre o Viaduto de Carapina e o Vitória Apart Hospital, também considerado extremamente crítico em relação aos índices de acidentes e de mobilidade urbana.

Tal fato decorre da ausência no tráfego de veículos pesados, uma vez que, o trabalho procurou focar as consequências de uma rodovia federal em áreas urbanas, devido à intensa circulação do trânsito pesado, ocorrendo justamente do Viaduto de Carapina, visto que o mesmo se conecta com a BR - 101 Contorno de Vitória, e do mesmo Viaduto, permite-se o tráfego pesado trafegar por todo o corredor urbano da BR - 101 Norte, atravessando vários bairros dentro da municipalidade serrana.

A atual BR-101 Norte no trecho Serra – Carapina possui o traçado margeando a área onde se situa o CIVIT I e II, Complexo Siderúrgico da Arcelor Mittal Tubarão, Complexo de Pelotização da Vale além dos Portos de Tubarão e Praia Mole. Vale ressaltar que esse segmento sofre também com a consequência da implantação de imensos conjuntos habitacionais e de bairros ao longo dela, resultado do processo urbanizatório ao longo das décadas de 1970/1980 (ABE, 1999).

Todo esse quadro tem como resultado uma caracterização tipicamente urbana nesse trecho, com um elevado Volume Médio Diário (VMD) de tráfego local na ordem dos 35.000 veículos/dia, índice alcançado entre seus últimos 6 km, podendo em finais de semana chegar a 50.000 (JORNAL A Tribuna Apud DNIT, p. 29, 2007).

Pegando os dados levantados pelo DNIT, e divulgados pela mídia impressa local lá em 2007, atualizados respectivamente de acordo com o crescimento da frota estadual ao longo de sete anos, cerca de 48,63%, teríamos ao invés do VMD de 35.000 veículos/dia, nos 6 Km finais, algo em torno de 52.021 veículos/dias, enquanto aos finais de semana ao invés dos 50.000 veículos/dia, para algo em torno de 74.315 veículos/dia.

Alguns críticos podem questionar o porque dos elevados números relacionados a acidentes na municipalidade serrana, quando analisados levantamentos estatísticos relacionados a frota do município.

Mesmo com todas as intervenções com objetivo de melhorar a mobilidade urbana e com isso oferecer mais segurança aos transeuntes, elas se mostraram insuficientes, visto que no final dos anos 1990 e principalmente no primeiro decênio de 2000 com a estabilidade

econômica do Brasil, graças ao Plano Real, a facilitação do acesso à aquisição do automóvel, somado à queda na qualidade do sistema de transporte coletivo em massa “Transcol” e por último o novo impulso imobiliário no município com o surgimento de inúmeros condomínios, resultou no crescimento vertiginoso de acidentes e no aparecimento de problemas no tocante à mobilidade urbana, haja vista a BR-101 Norte, constitui uma espinha dorsal para o acesso aos inúmeros bairros de Serra que a margeiam (aproximadamente trinta), quanto ao complexo industrial já mencionado anteriormente.

Um ponto a ser analisado é os bairros margeantes à rodovia quanto aos quantitativos populacionais existentes nessas comunidades é que dos trinta bairros lindeiros apenas dois, Barcelona e São Domingos tiveram redução nos números de habitantes quando comparado a contagem do Censo de 2000.

Paralelamente, os demais bairros todos tiveram aumento populacional em relação ao Censo de 2000, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Censo 2010, no âmbito das localidades mais afastadas dos centros urbanos mais adensados populacionalmente e dos polos industriais do município serrano como: Belverde, Cidade Pomar, Jardim Bela Vista, Nova Carapina, Planalto Serrano, Serra (Sede), Taquara I, Vista da Serra I e II, como também bairros mais adensados e servidos por redes de comércio, serviços e próximos das áreas industriais do município: Carapina Grande, Central Carapina, Jardim Tropical, Jardim Limoeiro, Laranjeiras Velha, Manoel Plaza e Planalto de Carapina.

Diante do exposto, observou-se as principais anomalias durante a realização do campo e através de relatos populares, sobre as possíveis causas que corroboram direta ou indiretamente pelo grande número de sinistros, nos principais trechos críticos da BR – 101 Norte em Serra, entre o Km 251 ao Km 268, conforme já apontado pelas autoridades governamentais Federais PRF/DNIT.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade urbana hoje é uma verdadeira celeuma nos médios e grandes centros urbanos do país. Insere-se nesse contexto a municipalidade de Serra, incluída na Região Metropolitana da Grande Vitória. Vários são os discursos, entrevistas, debates, seminários a respeito do tema, celebrados por entidades públicas das diversas esferas de governos, entidades privadas, universidades e ONGs, que propõem soluções no que se refere aos desafios da mobilidade urbana nesse século XXI. No entanto, verifica-se ainda a escassez de soluções plausíveis no Brasil.

No caso do município de Serra, esse transtorno torna-se crônico, já que essa cidade é atravessada por uma rodovia federal, a BR-101 Norte, responsável pela integração entre os demais estados do Sudeste Sul e Nordeste do país, resultando num grande contingente de tráfego pesado. Paralelamente, a municipalidade serrana caracteriza-se por ser pautada

numa forte atividade econômica ligada ao setor secundário, com grandes plantas industriais e polos ali instalados, tornando-se um agravante.

Percebeu-se por meio da análise dos dados relacionados aos aspectos socioambientais, que os altos quantitativos de acidentes, congestionamentos, poluição ambiental, crescimento significativo da frota de automóveis tangenciada pela má prestação do transporte coletivo de massa “Transcol”, serão muito prejudiciais, justamente no setor Sul, por onde irá passar o futuro traçado. Os autores chamam a atenção quanto a pressão advinda do setor empresarial/privado que possui interesses em implantar novos parcelamentos e polos industriais nesse local, propondo a expansão do perímetro urbano para a região do Brejo Grande, hoje rural, ocupando inclusive a área brejosa através de aterros (solos criados). Os debates foram feitos em 2011.

Quanto à instalação de polos empresariais, ressalta-se que eles já existem, a exemplo do TIMS, Jachuy e mais recentemente o Piracema, este ainda mais próximo do futuro traçado da ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”.

E muito oportuna a reflexão dos autores quanto ao início das obras de implantação do Contorno Mestre Álvaro, a classe empresarial serrana certamente pressionará a prefeitura de modo a alterar o uso e parcelamento da terra com fins de expandir os polos nessa região, mesmo que seja notório os riscos de inundações periódicas que a região poderá sofrer.

A título de exemplo, pode-se lembrar das fortes chuvas cíclicas torrenciais que assolaram o Estado Capixaba em dezembro de 2013, as quais deixaram milhares de municípios em situação de calamidade pública com muitos desabrigados, inclusive na municipalidade de Serra.

A chegada de vários empreendimentos imobiliários e o crucial: a falta de um planejamento referente ao uso e ocupação da terra, resultaram nos transtornos da mobilidade urbana vivenciados pelos moradores serranos e transeuntes das demais localidades metropolitanas da Grande Vitória, no trecho urbano compreendido entre o Viaduto de Carapina até o Posto da PRF em Serra (Sede), disso, resultou a urgente implantação de um novo contorno rodoviário.

Somente agora, conforme já anunciado pelas autoridades Estadual e Federal em Novembro de 2013, é que serão iniciadas as obras para implantação do novo contorno rodoviário da BR-101 Norte, denominado ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, que promete colocar fim a todo transtorno da BR-101 Norte no perímetro urbano de Serra.

Estima-se o surgimento de embates do ponto de vista ambiental em relação ao atual traçado no setor Sul, especificamente nas regiões de alagados e na área envolvendo o Corredor Ecológico da Mata Atlântica, o que será salutar para minimização dos impactos durante a construção e posteriormente operação da rodovia, até porque a região já se encontra impactada, a despeito da jurisdição Municipal, Estadual e Federal que indicam a ilegalidade da presença de qualquer tipo de atividades antrópicas no local.

Também foi notado durante a realização do trabalho, a ausência de discussões quanto a alternativas referentes ao futuro traçado do Contorno Rodoviário, como por exemplo, construir a futura rodovia às margens da Estrada de Ferro Vitória Minas, da Companhia Vale, que por sua vez, integra o Complexo Portuário de Tubarão, de certa forma, representa uma inovação dentro do contexto logístico serrano, em relação a integração de modais diferenciados de transporte, e pela circunstância dessa ferrovia estar integrada ao Corredor Centro-Leste de Exportação, podendo inclusive gerar dividendos para os cofres públicos municipais e estaduais, caso essa proposta fosse discutida e levada adiante pelas autoridades governamentais.

Entretanto, o debate deve focar na questão de que a solução, com a aguardada implantação do Contorno Mestre Álvaro, realocando o tráfego de veículos pesados da área urbana de Serra para uma área rural, não venha resultar problemas futuros, muito semelhantes aos existentes hoje com a BR-101 Norte.

Muitas das anomalias provenientes em áreas urbanas próximas as rodovias decorrem da falta de planejamento urbano quanto ao uso e ocupação da terra nas cidades brasileiras. Isso endossa a necessidade de construção de rodovias de contornos com objetivo de sanar os problemas que estas geram em meios urbanos. No entanto, as medidas tradicionais implicadas a construção de contornos rodoviários têm sido bastante criticadas por estudiosos, visto que, do mesmo modo o traçado original atraiu a ocupação urbana devido a acessibilidade proporcionada, o contorno o fará da mesma maneira.

O processo inicia-se com a transferência de postos de comércio e serviços destinados aos usuários da rodovia e de empresas transportadoras e de logística. Caso não haja um controle efetivo do uso da terra, novas ocupações se aproximaram e transcenderão o novo contorno, repetindo os problemas iniciais.

É sabido que as rodovias de contornos das cidades, por exemplo, tem gerado inúmeros problemas urbanos delicados, quando e pequena à distância rodovia-cidade, haja vista o problema mais comum surge da imediata ocupação urbana do contorno, tornando a estrada pavimentada e adaptada a altas velocidades potencializadoras locais para ocorrência de acidentes, com perdas de vidas humanas e materiais, culminando em conflitos com as comunidades e não raro, interdições da própria via.

Essas reflexões são indispensáveis, pois antes mesmo de implantação da ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, o poder público local, representado pela prefeitura local, autorizou a criação de um novo Polo Empresarial ao final do traçado Norte do futuro contorno, denominado Serra Norte, enquanto no traçado Sul dos alagados já encontram empreendimentos como o Polo Piracema e a expansão do Polo Jacuhy.

A crescente especulação imobiliária dentro do novo traçado, já divulgada pela mídia, intitulada “Um Novo Desenho de Serra” com projetos pautados na comercialização de lotes e construção de condomínios. Por outro lado, a BR-101 Norte sendo transformada numa imensa avenida destinada a receber construções egressas do setor financeiro e

habitacional ao longo do atual traçado, interligado a ausência de uma política eficiente de transporte público de massa merecem questionamentos. Decisões como essas que atendem a interesses privados patrocinados pelo Poder Público Municipal em detrimento da coletividade, levam a crer na cumplicidade da Prefeitura, na ausência de racionalidade no uso e ocupação da terra dentro da área territorial serrana, de maneira a expandir e implantar polos empresariais e ao mesmo tempo aceitar propostas de comercialização de lotes e construção de condomínios ao longo da futura rodovia ES-120 “Contorno do Mestre Álvaro”, cujo motivo seria solucionar o caos da mobilidade urbana e demais anormalidades socioambientais presentes na BR-101 Norte entre o Viaduto de Carapina e o Posto da PRF, local altamente urbanizado para uma área rural, com o novo traçado. Isso não poderia em médio prazo repetir problemas enfrentados hoje?

Por conseguinte, a ideia do município, mediante a transferência dos fluxos de veículos pesados para o Contorno do Mestre Álvaro transformando a atual BR-101 Norte numa avenida com instalação de centros financeiro-empresariais e habitacionais sem qualquer estudo de impacto de vizinhança e até mesmo ambiental, não fomentaria um cenário de imensos congestionamentos automobilísticos semelhantes aos que ocorrem atualmente na Reta da Penha em Vitória, adicionado a má qualidade do Sistema Transcol?

A construção do Contorno da BR-101 Norte é uma demanda urgentíssima, há pelo menos uma década com objetivo de colocar fim ao intenso fluxo de veículos pesados da área urbana para uma área rural do município. Entretanto, é preciso medidas firmes por parte dos gestores públicos municipais, representados pelos Vereadores e Prefeitura de Serra, e a não complacência como pode perceber, dadas as intenções ao longo do futuro Contorno do Mestre Álvaro. Concomitantemente, é necessária uma fiscalização e conscientização por parte dos municípios serranos para que a nova via não se torne um novo fator de expansão urbana, mediante interesses movidos pela especulação imobiliária.

Do contrário, estaremos fadados a reproduzir os mesmos transtornos existentes atualmente na BR-101 Norte (inserida dentro do perímetro urbano de Serra), mostrando nossa capacidade subdesenvolvimentista em sanar as atuais e futuras demandas dentro de um contexto social, político, econômico e ambiental ao qual a sociedade do século XXI tanto almeja.

REFERÊNCIAS

ATLAS do Ecossistema do Espírito Santo; Vitória – ES; SEMA; Viçosa – MG; Universidade Federal de Viçosa; 2008; 504p.

BENVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1979; 3ª edição; 210p.

BRASIL. **Censos Demográficos** Estado do Espírito Santo: 1950, 1960, 1970, 1980, 1980, 2000 e 2010. Dados disponíveis em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 29/12/2013.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais**. Rio de Janeiro-RJ; DNIT; 2ª Edição; 2004.

_____. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Ministério dos Transportes) & Instituto Militar de Engenharia (Ministério da Defesa/ Comando do Exército). **Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com Países do Mercosul** – BR-101 Trecho: Florianópolis (SC)- Osório (RS); projeto Básico Ambiental para Melhoria de travessias Urbanas; Brasília-DF; DNER/IME; 2001.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Manual para Ordenamento de Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras de Rodovias Federais**; 2ª Edição; Rio de Janeiro; 2005.

_____. **Lei nº 7661** de 16 de Maio de 1988. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>; acessado em: 10/03/2014.

BUFFON, José Antonio. **O Café e a Urbanização do Espírito Santo: Aspectos Econômicos e Demográficos de Uma agricultura Familiar**; Dissertação (Mestrado); Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade de Campinas; Campinas-SP; 1992.

BITTENCOURT, Regis. **Caminhos e Estradas na Geografia dos Transportes**; Rio de Janeiro-RJ; Editora Rodovia; 1958.

CAMPOS Jr, Carlos Teixeira de. **A Construção da Cidade: Formas de produção Imobiliária em Vitória**; Vitória-ES; Floricultura; 2002.

COELHO, André; FERREIRA, Giovanilton. Geotecnologias aplicadas em áreas inundáveis: O Caso de Brejo Grande em Serra-ES. **Geo Textos**. Vol. 7; nº. 1; Julho; 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org). **Inventário das Áreas Úmidas** (revisão preliminar); São Paulo; USP/ UICN/Fundação FORD; 1990; 446 pg.

_____. **Lei nº. 5818 de 30 de Dezembro de 1988**. Política Estadual de Recursos Hídricos; SEAMA.

_____. **Lei nº 4503 de Janeiro de 1991**. Criação do Corredor Ecológico Duas Bocas – Mestre Álvaro. Disponível em: <www.meioambiente.gov.br>. Acessado em 28/12/2013.

GONÇALVES, Thalimar Matias. **A Dinâmica do Espaço Urbano: Um Estudo sobre o Bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**; Monografia de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, 2007.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. 16ª Edição; São Paulo; Edições Loyola; 2007.

IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; **BR Vida: Projeto BR-116; Curitiba-PR**; IPPUC; 1991.

LANDSCHATT Consultores Associados S/S Ltda; Relatório de Impacto Ambiental – RIMA LT 345 Ouro Preto II – Vitória; FURNAS – Apr-T 008/2001; Janeiro; 2002.

LUCCI, Elian Alabi ET AL; **Território e Sociedade no Mundo Globalizado**; Geografia: Ensino Médio; Vol. 2; São Paulo; Editora Saraiva; 2010; 46 pg.

MENESES, Fernando Antônio Bezerra. **Análise e Tratamento de Trechos Rodoviários Críticos em Ambientes de Grandes Centros Urbanos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia – COPPE; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro-RJ; 2001.

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro. **Gasoduto Cacimbas** – Vitória: Programa Básico Ambiental PBA; Condicionantes 14; vol. 2; Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente LTDA; Rio de Janeiro; Setembro; 2004.

RAIA JR, Archimedes Azevedo. **Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice Potencial de Viagens Utilizando Redes Neurais Artificiais e Sistemas de Informação**. Doutorado em Engenharia Civil – Transportes Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; São Carlos; 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo-SP; EDUSP; 2005; 5ª Edição.

SÃO PAULO em Perspectiva. **Movimento Pendular e Perspectiva em Aglomerados Urbanos**. Vol. 19; nº. 4; São Paulo; Outubro/Dezembro; 2005.

SARTÓRIO, Tiago Raimundo. **A Problemática do Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Úmidas: O caso do município de Serra-ES**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória; 2007.

SERRA. **Lei nº. 2100/98**. Plano Diretor Municipal de Serra. Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br>>; Acessado em: 10/03/2014.

SILVA JR, Silvio Barbosa da. **A Rodovia na Cidade: O Espaço Lindeiro a BR-050, em Uberlândia-MG**; Monografia de bacharelado em Geografia; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia-MG; 2003.

TRINTA, Zomar Antonio. **Análise da Configuração Viária de Travessias Urbanas**; I Congresso Rio de Janeiro de Transportes; **Anais....**; Rio de Janeiro-RJ; FIRJAN; 2004.

VILLASCHI, Arlindo Filho & RIBEIRO, Widson. **Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil**: Experiências de Capacitação Inovativa no Arranjo Produtivo Moveleiro da Grande Vitória; SEBRAE/NEITEC/FEPESE; Universidade Federal de Santa Catarina; 2004.

CAPÍTULO 8

A IDENTIDADE E O LUGAR NA OBRA DE JORGE AMADO: A GEOGRAFIA LITERÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Data de aceite: 01/10/2020

Rita de Cássia Evangelista dos Santos

RESUMO: No presente artigo, analisamos os romances *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* do romancista baiano Jorge Amado com o intuito de compreender a forte relação do povo grapiúna com o cacau e com o lugar utilizando como metodologia a relação entre os textos científicos e a narrativa ficcional. Nos romances supracitados Jorge Amado trabalha a forte relação do povo com o lugar a partir da fazenda e com o amarelo presente nas roças de cacau que, segundo ele, somente os grapiúnas, ou seja, o povo da região cacaueira da Bahia consegue ver. O lugar também é trabalhado enquanto gerador de identidade e mantenedor da memória e imaginário social. A narrativa de Jorge Amado em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* é rica em demonstrar, do ponto de vista da ficção, as vivências dos homens e mulheres da região cacaueira da Bahia e sua relação com o lugar, desvelando suas geografias íntimas do mundo cotidiano. Ao perscrutar os romances supracitados, percebemos que o autor utiliza basicamente três maneiras para retratar essa relação sujeito-lugar e a identidade: a relação com a fazenda de cacau, perpassando pela ideia de casa no sentido bachelardiano; o amarelo das roças de cacau enquanto um símbolo percebido/reconhecido apenas pelos grapiúnas, ou seja, os sujeitos do lugar; por fim, o uso da metáfora

do visgo do cacau, simbolizando a forte ligação do povo com o lugar. Para este artigo, iremos trabalhar apenas com as duas primeiras, já que a terceira maneira de Jorge Amado abordar a relação sujeito-lugar-identidade já foi trabalhada por nós em trabalho anterior.

PALAVRAS - CHAVE: Cacau; Lugar; Identidade.

THE IDENTITY AND THE PLACE IN JORGE AMADO'S WORK: THE LITERARY GEOGRAPHY OF THE COCOA REGION OF BAHIA

ABSTRACT: In this article, we analyze the novels *Terras do Sem Fim* and *São Jorge dos Ilhéus* by novelist Jorge Amado from Bahia, in order to understand the strong relation of the people grapiúna with cocoa and place using as methodology the relationship between scientific texts and fictional narrative. In the novels mentioned Jorge Amado works the strong relation of the people with the place from the farm and with the yellow present in the cocoa plantations that, according to him, only the grapiúnas, that is, the people of the cocoa region of Bahia can see. The place is also worked as an identity generator and maintainer of memory and social imagery. Jorge Amado's narrative in *Terras do Sem Fim* and *São Jorge dos Ilhéus* is rich in demonstrating, from the point of view of fiction, the experiences of the men and women of the cocoa region of Bahia and their relationship with the place, revealing their intimate geographies. In looking at the above-mentioned novels, we see that the author basically uses three ways to portray this subject-place relationship and identity: the relationship with the cocoa farm, passing through the idea of

a house in the Bachelardian sense; the yellow of the cacao plantations as a symbol perceived / recognized only by the grapiúnas, that is, the subjects of the place; finally, the use of the cocoa “visgo” metaphor, symbolizing the strong attachment of the people to the place. For this article, we will work only with the first two, since Jorge Amado’s third way of approaching the subject-place-identity relationship has already been worked out by us in previous work.

KEYWORDS: Cocoa; Place; Identity.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de parte das discussões que foram levantadas na minha dissertação de mestrado junto ao PPGeo – UFG. Tenho me debruçado sobre a ideia de que a obra de Jorge Amado é de fundamental importância para melhor compreender a geografia da região Cacaueira da Bahia. Como filha do lugar, percebo a obra deste romancista como fruto de sua memória e identidade já que o mesmo nasceu e viveu parte da sua infância na referida região e, ao mesmo tempo, é geradora de identidade e faz parte do imaginário social dessa porção do espaço baiano.

Os romances escolhidos para este artigo, *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, compõem, segundo o autor uma mesma trama. Em *Terras do Sem Fim* Jorge Amado fala-nos do desbravamento violento das terras do sul da Bahia para o plantio do cacau, e em *São Jorge dos Ilhéus* o autor narra a passagem dessas terras conquistadas na “boca dos rifles” para o capital externo, representado à época pelos exportadores de cacau.

A partir do cacau enquanto elemento fundamental na composição da memória e da identidade da região cacaueira da Bahia, objetivamos com este artigo, compreender como Jorge Amado articula os sentimentos de pertencimento e identidade do povo grapiúna com o seu lugar. Estamos trabalhando com o conceito de Lugar enquanto fonte de significados para os seres humanos, baseando-nos na Geografia Humanista e nas ideias de Bachelard (1993) para quem o lugar perpassa pela ideia de casa/lar, abrigo para os seres humanos na sua relação com o mundo.

2 | O LUGAR DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS E DA IDENTIDADE NA OBRA AMADIANA

Habitamos a terra. Habitar a terra é inerente à nossa existência e nesse habitar construímos lugares a partir da nossa vivência e nos permitimos pertencer e nos identificar com tais lugares. No entendimento de Dardel (2015) o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, que lhe dá corpo e assinala a cada existente o seu lugar.

É da natureza humana ser de algum lugar, essa condição é parte da nossa existência e é nos lugares que a vida acontece e construímos nossa experiência de mundo.

A narrativa de Jorge Amado em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* é rica

em demonstrar, do ponto de vista da ficção, as vivências dos homens e mulheres da região cacauceira e sua relação com o lugar, desvelando suas geografias íntimas do mundo cotidiano.

Ao perscrutar os romances supracitados, percebemos que o autor utiliza basicamente três maneiras para retratar essa relação sujeito-lugar e a identidade: a relação com a fazenda de cacau, perpassando pela ideia de casa no sentido bachelardiano; o amarelo das roças de cacau enquanto um símbolo percebido/reconhecido apenas pelos grapiúnas, ou seja, os sujeitos do lugar; por fim, o uso da metáfora do visgo do cacau, simbolizando a forte ligação do povo com o lugar. Para este artigo, iremos trabalhar apenas com as duas primeiras, já que a terceira maneira de Jorge Amado abordar a relação sujeito-lugar-identidade já foi trabalhada por nós em trabalho anterior (SANTOS, 2015).

Ao estudar as obras amadianas sobre o sul da Bahia, percebemos que toda a ideia de identidade com o lugar perpassa pelo cacau. É ele que liga os sujeitos ao seu lugar, suscita sonhos, devaneios, aspirações, *topofilia* e *topofobia*, já que “à medida que o homem intensifica as experiências vividas nos lugares, ativam-se os sentimentos de pertença e afetividade, bem como os seus pares antagônicos, o estranhamento e a rejeição” (GONÇALVES, 2010, p. 24-25).

A partir da leitura do livro *A poética do espaço* de Bachelard (1993) que propõe que os espaços e lugares se expandem a diferentes níveis de representação, percebemos que Jorge Amado trabalha a fazenda de cacau enquanto casa, a concha protetora, abrigo da existência e como um mundo inteiro que se condensa a partir das experiências ali vividas.

A partir da fazenda do coronel Horácio¹, Jorge Amado evidencia essa relação cósmica da casa enquanto lugar e mundo. Estamos utilizando aqui a noção fenomenológica de mundo, entendendo que cada pessoa constrói e estrutura seu próprio mundo a partir da relação intersubjetiva com os objetos e com os outros sujeitos, e não a noção de oposição mundo-lugar frequentemente utilizada na visão positivista e mesmo marxista em geografia. Dessa forma, podemos dizer que o romancista ao trabalhar a fazenda de cacau enquanto ideia de casa/lar que condensa as experiências de mundo, permite-nos esboçar a ideia de lugar-mundo. Ou seja, a fazenda-casa-lar-lugar condensa todo um mundo experiencial. Com efeito, “a vida vivida intensamente num lugar atribui ao espaço uma parte substancial da humanidade que o homem carrega consigo. E a trama de lugares tecida pelos seres humanos nesse espaço, confunde-se com a qualidade múltipla de seus modos de viver o/no mundo” (GONÇALVES, 2010, p. 65).

O lugar-mundo do coronel Horácio compreende os limites da sua fazenda.

Principalmente na sua velhice (momento em que Jorge Amado apresenta-nos a relação

¹ Em sua narrativa sobre a região cacauceira, Jorge Amado traz vários exemplos da forte relação das pessoas com as fazendas de cacau, porém, a experiência melhor descrita e condensada, trabalhada com maiores detalhes é a fazenda do coronel Horácio. Este personagem é um dos personagens centrais dos dois romances analisados. Ele, foi o vencedor da luta pela mata do Sequeiro Grande, tema central do romance *Terras do Sem Fim*. Dessa forma, vamos utilizar a experiência deste personagem como exemplo, porém, entendemos que cada ser humano possui sua experiência própria de mundo.

forte desse personagem com a fazenda) praticamente nada mais o liga ao mundo exterior a esses limites. A fazenda lhe basta, é o seu canto no mundo. “Seu mundo tinha os limites das suas fazendas [...] e era um mundo belo... Para o coronel Horácio da Silveira era o mais belo dos mundos: o das roças de cacau” (AMADO, 2010, p. 260, grifo nosso).

A fazenda enquanto lugar/lar é o acúmulo das vivências e experiências de toda a vida do coronel. É o palco do acontecer cotidiano, testemunha das lutas passadas pela posse de terras, a lida diária no trato com o cacau. Todo um passado se faz presente na materialidade e simbolismo desse lugar.

Os lugares são criações humanas. Nós habitamos os lugares e depois de um tempo os lugares habitam também em nós, fazem parte de nós. Todos nós temos o nosso lugar ou lugares que nos afeta/afetam. Assim, o par homem/lugar se completa, um não existe sem o outro, é uma relação de mútua afetividade. Para Dardel (2015, p. 41), podemos mudar de lugar mas é ainda a procura de um lugar, pois “nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um *aqui* de onde se descobre o mundo, um *lá* para onde nós iremos” (grifos no original).

Na perspectiva de Jorge Amado, a fazenda é, para o coronel Horácio, esse *aqui* de onde ele descobre o mundo. Na fazenda se acumulam as suas experiências de vida. Mas, nesta mesma perspectiva, não há um *lá* para onde o coronel deseje ir. Ali é o seu mundo e embora esteja “sozinho” naquela imensidão, é a sua imensidão íntima, sua concha protetora, seu lugar.

Há quem lamente nas cidades de Ilhéus e de Itabuna que o coronel Horácio da Silveira [...] viva solitário na sua fazenda. Têm pena, mas acham justo que ele esteja sozinho e abandonado, sofrendo. Horácio sabe o que dizem, como sabia, há trinta anos, das histórias que contavam nas sacristias e nos cabarés. Mas sabe também que não está sozinho. Está com seus cacauzeiros, suas roças, os animais que nelas vivem, até com as cobras e as onças que restaram. **Está no meio do seu mundo, é um pedaço dele, não está sozinho e triste. Se estivesse na maior cidade do mundo, de milhares de lâmpadas elétricas, com ruídos de música e mulheres belas, com amigos e conforto, o coronel estaria sozinho e triste porque estaria longe das roças de cacau** (AMADO, 2010, p. 154, grifo nosso).

O mundo do coronel Horácio não é um mundo representacional. É um mundo vivido em toda a sua dinâmica, um mundo de cores, sabores e dissabores, alegrias e dores. Experimentado pelos sentidos. A fazenda é, pois, o lugar que acumula as experiências do coronel. É sua fonte de significados enquanto habitante da Terra e que permite que se sobressaia a sua realidade geográfica, que é, no dizer de Dardel (2015, p. 34), o lugar onde o homem está, “os lugares de sua infância, *o ambiente que atrai sua presença*” (grifo nosso).

O lugar do coronel Horácio, assim como o de todos nós, carrega em si a ideia da casa, do lar, pois “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de

casa” como afirma Bachelard (1993, p. 24). O cacau é central na produção de sentidos afetivos para o coronel assim como para todos os habitantes da região cacauzeira, de acordo com as obras de Jorge Amado que estamos analisando. É ele que dinamiza a região no sentido material e simbólico e situa os sujeitos no mundo, ou seja, situa-os nesse “campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro”; nesse “reino onde a história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos” (HOLZER, 2014, p. 295).

Partindo para uma perspectiva mais ampla a respeito da relação entre lugar e identidade tendo o cacau como produtor de sentidos espaciais e identitários, Jorge Amado utiliza a paisagem das roças de cacau e o seu colorido como expressão identitária reconhecível apenas pelos grapiúnas, ou seja, os sujeitos do lugar. O autor lança mão do “amarelo das roças de cacau” enquanto um símbolo que somente o grapiúna é capaz de ver/perceber/reconhecer e a partir dele (mas não apenas dele), reconhecer-se enquanto pertencente ao lugar. Dessa forma, o lugar possui identidade e ao mesmo tempo é gerador de identidade.

Em Topofilia, Tuan (1980, p. 7-12) afirma que dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos outros sentidos para progredir no mundo. Para o autor, o homem é um animal predominantemente visual, embora reconheça que um ser humano percebe o mundo através de todos os seus sentidos. Percebemos que na narrativa amadiana lançar o olhar não basta para ver/perceber o lugar. Para realmente ver é preciso experienciar e a partir da experiência reconhecer os símbolos característicos desse lugar, pois, “cada cultura possui seus próprios símbolos de intimidade, amplamente reconhecidos pelas pessoas” (TUAN, 1983, p. 163).

É dessa forma que Jorge Amado afirma que somente os grapiúnas conseguem ver/perceber todas as tonalidades de amarelos presentes nas roças de cacau, o que não quer dizer, entretanto, que todos os grapiúnas percebam igualmente uma roça de cacau e o seu colorido, pois “cada um de nós desvia o mundo a seu próprio modo e contempla as paisagens com suas imagens particulares” (LOWENTHAL, 1982, p. 135).

Há todos os tons de amarelos na tranquilidade da manhã nas roças de cacau. E, quando ocorre uma leve brisa, todo aquele mar de amarelo se balança, as tonalidades se confundem, **criam um amarelo novo, o amarelo das roças de cacau, ah! o mais belo do mundo!, um amarelo como só os grapiúnas veem nos dias de verão do paradeiro. Não há palavras para descrevê-lo, não há imagem para compará-lo, um amarelo sem comparação, o amarelo das roças de cacau!** (AMADO, 2010, p. 120-121, grifo nosso).

O perceber/reconhecer o amarelo de uma roça de cacau sugere intimidade com o lugar. É preciso ter construído uma relação muito forte que ultrapassa o contato superficial. Qualquer pessoa dotada do sentido da visão poderia “ver” os diferentes tons de amarelo de uma roça de cacau mas sem a intimidade com o lugar, essa pessoa seria incapaz de

perceber no todo, esse novo tom amarelo que surge da imbricação de todos os outros, esse amarelo novo e sem comparação. É preciso uma percepção que transcenda a cor em si e vá buscar no significado de uma roça de cacau o essencial desta visão.

Toda essa percepção denota intimidade que somente um grapiúna possui. É o olhar de dentro, olhar do *insider*, daquele que está em casa, que conhece e atribui valor simbólico, pois, o olhar não é apenas o exercício de um sentido ele é também produção de sentidos (significados, valores, identidade). Nesse momento da narrativa o amarelo aparece como um código cultural e a força poética empreendida denota simbolismo.

O lugar é onde temos as nossas raízes embora isso não queira dizer que ele necessite sempre ser delimitado, enclausurado. O lugar enquanto lar, fundamento da nossa existência nos acompanha mesmo quando mudamos, pois levamos conosco o nosso lugar que somado a outros lugares permite-nos compor a nossa “geobiografia” em função dos nossos espaços vividos que são ancoradouros também da nossa identidade.

3 | LUGAR, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Podemos pensar também na relação entre memória, lugar e identidade já que para nós o lugar enquanto casa/lar é um acúmulo de experiências e as mais significativas estarão presentes em nossa memória, é parte de nós, da nossa identidade.

Bachelard (1993) afirma que é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa é um pouco mais complexa, se possui porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças possuem refúgios cada vez mais bem caracterizados, e,

Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios. [...] As vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços de estabilidade do ser. [...] Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. O espaço serve para isso (BACHELARD, 1993, p. 26).

O espaço guarda o tempo e nesse sentido, o lugar, é, portanto, espaço de estabilidade do ser, onde nossa condição terrestre se realiza como afirma também Dardel (2015), e é também suporte para o acúmulo de nossas experiências enquanto seres humanos, e nele podemos acessar nossas memórias, pois, “as lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas” (BACHELARD, 1993, p. 27).

Trabalhando a relação entre memória, lugar e identidade, Marandola Jr. (2014) afirma que o tempo é vivido como memória e por essa razão memória e identidade adensam o lugar. Para o autor, a memória é a experiência vivida que lhe fornece significado, definindo-o enquanto tal.

Argumentando sobre a relação entre memória e identidade Candau (2016) afirma que existem laços fundamentais entre memória e identidade. A memória é anterior à

identidade e é fonte de sua alimentação. Assim, “é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (p. 16).

Na narrativa amadiana uma forma de manter a memória coletiva por exemplo é a manutenção de eventos importantes contando-os de geração a geração, sempre referindo-se ao espaço. A memória de fatos importantes guardada pela coletividade adensam também o sentimento de pertencimento ao lugar, os sujeitos sentem-se parte dele e de sua história.

Como exemplo, Jorge Amado traz a narração do conflito pela mata do Sequeiro Grande, conflito em torno do qual gira todo o enredo do romance *Terras do Sem Fim*. Na construção da memória coletiva daquele lugar, o conflito se impõe, pois ficou vivendo através dos anos, as suas histórias passando de boca em boca, relatadas pelos pais aos filhos, pelos mais velhos aos mais jovens dada a sua importância na vida da região.

Na narrativa amadiana é destacado o papel da cultura popular na construção e manutenção da memória coletiva. Amado traz para o romance *Terras do Sem Fim* a importância do cegos violeiros a recontarem os fatos da luta nas feiras livres dos povoados da região do cacau. Os fatos narrados pelos cegos violeiros tornam-se parte da experiência daquele povo (BENJAMIN, 1985, p. 114) e irão viver na memória e no imaginário social da região.

Os cegos são os poetas e os cronistas dessas terras. Pela sua voz esmoler, nas cordas das suas violas, perdura a tradição das histórias do cacau. A multidão das feiras, os homens que vêm para vender sua farinha, seu milho, suas bananas e laranjas, os homens que vêm para comprar, se reúnem em torno aos cegos para ouvirem as histórias do tempo do começo do cacau, quando era também o começo do século.

[...] Homens se acocoram no chão, o rosto sorridente, outros se apoiam nos bordões, os ouvidos atentos à narração do cego. A viola acompanha os versos, surgem diante dos homens aqueles outros homens que abriram a floresta no passado, que a derrubaram, que mataram e morreram, que plantaram cacau. [...] Antes aqui era a mata, fechada no seu mistério, hoje são roças de cacau, abertas no amarelo dos frutos parecendo de ouro. Os cegos cantam, são histórias de espantar:

Eu vou contar uma história,

Uma história de espantar. (AMADO, 2001, p. 230-231).

Para Halbwachs (2006) as narrativas de membros dos grupos sobre um fato ocorrido são importantes para a manutenção da memória coletiva. Para este autor, quando a memória de uma sequência de acontecimentos não possui mais o grupo enquanto suporte, o único meio de preservar essas lembranças é fixa-los por escrito em uma narrativa, pois “os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (HALBWACHS,

2006, p. 101). As narrativas e a escrita, formam um tecido memorial coletivo que irá alimentar o sentimento de identidade (CANDAU, 2016, p. 77).

Hoje, na ausência dos cegos violeiros nas feiras livres da região do cacau, podemos acessar esse passado também pela via da literatura. Optamos para este trabalho a literatura de Jorge Amado, um dos filhos ilustres da região, e, a partir da sua narrativa podemos ver surgirem diante de nós, na nossa imaginação, as imagens daqueles homens que no passado adentraram a mata, que mataram e morreram plantando cacau, que construíram um mundo, o mundo do cacau.

A escrita pode ser considerada uma auxiliar da memória como aponta Candau (2016). A escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura e reforçar a metamemória². Dessa forma, “o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos” (CANDAU, 2016, p. 109).

É nesse sentido que entendemos aqui a literatura também enquanto geradora e guardadora de memória e por conseguinte, geradora de identidade. A narrativa amadiana, constitui-se assim, em uma metamemória, pois, revela-nos de forma ficcional, elementos pertencentes ao passado da região cacauzeira, os códigos simbólicos que ligam os sujeitos ao lugar e ao mesmo tempo faz com que, no tempo presente, nós os grapiúnas, possamos acessar um passado que de certa forma, diz um pouco (ou muito!) de quem somos.

4 | CONCLUSÃO

O cacau enquanto base da economia do sul da Bahia, do final do século XIX ao final do século XX, deixou grandes marcas no espaço geográfico dessa região. Movimentou a economia, foi responsável pelo surgimento de centros urbanos e atraiu um grande fluxo migratório de várias partes do Brasil e do mundo.

Para este trabalho, ao percorrermos as obras de Jorge Amado, *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, a perspectiva que nos orientou foi a busca pelos sentidos que o cacau desperta nos grapiúnas. Desviamo-nos do viés econômico para trabalhar numa perspectiva da Geografia Humanista, pondo em relevo as relações de pertencimento com o lugar a partir do cacau.

Pensamos que a obra amadiana que centraliza o cacau, evidencia a forte ligação do povo com o lugar, as relações de pertencimento dos sujeitos com seu espaço de vivência. Essa relação sujeito-lugar, sempre perpassada pelo cacau, é trabalhada por Jorge Amado a partir da relação com a fazenda de cacau, entendida como um lugar-mundo por condensar as experiências de vida dos sujeitos grapiúnas. A fazenda de cacau é tida como casa, concha protetora no sentido Bachelardiano do termo. Jorge Amado evidencia toda essa teia

² “A metamemória, é por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo a seu passado’ e igualmente a construção explícita da identidade” (CANDAU, 2016, p. 23).

de relações existenciais a partir da fazenda do coronel Horácio da Silveira.

Outra forma que percebemos que o escritor baiano utiliza para trabalhar a relação de pertencimento com o lugar é a cor amarela das roças de cacau. Segundo ele, uma roça de cacau contém diferentes tonalidades de amarelo e que apenas um grapiúna, ou seja, o sujeito do lugar consegue enxergar/perceber. Aqui, o autor não trabalha apenas com o sentido da visão puramente mas, e principalmente com a vivência que permite a leitura dos códigos existenciais do lugar.

5 | REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONÇALVES, Leandro Forgiarini de. **O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista**: um lugar chamado Avenida Paulista. USP, 2010, 267 p. (Dissertação de Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: HOLZER, Werther; MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. P. 281-304.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

MARANDOLA JR, Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: HOLZER, Werther; MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. P. 227-247.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E LIMITES DA ATUAL POLÍTICA EXTERNA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 02/08/2020

Rosivania Santos de Jesus

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas (FFLCH) da Universidade de São
Paulo (USP)
São Paulo – SP
CV: <http://lattes.cnpq.br/3325122944311053>

RESUMO: Para compreender o mundo em que se vive a partir do raciocínio espacial faz-se necessário o estudo da interação entre política e território, ou seja, o entendimento da geografia política para atender alguns dos princípios da educação geográfica: o da analogia e o da diferenciação. O que se pretende é realizar uma avaliação sobre as ações que diminuíram o papel do Estado e o conseqüente impacto na questão da soberania, defesa e sua política externa no atual cenário brasileiro. Assim como, contextualizar os discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado centrado nas relações dos atores sociais. Pois, o Brasil contribuiu para o aprimoramento das estruturas de governança global ao participar das operações de paz da ONU, cooperar com países menos desenvolvidos, disputar assento no Conselho de Segurança, ou seja, exercendo responsabilidades pela sua integridade onde os negócios possam prosseguir tranquilamente. Diante da crise do sistema financeiro mundial com seu auge em 2008, o mundo configurou-se

para o acirramento da competição internacional econômica, política e militar, basta observar o empobrecimento massivo da população, a intensa fuga de excedentes, o aumento da exploração da força de trabalho e a alta concorrência das mercadorias da China no mercado mundial. É nesse momento que o aparelho do Estado tende a achar meios para controlar e superar as dificuldades, com incentivos permanentes para o dinamismo organizacional e tecnológico fazendo necessário um complexo militar e industrial que oriente os caminhos da inovação. Portanto no âmbito da Segurança e Defesa nacional, atualmente, o impacto de o país garantir a continuidade de projetos estratégicos nacionais entra em contradição com a política econômica do governo. A política econômica adotada tem impacto direto na política estratégica devido às características territoriais e marítimas do país, com grande reserva de petróleo e cerca de 1/3 de água do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Política de Defesa. Política Externa. Orçamento. Soberania.

DEFENSE OF BRAZILIAN STATE AND LIMITS OF CURRENT FOREIGN POLICY

ABSTRACT: To understand the world in which we live from spatial reasoning, it is necessary to study the interaction between politics and territory, that is, the understanding of political geography to meet some of the principles of geographic education: analogy and differentiation. The aim here is to carry out an assessment at the actions that diminished the role of the State and the consequent impact on the issue of sovereignty, defense and foreign policy in the current

Brazilian scenario. As well as, contextualize the geopolitical discourse in the internal State power networks, focused on the relations of social players. For, Brazil has contributed to the improvement of global governance structures by participating in UN peacekeeping operations, cooperating with less developed countries, disputing a seat on the Security Council, which is, exercising responsibilities for its integrity where business can proceed smoothly. Faced with the world financial system crisis, with its peak in 2008, the world has configured for the intensification of international economic, political and military competition. It is enough to observe the massive impoverishment of the population, the intense leakage of surpluses, the increase in the exploitation of force and the high competition from Chinese goods on the world market. It is at this moment that the State apparatus tends to find ways to control and overcome difficulties, with permanent incentives for organizational and technological dynamism, making a military-industrial complex necessary to guide the paths of innovation. Therefore, in the scope of national Security and Defense, the impact of the country guaranteeing the continuity of national strategic projects is in contradiction with the current government's economic policy. The economic policy adopted has a direct impact on strategic policy due to the country's territorial and maritime characteristics, with a large oil reserve and about 1/3 of the world's water.

KEYWORDS: State. Defense Policy. Foreign Policy. Budget. Sovereignty.

1 | INTRODUÇÃO

O Estado, por mais democrática que seja sua forma, não é expressão da vontade geral (ROUSSEAU, 2003, p. 40-41), mas sim um instrumento de dominação de classe. Vide o fato ocorrido em 2016, sem a pretensão de realizar aqui o debate recorrente ideológico se foi golpe ou não o acontecimento. Sabe-se, no entanto, que o processo se constituiu como uma ruptura democrática, que mesmo havendo uma mobilização popular que elevou um operário a presidência da república e elegeu um projeto de governo por quatro vezes seguidas não foram suficientes para romper por completo as forças do passado.

O mundo inteiro está dividido em Estados e que atua de modo global num sistema de governança multilateral representativa na nova distribuição do poder mundial regido pela Organização das Nações Unidas (Conselho de Segurança). Em que esse sistema exige cooperação e não conflito, salvo em seu direito de polícia (BULL, 2002, p. 23-26). Utilizando a diplomacia como alternativa à guerra, um instrumento de ação externa. Nesse sentido, entende-se que para a formulação de uma grande estratégia deve-se combinar política de defesa e política externa.

Sabe-se também, que por si só há uma nova reconfiguração do papel do Estado no contexto de globalização que evidencia sua vulnerabilidade e o baixo controle sobre seus territórios e fronteiras, reduzindo a capacidade de proteger sua população. Sendo assim, faz-se necessário conhecer a realidade na atualidade, para que tenhamos condições de interferir no seu processo e transformá-lo, através do aumento do nível de controle democrático e da participação social nos assuntos de Estado e na vinculação da política de

defesa e política externa.

Frente ao exposto, o que se pretende aqui é realizar uma avaliação sobre as ações que diminuiram o papel do Estado e o conseqüente impacto na questão da soberania, defesa e sua política externa no atual cenário brasileiro. E por fim, contextualizar os discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado.

21 NOVO PAPEL DO ESTADO-TERRITORIAL

O Brasil contribuiu para o aprimoramento das estruturas de governança global ao participar das operações de paz da ONU, cooperar com países menos desenvolvidos, disputar assento no Conselho de Segurança, ou seja, exercendo responsabilidades pela integridade do sistema internacional. Reiterando, de acordo com Rosenau (1992) “um mundo de paz e cooperação”, onde os negócios possam prosseguir tranquilamente. A chamada governança global compreende o conjunto de instituições, normas e regimes multilaterais existente no âmbito internacional. A atuação brasileira neste conjunto merece destaque na participação em negociações internacionais de diversos temas (população, meio ambiente, direitos humanos, criança, desenvolvimento social, moradia), a Cúpula do Milênio, rodas na OMC e nos debates de reforma das instituições multilaterais. Nesse sentido, Rosenau (1992), assinala sobre os diversos atores que influenciam a política externa de um Estado.

As relações entre os estados vão depender, sempre da forma como o poder é exercido dentro de cada Estado. Pela atuação de atores governamentais e não-governamentais e pelos entendimentos intersubjetivos formais e informais relacionado ao seu funcionamento e evolução. O Estado, portanto, é um ator entre os outros na sua ação de política externa. (ROSENAU, 1992, p.15-16)

O fenômeno da globalização, segundo Milton Santos (1994) intensificado pela revolução técnico-científica-informacional, indica interdependência de todas as economias nacionais num sistema global, como também implica o surgimento ou expansão de problemas comuns da humanidade (refugiados, desmatamento, aquecimentos global, terrorismo, tráfico de armas e drogas, etc.). Assim, a guerra, cada vez mais deixa de ser uma exclusividade dos Estados nacionais e passa a contar com inúmeros outros agentes ou protagonistas, levando de fato a uma perda relativa das soberanias nacionais. Como lembra Raffestin (1993), “Não há política somente no estado, o poder político está em toda forma de organização”. Existem distintas variantes de poder, para além da atuação do Estado, sendo assim todas as relações do território são relações de poder. O território é demarcado por limites, os quais são expressão das relações de poder, dessa forma o produto dos atores sociais que derivam do sistema sociedade-tempo-espaço é marcado pelo modo de produção. (RAFFESTIN, 1993).

A crise do sistema financeiro mundial, com seu auge em 2008, configurou o mundo para o acirramento da competição internacional econômica, política e militar, basta observar

o empobrecimento massivo da população, a intensa fuga de excedentes, o aumento da exploração da força de trabalho e a alta concorrência das mercadorias da China no mercado mundial. De acordo com Harvey (2011) na disputa do poder do capital sobre o trabalho, o capital sempre vai reprimir os trabalhadores e suprimir salários. É nesse momento que o aparelho do Estado tende a achar meios para controlar e superar as dificuldades, com incentivos permanentes para o dinamismo organizacional e tecnológico, portanto, faz-se necessário um complexo militar e industrial que oriente os caminhos da inovação.

3 I SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

O Brasil tem adotado como estratégia nacional de segurança e defesa com outros países o diálogo e a cooperação. Utilizando a defesa como instrumento de prevenção e resolução de conflitos, a exemplo, das intervenções no Haiti (MINUSTAH/2004) e no Líbano (UNIFIL/2011), cujas missões foram lideradas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO). Tais ações têm por objetivo adquirir confiança na ONU para obter um espaço definitivo no Conselho de Segurança.

Ações consoantes aos documentos oficiais, END e PDN (2016) na concepção estratégica de defesa do Brasil predizem a “prevalência da ação diplomática, em tempo de paz ou de crise, em que será perseguido o entendimento para eventuais divergências e disputas, observando-se os preceitos do direito internacional e os compromissos firmados pelo País”. Assim, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas contribuem para a diplomacia ao interagirem com outros países reforçando os laços de confiança mútua e amizade, onde a diplomacia antecede o uso da força. (EDN, 2016).

3.1 Limites da Nova Política de Defesa

Atualmente, o impacto de o país garantir a continuidade de projetos estratégicos nacionais entra em contradição com a política econômica do governo em exercício. Uma das principais medidas anunciadas pelo governo do Presidente Michel Temer foi de limitar os gastos públicos, através da aprovação da PEC 55 pelo Senado, que congela os gastos por 20 anos a partir de 2017, com uma possível revisão em 10 anos, numa tentativa de solucionar a questão fiscal através do controle de despesas.

A diminuição dos recursos afeta políticas públicas que beneficiam diretamente as classes sociais mais baixas, daqueles que mais dependem dos serviços do Estado, o que tende a piorar a qualidade de vida e retroceder o quadro de desigualdade social do país, que melhorou nos últimos anos. Da mesma forma o impacto do teto dos gastos atinge investimentos em projetos estratégicos nacionais que podem ser desastrosos.

LIMITES DE EMPENHO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Figura 1: Limite de empenho do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Cortes no orçamento no sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação demonstram isso. Investimentos no setor caíram de R\$ 8,4 bilhões em 2014 para R\$ 3,2 bilhões em 2017, para 2018, o programado é ainda menor, de R\$ 2,7 bilhões (CAMARA LEGISLATIVA, 2017) que podem inviabilizar pesquisas em andamento no país. Projetos estratégicos como o Acelerador de Luz Síncroton, em fase final de construção em São José dos Campos (SP), ou o Reator Multipropósito Brasileiro estão correndo sérios riscos. A consequência imediata da descontinuidade desses programas é à saída de cientistas e pesquisadores de altíssimo nível para países onde a Ciência seja entendida como fator de desenvolvimento.

A proposta de orçamento apresentada para 2018 pelo Ministério do Planejamento sofre cortes expressivos nas áreas de atuação governamental da defesa e política externa.

Área ou programa	R\$ em 2017	R\$ em 2018	Variação %
Ciência, tecnologia e inovação.	3,5 bilhões	2,8 bilhões	-18,09%
Defesa nacional	13,2 bilhões	11 bilhões	-16,9%
Política externa	1,1 bilhão	935 milhões	-21,8
Política nuclear	1 bilhão	614,6 milhões	-40,5%
Política espacial	266,8 milhões	151,4 milhões	-43,2%
Petróleo e gás	123,9 milhões	82,2 milhões	-33,6%
Ministério da Defesa	54,9 bilhões	58,7 bilhões	7,04%

Tabela 1:Variação orçamentária de atuação governamental nas áreas de defesa e política externa

Fonte: Ministério do Planejamento, 2017.

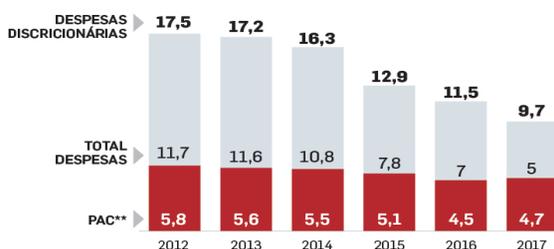
O quadro acima aponta o grande impacto em áreas estratégicas que terão orçamento suprimido em 2018. Os projetos estratégicos das três Forças Armadas, com o PAC Defesa (Programa de Aceleração do Crescimento), destinado a aquisição de helicópteros de médio porte HX-BR, além da nova aeronave de transporte de médio porte chamado projeto-KC-X, os caças Grippen NG, o Programa Nuclear (PNM), o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SISFRON, o projeto ASTROS 2020 e a aquisição dos Blindados Guarani, tiveram redução de 44,5% desde 2012 e com maior impacto nos anos de 2016 e 2017 com cifras abaixo de 5 bilhões em investimento (figura 2). Projetos estes que requerem recursos alongados, vide figura 3.

CAIXA

● De 2012 para cá, orçamento das Forças Armadas teve redução de 44,5%

EM BILHÕES DE REAIS*

*VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA
**PROJETOS DAS FORÇAS INSERIDOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Figura 2: Orçamento de projetos das Forças Armadas inseridos no PAC

Fonte: Estadão, 2017.

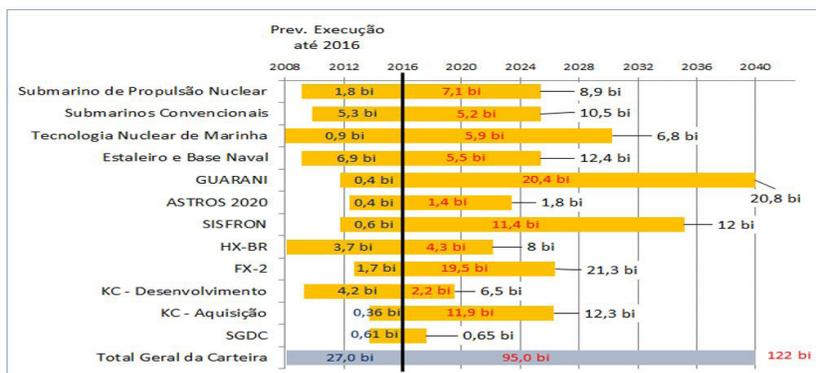


Figura 3: Previsão de execução de projetos estratégicos das Forças Armadas

Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

Alegando incertezas técnicas e elevados custos, em fevereiro de 2017, a Marinha do Brasil anunciou a desmobilização do Navio-Aeródromo. O Brasil era o único a possuir “porta-aviões” no Hemisfério Sul e um dos seis do mundo a possuir um instrumento chave para projeção de poder do país. Além disso, existe a ameaça da desnacionalização de nossa base industrial da defesa através da proposta de fusão da Boeing e Embraer. Embora ainda não esteja definido o escopo do negócio em andamento entre a empresa americana e a indústria nacional.

Faz-se necessário ressaltar, que a Embraer é a única indústria de ponta nacional e a principal empresa aeroespacial do país. Uma empresa de caráter estratégico que precisa ser rigidamente regulada pelos seus governos. Mesmo com a privatização da Embraer, em 1994, o poder de veto foi mantido, desse modo, a transferência do controle acionário para Boeing representa a renúncia de se desenvolver de forma autônoma.

Ainda em 2017, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) firmou acordo com os Estados Unidos, que deve ser o primeiro país a utilizar o Centro de Lançamento de Alcântara (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017), a base que tem melhor localização do mundo para lançamento de satélites. Esse acordo mostra-se lesivo para nossa soberania, e torna cada vez mais impossível a utilização do Centro pelo Brasil, haja vista que acordos como esse abrem precedentes para outros países, como a França, Rússia e Israel que também demonstraram interesse de uso.

3.2 Desvio da Função Estratégica do Exército

O uso das Forças Armadas também tem sido demandado para atuação em Segurança pública por meio da Garantia de Lei e da Ordem - GLO, operação militar determinada pelo Presidente da República que tem por objetivo a manutenção da ordem e prevenção da integridade da população e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos de dever do Estado (polícia civil, polícia rodoviária, bombeiros, etc.). A atividade trata-se do emprego da atividade policial, função subsidiária, desviando a missão principal da instituição: assegurar a integridade do território nacional; defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do país; garantir a soberania da nação.

Apenas na cidade do Rio de Janeiro desde julho de 2017 mais de 40 mil militares já participaram de 15 operações em conjunto com a segurança pública, como também os militares realizaram 33 varreduras em 31 presídios de sete estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). O uso freqüente deste instrumento caracteriza um desalinhamento com a Política Nacional de Defesa. A grave crise nos estados é um problema federativo, e a solução é o fortalecimento dos Estados.

3.3 Política Externa nos Governos Petistas

A direção da política externa brasileira desde a década de 90 indicou sua orientação para adoção de um modelo neoliberal de globalização, incluindo a perspectiva de abertura de fluxo comercial e financeiro. Nos primeiros anos do governo Lula, não houve mudanças substanciais na orientação já adotada, porém o país teve uma atuação protagonista, executando uma política externa ativa e altiva no cenário global.

A política externa do governo Lula foi baseada na estratégia. De acordo com Visentini (2005).

“as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social, apresentando um modelo social econômico fazendo frente à globalização. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e a terceira afirmação propositiva.” (VISENTINI, 2005, P. 388).

A primeira dimensão corresponde ao aspecto de ter abertos os canais de negociação com o Primeiro Mundo, obtendo recursos (investimentos e tecnologia), o segundo refere-se a substituição da política “diplomacia presidencial” devolvendo ao Itamaraty a posição estratégica de formulação e execução da política exterior do Brasil, e a terceira afirmação ao projeto interno do governo Lula que também tem um significativo impacto internacional na medida em que suas propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as distorções criadas pela globalização, conforme Visentini (2005).

O congresso Nacional desde seu primeiro mandado manteve as forças que o compõe, sendo eleitos deputados e senadores com compromissos conservadores, assim continuou com mais intensidade nos mandatos da Presidente Dilma, em que a maioria fazia diluir qualquer projeto de política externa que representasse uma grande ruptura. Importante apoio desses anos que demonstra preocupação desse período com a questão nacional foi fortalecimento do BNDES e Forças Armadas. Cabe lembrar, no período final do governo Dilma, a proposta do Ministério da Defesa era de elevar os investimentos com a Defesa Nacional para 2% do PIB, o que seria um incremento factível, ainda que fosse à média, inferior ao da China, Índia e Rússia, países dos BRICS.



Figura 4: Recursos direcionados a defesa em relação ao PIB

Fonte: Ministério da Defesa, 2017.

3.4 Política Externa no Governo Temer

Ainda quando interino o governo Temer indicou o José Serra como Ministro das Relações Exteriores. Em seu discurso (1), num apanhado de dez diretrizes, se coloca como a mais importante à eliminação da ideologia na formulação e execução das ações. Na prática instrumentaliza a política externa, o seu primeiro ato público foi expedição em circular interna (2) do Itamaraty que orienta todo corpo diplomático e cobra dos embaixadores a defesa do impeachment, na tentativa de desvincular o atual governo do golpe de Estado.

Tratou-se de uma resposta enfática aos governos da Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua, bem como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e a Secretaria Geral da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), que posicionaram suas críticas em relação ao processo de impedimento de Dilma Rousseff. Assim como as dez diretrizes, em resumo, em seu discurso o Ministro buscou delinear às diretrizes do novo governo com a nova conjuntura internacional e apontar um alinhamento automático com os Estados Unidos.

Em entrevista (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORSRES, 2016), José Serra ao ser questionado a respeito de Venezuela, Bolívia e Equador terem retirado seus Embaixadores no Brasil, em protesto contra o processo de impeachment de Dilma, o então Ministro deixou claro que houve manifestações favoráveis de parceiros importantes como os Estados Unidos e a Rússia, além das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA), fato que revela o quanto ideológico é a orientação do atual governo.

Em novembro de 2016, o governo alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, (3) para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, onde estão as maiores reservas recém-descobertas em todo o mundo, que colocam o Brasil entre os grandes produtores mundiais de petróleo. Eliminou o Fundo Social para a Saúde e Educação

formado com recursos do pré-sal.

No último dia 28 de dezembro entrou em vigor a “MP do Trilhão” que prevê a isenção de impostos as petrolíferas nacionais e estrangeiras até 2040, de acordo com a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados os cofres públicos deixarão de arrecadar cerca de 1 trilhão de reais. Além de isenção fiscal, ela perdoa dívidas antigas que a Receita Federal tentava, desde 2009, cobrar pela sonegação de impostos das petroleiras como Shell, Exxon, BP e Petrobras.

As ações acima confirmam a tese de que a política do governo Temer é pautada por aspectos ideológicos, diferente do dito no discurso, e que a nova orientação do eixo das relações internacionais retorna a tradição Norte-Sul. Hoje o país perdeu a orientação num modelo baseado em investimento público (obras de infra-estrutura com seus vizinhos) e combate à pobreza.

4 | RELAÇÕES COM GRANDES POTÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 Mercosul

A base da nossa inserção mundial é na consolidação dos esforços logrados na área Sul- Americana. Flexibilizar o Mercosul representa a possibilidade de estreitar as relações com outros países sem que passe pela consulta dos seu membros, significa permitir aos membros negociar acordos bilaterais com terceiros países. A ideia inicial dos criadores do bloco regional era seguir o modelo da União Europeia (UE).

Na contramão deste objetivo a visita de Serra a Argentina visando ampliar o diálogo bilateral quatro dias após ter assumido o cargo de MRE, em maio de 2016, deixa mais marginalizado os vizinhos do Mercosul, o Uruguai, Paraguai e Venezuela. Põe em prática seu discurso de posse que assegura renovar o Mercosul “para corrigir o que precisa ser corrigido” e “construir pontes com a Aliança do Pacífico”, integrada pelo Chile, a Colômbia, Costa Rica, o México e o Peru, como resultado da aproximação, foi realizada ainda a I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, em maio de 2017 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

Em 2016, em um processo bastante desgastante os países membros fundantes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) impediram a Venezuela de assumir a presidência pró-tempore do bloco. O processo resultou na Suspensão da Venezuela do Mercosul na “Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela”, de 1º de abril de 2017, (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A convite de Temer, o presidente Macri visita o Brasil, em fevereiro de 2017, o encontro resultou no Plano de Ação e Declaração conjunta presidencial com objetivo de aprofundamento das relações em áreas prioritárias (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017). Priorizando os acordos de livre comércio e a promoção das

importações em detrimento do projeto de desenvolvimento, parcerias estratégicas e capacidade das estatais.

4.2 IIRSA

O IIRSA - Programa de Integração da Infra-Estrutura da Sul-americana, foi criado em 2000 com o objetivo de desenvolver integração física em âmbito regional, formada por 12 países da América do Sul, ele foi a proposta de maior expressão no governo de Fernando Henrique Cardoso, vindo a sofrer uma reavaliação no governo Lula que teve como enfoque da política externa o tema de mais destaque “integração de infraestrutura” por meio de obras via bilateral através de financiamentos do BNDES.

Em 2009, o IIRSA é incorporado como secretaria técnica ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da Unasul, a incorporação pode ser entendida como resultado da maior cobrança dos países da região nos financiamentos de projetos. Em 2011a AIC (Agenda de Implementação Consensuada) foi reformulada e renomeada como Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), e reunia 42 projetos prioritários de integração com prazo de execução até 2022. Todavia, o IIRSA não conseguiu se desenvolver por meios de financiamento multilateral, a baixa capacidade de endividamento levantado pelos países acabou por influenciar objetivamente nos resultados do IIRSA com processo de integração sendo substituído por relações bilaterais.

4.3 As Relações com os Estados Unidos

A mudança de prioridade da política externa optou pela negociação de novos acordos comerciais na América Central e América do Sul. EUA e Chile foram os primeiros países a assinar acordos bilaterais na região em 2003, na sequência EUA e Peru, e EUA e Colômbia. Ainda encontram-se em negociação com Equador, Paraguai e Uruguai. Tais acordos intencionam o isolamento da Venezuela, a reaproximação com o México, a OEA e a Aliança do Pacífico que põe em xeque a liderança regional do Brasil, além de serem acordos que se contrapõem ao Mercosul.

A Alca foi enterrada em 2005, no entanto foram assinados acordos bilaterais que prejudicaram o Brasil agudizando a tendência protecionista do empresariado brasileiro. A estratégia de bilateralização dos EUA provocou alterações no processo de integração regional, facilitou a obtenção de novos mercados e maior influência geopolítica. Haja vista, os exemplos abaixo:

- Instalação de duas bases norte-americanas, uma em Ushuaia, Terro do Fogo, e outra na Tríplice Fronteira;
- A base em Ushuaia é uma projeção próxima e direta sobre a Antártica, a maior reserva gelada de água doce do mundo, além de conter importantes minerais estratégicos;

- A base na Tríplice Fronteira é uma projeção sobre o aquífero Guarani, a terceira maior reserva de água doce do mundo.

De acordo com Raffestin (1993), os recursos naturais como elementos presentes no território, o seu uso e transformação, são um instrumento de poder. Isso deixa aparente que o interesse, obviamente, é no campo geopolítico. Atualmente Comando Sul também opera bases/operações militares no Chile, Equador, Guiana, Paraguai, El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Colômbia e Peru.

4.4 CELAC

A Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC representa a inserção do Brasil nas Américas, a iniciativa contribui para dar visibilidade ao papel da liderança que o país busca exercer no âmbito regional, importante fórum de articulação que busca trabalhar nos âmbitos de concertação política, desenvolvimento e integração entre 33 países da América do Sul, América Central e Caribe. Único fórum em que esses países se reúnem sem a presença dos EUA, pondo fim a doutrina Moroe “A América para os Americanos”.

Em janeiro de 2017, ocorreu a V Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, o Presidente Temer e o Ministro José Serra se fizeram ausentes, enviando como representante brasileiro o embaixador Paulo Estivallet que teve que responder a declaração do presidente de Cuba Raúl Castro sobre “golpe de Estado parlamentar-judicial no Brasil”.

5 | CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo discutiu de forma sucinta o novo papel do estado-território, possibilitou análise da política externa brasileira nos temas Segurança e Defesa, do atual governo comparando-o com os governos petistas, a fim de identificar o limite hodierno inerente ao tema.

A análise de conjuntura permitiu, de um modo geral, perceber que a política externa e de defesa é exercida pelo monopólio do Estado, semelhantes em ambos os governos, com baixa participação social, e de que uma mudança de governo pode representar a mudança na política de Estado. Aferindo assim, que os objetivos propostos foram realmente alcançados.

Dada à importância do assunto, o Brasil inserido num cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa, quanto em sua política de defesa, foi possível identificar os atores e os interesses que estão em jogo dentro do contexto de governança global.

Quanto ao tema “Defesa e Segurança” foram verificados que cortes de orçamento, a entrega da soberania nacional, o uso frequente do papel subsidiário das Forças Armadas no atual governo apresenta um desalinhamento ao Livro Branco da Defesa Nacional. A política

econômica adotada tem impacto direto na política estratégica. Devido às características territoriais e marítimas do país, inserido no continente no qual está a maior reserva de petróleo do mundo e cerca de um terço de todos os recursos hídricos do planeta, a América do Sul concentra quase 40% da reserva biogenética mundial, justifica uma defesa nacional forte, e constituem importantes ativos nacionais que devem ser resguardados por um poder dissuasório.

Portanto concluo que se adota no país uma postura de retração política e subordinação econômica com uma ideologia subserviente iludida em ganhos econômicos com grandes custos à soberania nacional. Logo a criação, fortalecimento e institucionalização dos instrumentos de participação social representam importantes canais democráticos de diálogo e ação entre o estado e sociedade civil, como as audiências e consultas públicas, ouvidorias, orçamento participativo, conferências temáticas e conselhos. Como também as lutas sociais, que alteram os níveis de composição do legislativo, judiciário e executivo e podem configurar uma alternativa para assegurar que a população seja protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do **Livro Branco de Defesa Nacional**, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes àquele Livro, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2011.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “**dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

_____. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos**; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm. Acesso em 15 dez 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BULL, Hedlet. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB, 2002.

CAMARA LEGISLATIVA. **Ciência e tecnologia. Cortes no orçamento de ciência e tecnologia podem inviabilizar pesquisas**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/546380-CORTES-NO-ORCAMENTO-DE-CIENCIA-E-TECNOLOGIA-PODEM-INVIABILIZAR-PESQUISAS.html>. Acesso em 20 dez. 2017.

_____. **“MP dos Trilhões”**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13586-28-dezembro-2017-786031-norma-pl.html>. Acesso em 28 dez. 2017.

CARMONA, Ronaldo: **A política de defesa e o governo Temer**. 15 de março 2017 Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/294389-1>. Acesso em 10 dez 2017.

COSTA, W. M. da. **Brasil e América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da Integração**. In: Oliveira, E. R. (org.). *Segurança & Defesa na América do Sul: da competição à Cooperação*. São Paulo: Fundação Memorial da América do Sul, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro: **A ofensiva conservadora e as crises**. 05 de Agosto 2015. Disponível em <https://jornalgn.com.br/noticia/a-ofensiva-conservadora-e-as-crises-por-samuel-pinheiro-guimaraes#content> Acesso em 10 dez. 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Centro de Alcântara está pronta para uso, diz ministro**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/05/centro-de-alcantara-esta-pronto-para-uso-diz-ministro>. Acesso em 20 dez 2017.

_____. **Discurso do Ministro José Serra por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissaodo-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em 15 dez. 2017.

_____. **Forças Armadas reforçam o compromisso com o Brasil**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/38276-defesa-e-forcas-armadas-reforcam-o-compromisso-com-o-brasil>. Acesso em 23 dez. 2017.

_____. **Jungmann recebe o presidente da Boeing internacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/33873-jungmann-recebe-o-presidente-da-boeing-internacional>. Acesso em 23 dez. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Circular telegráfica 100752 e 100755**. Secretaria de Estado de Relações Exteriores do Itamaraty (SERE), Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=460514&Source=http%3A%2F%2Fwww%2Econsultaesic%2Ecgu%2Egov%2Ebr%2Fbusca%2FSitePages%2Fresultadopesquisa%2Easp%3Fk%3D100755&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>. Acesso em 20 dez. 2017.

_____. **Decisão sobre a suspensão da república bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação dos protocolos de Ushuaia sobre compromisso democrático**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em 22 dez. 2017.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da república da federativa do Brasil e o governo da república Argentina para a criação do mecanismo de coordenação política Brasil-Argentina.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14058-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-criacao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina>. Acesso em 21 dez. 2017.

_____. **Reunião do mecanismo de coordenação política Brasil-Argentina.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16360-i-reuniao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina-brasilia-30-de-maio-de-2017>. Acesso em 21 dez. 2017.

_____. **Visita de estado do Presidente da República da Argentina Mauricio Macri.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15700-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em 21 dez. 2017. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder** (1980). Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENAU, J. **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial.** São Paulo: UnB-IOESP, 2000 (Edição original: *Governance without government*. New York: Cambridge University Press, 1992).

ROUSSEAU. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005).** *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005. p. 381-397.

SAÚDE, ACESSO E ACESSIBILIDADE NA (RE) PRODUÇÃO DA VIDA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 01/10/2020

Alex Sandro Vergino Lima

Universidade Federal da Grande Dourados
(2019 - 2020).

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo entender as especificidades do território e as relações intrínsecas ao acesso a saúde no Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS. Buscamos uma maior compreensão da realidade diária dos sujeitos que necessitam utilizar o serviço público de saúde, em um território constituído por um Projeto de Reforma Agrária. Destaca-se que a Reforma Agrária se apresenta como um importante instrumento de promoção social que visa a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, assim como a manutenção destes nas propriedades, através da promoção de uma política de seguridade. Buscamos nesse trabalho a correlação da saúde às categorias geográficas, assim, entendendo saúde como um processo amplo que pauta não apenas o caráter “locacional” das patologias, mas, sim, processos dinâmicos correlacionados numa análise socioespacial, ou seja, o acesso e acessibilidade aos serviços de saúde enquanto produção e reprodução da vida e fortalecimento da própria Reforma Agrária. Nessa perspectiva o escopo do presente trabalho dar-se-á principalmente para entendermos a quantidade/qualidade da oferta dos serviços de saúde existentes no Assentamento Itamarati, pois o acesso e a

acessibilidade à saúde auferem nas condições de vida das pessoas. Através da análise do território buscamos entender a materialidade do acesso que só se faz concreta se for antecedida pela acessibilidade a esses serviços. Enquanto procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa qualitativa como orientação para elaboração de questionário semi-estruturados. A aplicação deste foi destinada a um número pequeno de sujeitos, separados por perfis que representam as diferentes realidades de acesso do recorte.

PALAVRAS - CHAVE: Acesso a saúde; Assentamento Itamarati; Fronteiras(s)

ABSTRACT: This article aims to understand the specificities of the territory and the intrinsic relations to access to health in the Itamarati Settlement - Ponta Porã - MS. We seek a greater understanding of the daily reality of the subjects who need to use the public health service, in a territory constituted by an Agrarian Reform Project. It is noteworthy that Agrarian Reform presents itself as an important instrument of social promotion that aims to improve the quality of life of the subjects, as well as their maintenance on the properties, through the promotion of a security policy. In this work, we seek to correlate health to geographic categories, thus understanding health as a broad process that guides not only the “locational” character of pathologies, but, rather, dynamic processes correlated in a socio-spatial analysis, that is, access and accessibility to health services as production and reproduction of life and strengthening of Agrarian Reform itself. In this perspective, the scope of the present work

will be mainly to understand the quantity / quality of the offer of health services existing in the Itamarati Settlement, since access and accessibility to health benefit in people's living conditions. Through the analysis of the territory we seek to understand the materiality of access that is only made concrete if preceded by the accessibility to these services. As methodological procedures, we use qualitative research as a guide for preparing a semi-structured questionnaire. The application of this was intended for a small number of subjects, separated by profiles that represent the different access realities of the clipping.

KEYWORDS: Access to health; Itamarati Settlement; Frontiers (s)

1 | INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, “relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países”. Surge ainda da “necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves para sua promoção foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações”. No Brasil, “as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, surgiram após a Constituição Federal de 1946. Estas propostas estavam baseadas principalmente em princípios que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade” (OLIVEIRA, 2007, p. 67-68-104).

A Reforma Agrária tal qual conhecemos hoje, é fundamentada, legislada e normatizada pelo Estado, como uma forma de reordenamento do território, embasado em uma reforma propriamente dita, pensada e executada por agentes estatais. “Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal” (OLIVEIRA, 2007. p. 68). A Reforma Agrária se apresenta também como um importante instrumento de promoção social que visa a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, assim como a manutenção destes nas propriedades através da promoção de uma política de seguridade.

Ao se materializar a Reforma Agrária propicia uma serie de transformações no território que impacta diretamente na vida dos indivíduos. Em concordância com o pensamento de Milton Santos ao considerar a reciprocidade de produção e reprodução dos fixos e fluxos, o movimento de transformação do território dar-se-á na relação que os atores estabelecem ou imputam sobre (e com) os objetos. No caso específico do Assentamento, teremos as ações sobre o território estabelecidas a partir de uma série de agentes, instâncias e hierarquias diferentes, que vai, do macro ao micro. Se materializando por meio das políticas pensadas para promoção da Reforma Agrária e, por conseguinte pelas Políticas Públicas direcionadas à saúde que dará as diretrizes de funcionamento dos serviços oferecidos (macro escala de análise), ao micro, concretizadas na relação diária do usuário com o sistema de saúde.

O território pode ser entendido sobre diferentes perspectivas, porém todas convergem para as relações de poder inerentes ao domínio territorial. Contudo, entender um território de Reforma Agrária sob a ótica apenas do limite cartográfico não nos permite entender as relações e os conflitos inerentes a vida dos sujeitos Assentados, por isso nos amparamos no olhar de Milton Santos, que entende o território como território usado, este por sua vez para o autor é sinônimo do espaço geográfico, resultante da inseparabilidade de sistema de ações e sistemas de objetos, ideia que se alinha com o que nos propomos a discutir no presente estudo.

“Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS 2006, p. 39).

O que nos atravessa nessa proposta de trabalho é pensar a produção e reprodução dos territórios de forma a caracteriza-los como específicos frutos de processos distintos, coesos, mas que podem ou não estar condicionados geometricamente a uma unidade espacial. Esse olhar para o território, está implícito a ideia que propomos a discutir ao considerarmos as especificidades de um território formado a partir de um projeto de Reforma Agrária, e, assim, compreender as dinâmicas relacionadas ao acesso e acessibilidade aos serviços de saúde pelos sujeitos sociais do Assentamento Itamarati, dimensão essencial para reprodução da vida dos sujeitos assentados e parte da própria política de seguridade social.

O Assentamento está localizado em uma zona de fronteira, e o próprio representa uma fronteira “simbólica”. Realidade que nos permite debater sobre as fronteira(s) de acesso à saúde propiciada pela configuração do território e a “forma com este é usado”. A fronteira física citada, trata-se de uma fronteira seca com o Paraguai, na qual a cidade de Pedro Juan Cabalheiro exerce uma função importante na oferta de serviços privados de saúde, impactando diretamente as relações de produção e reprodução da vida.

O assentamento em questão está à cinquenta quilômetros do núcleo urbano de Ponta Porã (e da fronteira internacional), em uma área extensa (aproximadamente 50.000 h.a) abastecidas por apenas 4 unidades de saúde, desta forma pensar que a re-existência está condicionada ao direito a saúde, pública, gratuita e de qualidade, nesse território, o direito dificultado pela ausência de acesso e pela perspectiva do sistema de saúde que apesar de estar presente em uma área rural, continua formatado com o olhar para o urbano.

Enquanto procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa qualitativa pensada por MINAYO (2017) e realizamos levantamentos de dados com base em trabalho de campo. A metodologia de aplicação dos questionários semiestruturados baseou-se na utilização de perfis em extratos (grupos com semelhanças), sendo que para nossa análise trabalhamos com 12 extratos e aplicamos 36 questionários. A metodologia dos perfis por extratos foi

baseada em (PEREIRA, 2006).

2 I ASSENTAMENTO ITAMARATI

O Assentamento Itamarati (I e II) localiza-se a 22°11' de latitude Sul e 55°34' de longitude, e altitude média de 550 metros, na zona de fronteira com o Paraguai, precisamente entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Encontra-se presente na lógica de produção do Assentamento Itamarati cinco movimentos sociais (MST, CUT, FETAGRI, AMFFI e FAF). Fruto de um projeto de Reforma Agrária, desencadeado após intensas lutas pela terra no Sul do Estado do MS, o P.A Itamarati é hoje o maior assentamento rural da América Latina, isso considerando o numero de famílias assentadas nos projetos I e II e sua extensão territorial. O Projeto de Assentamento (P.A) foi implantado inicialmente em 2003 em apenas 25.508 hectares (aproximadamente 50%) de toda a área da antiga fazenda Itamarati. Essa extensão de terras antes vista como parte de um “monopólio” da soja no estado, foi dividida em pequenas parcelas beneficiando um total de 1.145 famílias filiadas a quatro movimentos sociais distintos, MST, FETAGRE, CUT e AMFFI.

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul não difere do processo histórico ocorrido em todo o país, pois significa a resistência dos pequenos trabalhadores rurais a uma formação territorial centralizada nos interesses de concentração e exploração de grandes empresas e grandes latifúndios, apoiada pelo Estado. (...) Na distribuição de lotes do Assentamento Itamarati I, a CUT, representada por 280 famílias, recebeu uma área total de 6.287 ha. O MST foi representado por 320 famílias. A Fetagri, com 395 famílias, recebeu uma área de 7.727 ha e a AMFFI, representada por 150 famílias, recebeu 4.487 há. (ALVES et al, 2013, p. 11 e 21).

A segunda etapa do projeto foi implantada no ano de 2006, que beneficiou um total de 1.692 famílias, sendo estas filiadas aos quatro movimentos citados acima somados a um novo movimento denominado Federação da Agricultura Familiar – FAF, em uma área de aproximadamente 24.619 hectares.

Seguindo as diretrizes do Sistema Agrovida, no Assentamento Itamarati II foi distribuída a proporção de 12 ha por família, sendo 2,4 ha destinados à reserva legal, onde poderiam ser desenvolvidas atividades de exploração de animais silvestres; 3,0 ha para o sítio familiar, onde as famílias desenvolvem atividades de sua vocação, e 6,6 ha para o exercício de atividades coletivas, com o objetivo de obter renda e emprego de sistema associativo que facilite a construção do sistema societário, permitindo a organização do trabalho e a distribuição de tarefas entre as famílias (ALVES et al, 2013, p. 25).

Atualmente o Assentamento não se configura com as mesmas proporções pensadas em seu projeto de implantação. A população atual do assentamento é de aproximadamente 15.867 habitantes (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2015), compondo até mesmo um núcleo urbano que foi reconhecido e elevado a distrito pelo Projeto de Lei 02/2015 pela

câmara municipal de Ponta Porã. O recorte em questão herdou um conjunto de edificações da antiga fazenda que serviram inicialmente para implantação de diversos órgãos e instituições de assistência ao assentado, como escolas e unidades de saúde, que foram posteriormente reformados ou reconstruídos pelo poder público em pontos considerados estratégicos devido à extensão do Assentamento ao qual o distrito é fixado. Embasado na estrutura que apresenta o distrito Nova Itamarati pleiteia a possibilidade de tornar-se o 80º município do estado do Mato Grosso do Sul (CAMPO GRANDE NEWS, 2019).

3 I ESTRUTURA DAS UBS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

O Assentamento Itamarati possui quatro Unidades Básicas de Saúde, sendo duas UBSs (Geraldo Garcia I e Anastácio Basílio Pires), e duas unidades que apesar de fixas funcionam com caráter itinerante (CUT Canaã e Geraldo Garcia II - AMFI). As unidades estão distribuídas na extensão territorial do assentamento para melhor atender as necessidades da população, principalmente diante das dificuldades de mobilidade dos assentados, considerando as distancias percorridas, as condições das estradas de terra (quase sempre precárias que tornam a chegada as UBSs quase impossíveis em dias chuvosos), ou seja, fatores presentes no cotidiano da vida dos assentados, assim como, dos moradores do Distrito Nova Itamarati.

Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista essas áreas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto atendimento 24 Horas. (CENES 2008 P. 4 tabela 01)

No quadro 1 (um) podemos observar os serviços oferecidos nas UBSs do P.A. Itamarati.

Serviços oferecidos nas UBS do P.A Itamarati
Acolhimento
Acompanhamento da gestante e do bebê (pré-natal e puericultura)
Consulta odontológica
Curativo
Dispensação de medicamentos básicos
Dispensação de preservativos e contraceptivos
Enfermagem
Exame preventivo (câncer de colo de útero)
Grupo de Educação em Saúde
Imunização (vacinação)

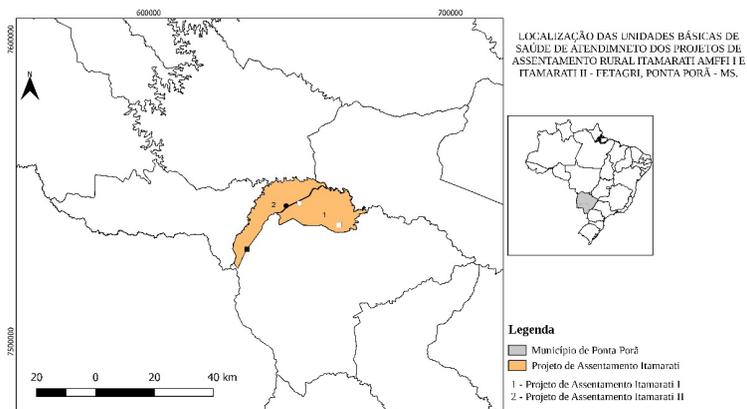
Médico
Nebulização
Planejamento
Teste de gravidez
Tratamento (acompanhamento)

Quadro 1. Serviços oferecidos nas UBSs do PA Itamarati, 2018.

Fonte: trabalho de campo, 2018. Elaboração, Lima, Alex, S.V.

As UBSs presentes no P.A. dispõem da mesma estrutura e oferta de serviços das UBS presentes nas áreas urbanas, as fronteiras de acesso aos serviços aparecem na especificidade da formação territorial de um Assentamento de Reforma Agrária com as dimensões do Assentamento Itamarati, nessa perspectiva, a dificuldade se encontra no deslocamento do usuário até as unidades de saúde ou mesmo dos agentes da ESF até o ponto de atendimento/acompanhamento em domicílio.

Observa-se as dinâmicas inerentes ao acesso no mapa e no gráfico que seguem:



Fonte: Arquivo Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2017).
IBGE, Mapeamento das Unidades Territoriais (2015).
Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000.
Elaboração: SANTOS, S. C. P.; LIMA, A. S. V.

Mapa 2. Localização das Unidades Básicas de Saúde nos Assentamentos Itamarati.

Satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido nas UBSs do P.A Itamarati

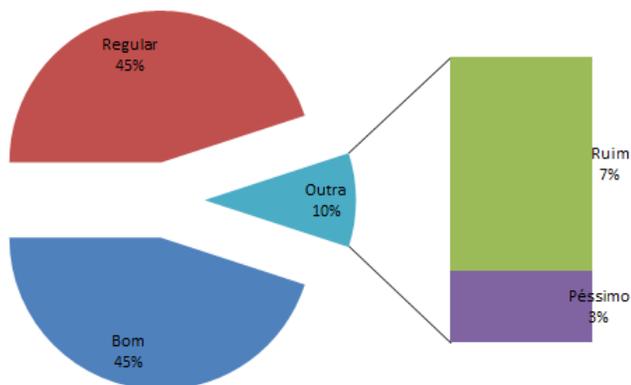


Gráfico 1. Satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido nas UBS do P.A Itamarati, 2018.

Fonte: Trabalho de campo 2018. Elaboração Lima, Alex S. V.

Com relação ao atendimento recebido nas UBS, ampla maioria dos entrevistados considera o atendimento bom ou regular, representando essas duas classes um total de 90% de todos os entrevistados. *“Me atendem bem”* (entrevistado do sexo masculino, 62 anos, morador cerca de 5 km de uma das UBSs); *“sempre fui bem atendido”* (entrevistado do sexo feminino, 30 anos, morador cerca de 10 km de uma das UBSs); *“sempre fui bem atendido, eles fazem o que podem”*(entrevistada do sexo feminino, 51 anos, moradora cerca de 5 km de uma das UBSs).

As entrevistas e aplicação dos questionários revelaram-nos que, na perspectiva da maioria dos sujeitos entrevistados os serviços de saúde são, sim, suficientes para o atendimento básico dos assentados, no entanto, a dificuldade de acessibilidade torna o acesso deficitário, e quando mensuramos a relação entre distância de residência e satisfação/insatisfação, chegamos a observação que nos chamou a atenção ao pensar o presente trabalho.

Segundo os entrevistados, as maiores insatisfações são relativas à falta de meios de locomoção adequado pra se acessar as unidades, principalmente, em dias de chuva (a maioria utilizam motocicletas para todo e qualquer tipo de deslocamento) e, também a insuficiente distribuição de “fichas” para atendimento. Quando questionados sobre a importância das visitas frequentes dos agentes de saúde as opiniões divergem em cada área do assentamento, mas todos sem exceção consideram sumariamente importantes as

visitas dos ACS de forma contínua.

Todavia, os residentes mais próximos às unidades de saúde ou eventualmente próximos a casa dos agentes não se queixam da frequência das visitas, afirmando estarem bem informados das campanhas e dos serviços disponíveis nas UBSs. Por outro lado, os residentes mais distantes das unidades ponderam a falta de contato com os agentes comunitário de saúde, alguns mencionaram que as visitas chegam a ficar vários meses sem acontecer.

Sobre a dificuldade das visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), entrevistada 50 anos, responsável pela administração de uma unidade de apoio, diz que:

[...] a quantidade de pessoas, que tem lá na vila por exemplo, todo mundo vem pra CUT, não tivemos como cadastrar todas as famílias lá, porque são só dois agentes de saúde que trabalham naquela vila [...] então a maioria das pessoas estão sem cobertura[...] não tem cobertura de agentes de saúde lá, só dois pra aquele tanto de população.

As dimensões territoriais do assentamento somadas à falta de estrutura das vias tornam a acessibilidade uma dificuldade inerente para quem utiliza o serviço de saúde, sendo assim, um desafio para os agentes comunitários. Desafio este potencializado em períodos com grande volume pluviométrico. Pois assim como os usuários, as motocicletas também é o principal meio de locomoção dos ACS. A relação entre satisfação com os serviços oferecidos e distância de residência das UBSs apareceram na elaboração dos gráficos e nas fotos seguintes.

Os moradores queixam-se das condições das vias de terra que utilizam para locomover-se para todas as lateralidades do assentamento, a falta de manutenção das vias às deixam cheias de buracos, provocam atoleiros que por vezes nem trator passa.



Foto 1. Moradores seguem seu destino a pé após carro ficar enguiçado no atoleiro.

Fonte: Luzia Alvarez, (2015).

Para os assentados a saúde tem a ver com o estar bem e, por conseguinte, o estar bem tem a ver com o ir e vir, ou seja, acessibilidade.

Quando questionados sobre “o que fazer caso precise de atendimento de saúde em um dia de chuva?” as respostas vieram em tons e semblantes de risos, (como se ironicamente me questionassem, você sabe...). Quando explicitado mais uma vez a importância da pergunta, as respostas chegaram dessa forma, “*morre né*” (entrevistado do sexo masculino, 67 anos, morador distante cerca de 20 Km de uma UBS); “*a gente da um jeito, pede socorro para o vizinho que tem carro, espera a chuva parar e vai a pé, no barro*” (entrevistada do sexo feminino, 52 anos, moradora cerca de 5 km da UBS); “*tem que pagar uma carro, se tem condições pra isso, se não tem... risos*” (entrevistada do sexo feminino, 52 anos, moradora distante cerca de 18 km de uma UBS); “*não tenho dificuldades, vou de carro*” (entrevistado do sexo masculino, 35 anos, morador cerca de 5 km de uma UBS); “*as estradas dificultam, se chover não sai, vira um barreiro, acontece acidentes, outro dia a mulher deslizou aqui na frente, de moto, caiu e quebrou o joelho*” (entrevistado do sexo masculino, 39 anos, morador a cerca de 10 km de uma UBS).

Relação distancia e satisfação como os serviços oferecidos no P.A

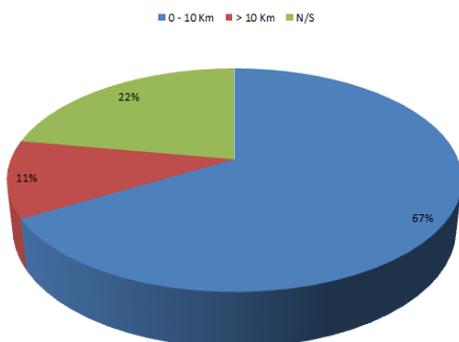


Gráfico 2. Relação distância e satisfação com os serviços oferecidos no Assentamento.

Fonte: trabalho de campo 2018; elaboração, Lima, Alex. S.V.

Ao analisar os resultados obtidos e expressos no gráfico 2, observamos que os sujeitos que consideram os serviços suficientes residem em suma maioria até 10 km de uma UBS, fato que torna o acesso aos serviços um pouco menos complicados em relação aos moradores que residem em regiões mais distantes de uma unidade básica de saúde. Dos indivíduos entrevistados e que consideram os serviços oferecidos no P.A. suficientes para atender a população 67% residem a menos de 10 Km de uma UBS, 11% residem a mais de 10 km de uma UBS, e 22% não souberam opinar em relação ao seu grau de

satisfação em relação aos serviços oferecidos. Dentre os que consideram os serviços de saúde disponíveis no P.A. satisfatórios o entrevistado diz que *“sempre fui bem atendido, consigo os remédios... sempre conseguimos atendimento, mas, uns falam que é bom outros falam que é ruim, depende...”* (entrevistado do sexo masculino, 67 anos, morador cerca de 10 km de uma UBS). Em relação aos sujeitos entrevistados que consideram os serviços disponíveis no P.A. insuficientes para atender a população, 55% residem a mais de 10 km de uma UBS, 38% residem em até 10 km de uma UBS e 7% não souberam responder se os serviços eram ou não suficientes, alegando desconhecer alguns serviços que possam ou ser oferecidos.

A relação de satisfação e insatisfação com os serviços de saúde e distância de residência das UBSs mostradas nos gráficos nos permite entender o que significa a acessibilidade nos diferentes pontos do assentamento. Quanto mais distante o sujeito estiver das UBSs, maior será a dificuldade deste ser assistido, isso devido às dificuldades inerentes ao território e as estruturas das vias de acesso que dificultam o fluxo das pessoas e das coisas dentro do assentamento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica e o tempo de funcionamento das UBSs presentes no recorte territorial está ancorada a uma leitura urbana, pois, segundo entrevistada *“não existe diferença alguma entre trabalhar aqui e trabalhar na cidade”* (Entrevistada, 30 anos, responsável pela administração de uma das UBSs). Isso dificulta a acessibilidade dos indivíduos aos serviços, uma vez que, as distâncias, as condições das vias e os meios de transportes são os principais problemas do P.A quando nos referimos a acessibilidade.

Concluimos que as fronteiras jamais deixaram de existir, pois a elas estão inerentes às diferenças e aos encontros e como salienta Raffestin ela é ao mesmo tempo material e moral, para além do que pensamos a *“fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social”* (Raffestin 2005, p. 10). Porém as fronteiras de acesso aos serviços de saúde vividas no do P.A. Itamarati, se tratadas com um olhar atento a realidade e ao território podem ser transcendidas ou amenizadas. A acessibilidade é uma questão que tange todo o acesso à saúde no assentamento e está inerente a falta de manutenção das vias de maneira que possa permitir o fluxo das pessoas e, por conseguinte o acesso dos indivíduos aos serviços de saúde.

No entanto, apesar de não haver por parte do Município/Estado um interesse em desenvolver estratégias de saúde específicas para áreas com formações territoriais tais quais as do P.A Itamarati os moradores seguem vivendo e superando suas fronteira(s), que se expressam de maneiras, formas e intensidades diferente, dependendo das condições de acessibilidade dos sujeitos sociais, mas, sempre pautada na precarização da acessibilidade e do acesso ao serviços de saúde público, gratuito e de qualidade, elemento fundamental

para a efetivação e melhorias das condições de vida em projetos de Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto. L.; BELLÉ, Maria. F.L.; SOUZA, Celso. C.. **Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 -2010**. IN: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 5 n. 9 p. 9-33, jan./jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: **Manual de estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde**; SAÚDE DA FAMÍLIA, Brasília: 2006, P. 14.

MINISTERIO DA SAÚDE. Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde – CNES; Brasília 2008. Disponível em: < http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_02_2010_9.51.16.41f407d83e652672c75ce698959edca9.pdf > Acessado em 06.11.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. 1. Edição. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, Silva Regina. **Percursos Urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito a cidade**. Presidente Prudente 2006. Tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia).

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. IN: OLIVEIRA, T. C. M.. **Território sem Limites - Estudos sobre fronteiras**. Brasília. 2005.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Edição, 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias (NEPRA-UNIMONTES). Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia – UNIMONTES e Coordenador Institucional do PIBID/CAPES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), *Questões que norteiam a Geografia* (2019), *Espaço agrário em questão* (2019), *Debates Geográficos da Realidade Brasileira* (2020), *Atlas da Questão Agrária Norte Mineira* (2020), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso a saúde 109

Assentamento Itamarati 109, 111, 112, 113, 114, 119

B

Bacias Hidrográficas 30, 32, 34, 75

BR - 101 Norte 64, 65, 78

C

Cacau 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Ciberespaço 1, 2, 3, 4, 10

Cidade pequena 44

Colegio 20, 23, 24, 25, 26

Contorno Mestre Álvaro 64, 74, 80, 81

D

Degradação Ambiental 30, 42

Desenvolvimento 2, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 34, 47, 48, 51, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 76, 82, 96, 98, 99, 104, 105, 119

Dinâmicas urbanas 44

E

Educação Geográfica 2, 1, 2, 6, 8, 9, 94

Elección Vocacional 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Enseñanza Secundaria 20

Estado 3, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 43, 63, 67, 71, 75, 78, 80, 82, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 118

Estudiantes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Expansão Urbana 30, 31, 34, 42, 82

F

Fronteiras 70, 95, 99, 109, 114, 118, 119

I

Identidade 46, 50, 51, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93

L

Lugar 4, 10, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

M

Mobilidade Urbana 8, 64, 66, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 82

N

Novas Tecnologias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9

O

Orçamento 94, 98, 99, 105, 106

P

Política de Defesa 94, 95, 97, 105, 106, 107

Política Externa 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 108

Políticas Públicas 11, 12, 14, 15, 19, 30, 34, 45, 48, 52, 53, 60, 62, 97, 110

Praças 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52

Prática Docente 1, 2, 6

S

Soberania 94, 96, 100, 105, 106

Sustentabilidade 12, 44, 45, 63

T

Território 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 45, 52, 55, 64, 65, 66, 71, 76, 84, 94, 96, 100, 105, 109, 110, 111, 118, 119, 120

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 